DGAL | DIREÇÃO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS

A1 CERTIDÃO DE RECEITA

ANO de 2013

Cód. Mun 213

A Direção-Geral das Autarquias Locais declara que, durante o ano de 2013, transferiu para o Município de VILA NOVA DA BARQUINHA por conta do capítulo 11 do Orçamento dos Encargos Gerais do Estado, as seguintes importâncias:

as seguintes im	RUBRICAS	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	MONTANIE (euros)	Obs.
	Corrente (a), (ii)	04.05.01.B0.A2	2 211 078,00	
	Município (a), (I)		2 166 227,00	2
	DGAL ⁽⁶⁾		2 760,00	3
Fundo de	Serviço Nacional de Saúde ^(c)		42 091,00	, 4
Equilíbrio	ADSE ¹⁰⁾	. , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	0,00	5
Financeiro	Outros (e)		0,00	6
	Capital 107	08.05.01.BO.A1	552 770,00	7=8+ 9
	Município		552 770,00	8
	Outros (e)		0,00	9
Fundo Social	Total	04.05.01.B0.A1	104 345,00	10=11+12
Municipal	Município		104 345,00	11
Withincipal	Outros (e)		0,00	12
	Fundo de Emergência Municipal	04.05.01.80.A3	0,00	13
Outras	Transportes Escolares	04.05.01.B0.A4	15 213,00	14
Transferências	FEF corrente (2007 a 2011) (E)	04.05.01.B0.A2	0,00	15
	Cooperação Técnica e Financeira	08.05.01.B0.A2	0,00	16
TOTAL DA RECEITA	(Capítulo 11)		2 883 406,00	17=1+7+10+13 a 10
	OPERA	ÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS	, <u></u>	
-	FRM ^(h)		0,00	18
	Participação no IRS		189 115,00	19=20 a 22
	Município		189 115,00	20
	Serviço Nacional de Saúde ^(c)		0,00	21
Outros ^{(a) (e)}			0,00	22
	PAEL ⁽¹⁾		731 491,04	23
TOTAL OPERAÇÕE	TOTAL OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS			24=18+19+23
	10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 1	TOTAL	3 804 012,04	25=17+24

- (a) Não inclui o montante eventualmente retido ao abrigo do art.º 50.º da Lei das Finanças Locais por incumprimento dos deveres de informação à DGAL.
- (b) Montante de cativações para DGAL (art.º 95.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro OE/2013).
- (c) Art, 256.2 do Decreto-Lei n.236/2013, de 11 de março.
- (d) Regularização de dívidas à ADSE (n. 05 1 e 3 do art. 0 13.0 do OE/2013).
- (e) Montante de cativações para Outros, designadamente bancos, tribunais, CGA, Direcção-Geral do Tesouro e Finanças ou regularização de pagamentos efectuados no âmbito da cooperação técnica e financeira e/ou transportes escolares.
- (f) Não inclui o montante eventualmente retido por incumprimento do limite de endividamento líquido.
- (g) Montante de cativações efectuadas em anos anteriores (2007 a 2012) ao FEF corrente, por incumprimento dos deveres de informação, pagas em 2013 ao município.
- (h) Fundo de Regularização Municipal: Utilização da dedução efetuada aos fundos municipais por incumprimento de limite de endividamento líquido para pagamento de dívidas a fornecedores, ao abrigo do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho que alterou a redação do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março.
- (i) Programa de Apoio à Economía Local (art.º 12.º Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro).

Direção-Geral das Autarquias Locais, em 07/03/2014

A Diretora-Geral

Lucilia Ferra





CERTIDÃO DE RECEITA ANO ECONÓMICO DE 2013

Para efeitos de prestação de contas certifica-se que a Direção Geral de Administração Interna, contribuinte nº 600 082 555, procedeu à transferência de verbas, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013, a favor da CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, contribuinte nº 680 007 610 da (s) importância (s) indicadas no mapa que se segue:

Cl. Orgânica:

Min. 06 - Ministério da Administração Interna Cap.º 02 - Serv. Gerais de Apoio, Estudos, Coord., Cooperação e Controlo Div. 03 - Direcção Geral de Administração Interna

	Importância
Classif. Económica	euros

04.05.01	BO JI	VILA NOVA DA BARQUINHA	239,44
		,	3.816,00
	·		571,14
TOTAL			4.626,58

Lisboa, 10 de março de 2014

O Diretor-Geral

Jorge Miguéis



O Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, certifica que entre 1 de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2013 pagou a(ao) Municipio de Vila Nova da Barquinha, com o NIF 506899250, o montante total de 1.414.908,99 € (um milhão, quatrocentos e quatorze mil, novecentos e oito euros e noventa e nove cêntimos), referente a comparticipações comunitárias à(s) seguinte(s) operação(ões):

CERTIDÃO

CENTRO-07-1125-FEDER-004013	18.480,54 €
CENTRO-08-0231-FEDER-019022	123.491,20 €
CENTRO-09-0141-FEDER-001001	182.915,40 €
CENTRO-09-0141-FEDER-001002	160.142,66 €
CENTRO-09-0141-FEDER-009020	7.545,72 €
CENTRO-09-0141-FEDER-009021	89.853,09 €
CENTRO-09-0141-FEDER-009022	107.889,96 €
CENTRO-09-0141-FEDER-009023	59.234,45 €
CENTRO-09-0141-FEDER-009051	14.738,89 €
CENTRO-09-0141-FEDER-009052	33.063,30 €
CENTRO-09-0141-FEDER-009053	87.099,43 €
CENTRO-09-0644-FEDER-005005	94.113,10 €
CENTRO-09-0650-FEDER-005001	156.222,88 €
CENTRO-09-0650-FEDER-023059	159.854,87 €
CENTRO-09-0697-FEDER-014019	90.843,33 €
POVT-15-0353-FEDER-000013	29.420,17 €

Por ser verdade, se passa a presente certidão que vai ser assinada e autenticada com o selo branco em uso neste Instituto.

Lisboa, aos 16 de janeiro de 2014

Mangavida Cabral

Margarida Cabral

Diretora da Unidade de Gestão Financeira



O Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, certifica que entre 1 de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2013 pagou a(ao) Municipio de Vila Nova da Barquinha, com o NIF 506899250, o montante total de 1.414.908,99 € (um milhão, quatrocentos e quatorze mil, novecentos e oito euros e noventa e nove cêntimos), referente a comparticipações comunitárias à(s) seguinte(s) operação(ões):

CERTIDÃO

CENTRO-07-1125-FEDER-004013	18.480,54 €
CENTRO-08-0231-FEDER-019022	123.491,20€
CENTRO-09-0141-FEDER-001001	182.915,40 €
CENTRO-09-0141-FEDER-001002	160.142,66 €
CENTRO-09-0141-FEDER-009020	7.545,72 €
CENTRO-09-0141-FEDER-009021	89.853,09 €
CENTRO-09-0141-FEDER-009022	107.889,96 €
CENTRO-09-0141-FEDER-009023	59.234,45 €
CENTRO-09-0141-FEDER-009051	14.738,89 €
CENTRO-09-0141-FEDER-009052	33.063,30 €
CENTRO-09-0141-FEDER-009053	87.099,43€
CENTRO-09-0644-FEDER-005005	94.113,10 €
CENTRO-09-0650-FEDER-005001	156.222,88€
CENTRO-09-0650-FEDER-023059	159.854,87 €
CENTRO-09-0697-FEDER-014019	90.843,33 €
POVT-15-0353-FEDER-000013	29.420,17 €

Por ser verdade, se passa a presente certidão que vai ser assinada e autenticada com o selo branco em uso neste Instituto.

Lisboa, aos 16 de janeiro de 2014

Mangaeida Cabral

Margarida Cabral

Diretora da Unidade de Gestão Financeira

DIREÇÃO GERAL DE PLANEAMENTO E GESTÃO FINANCEIRA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Certidão de Receitas para o Município : CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA

1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013

Cláusula 2ª - r	nº 1 - Pessoal não docente das Escolas		
Actividade	Descrição da Actividade		Valor
190	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR		25.739,87
191	1º CICLO DO ENSINO BÁSICO		168.675,07
192	2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO		447.774,37
197	S/FUNÇÕES LECTIVAS (Psicólogos e Refeit./Bufetes)		116.497,04
		SUBTOTAL:	758.686,35
Cláusula 2ª - r	nº 8 - Acordo de cooperação		
Actividade	Descrição da Actividade	·	Valor
190	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR		117.605,70
		SUBTOTAL:	117.605,70
Cláusula 4ª - r	nº 3 - Gestão do Parque Escolar		
Actividade	Descrição da Actividade		Valor
192	2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO		20.000,00
		SUBTOTAL:	20.000,00
		TOTAL:	896.292,05

991420

ENT CMVNB 00979 28 II 14

Chi Constancia (10643/26-02-2014



Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha Praça da República

X

0. Rui 3/3/14 PR 2260-411 VILA NOVA DA BARQUINHA

Me me for some

S/referência

S/comunicação de

N/referência DF 4.3.4 Data

N.º Registo/Data Registo

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

A fim de instruir o processo da Prestação de Contas desta Câmara Municipal, do ano de 2013, solicito a V.Ex^a., se digne mandar enviar certidão, das importâncias entregues por essa Entidade durante o ano findo e reportadas a:

€ 33.603,64	Ponte Metálica de Praia do Ribatejo sobre o Rio Tejo
€ 3.270,66	Manutenção da Ponte Metálica da Praia do Ribatejo

Com os melhores cumprimentos.

A PRESIDENTE DA CÂMARA,

Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim

MA

Câmara Municipal de Constância

Apartado 46, 2250-909 Constância | e-mail: geral@cm-constancia.pt | www.cm-constancia.pt | Contribuinte: 506 826 546



CERTIDÃO DE RECEITAS

ANO DE 2013

A Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares declara que a Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013 atribuiu à **Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha** os subsidios abaixo indicados:

Designação das Receitas		Importâncias
Educação Pré Escolar		78.188,38
Actividades de enriquecimento curricular 1º ciclo do ensino básico		57.084,31
Programa de generalização do fornecimento de refeições escolares		5.881,39
Verba referente ao protocolo efetuado para transporte de alunos		
	TOTAL	141.154,08

Lisboa, 04 de Fevereiro de 2014

O Director-Geral dos-Estabelecimentos Escolares

José Alberto Moreira Duarte





DEPARTAMENTO DE GESTÃO E CONTROLO FINANCEIRO



Certidão

Para os devidos efeitos, certifica-se, que foi concedida à Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, no ano de 2013, uma comparticipação total de € 20.427,17(Vinte mil quatrocentos vinte sete euros e dezassete cêntimos), que se refere a:

€ 10.213,59 - Prot. Munic. 1º. Semestre 2013;

€ 10.213,58 - Prot. Munic. 2°. Semestre 2013;

Lisboa, 26 de fevereiro de 2014

Com os melhores cumprimentos,

A Directora de Núcleo

Ana Castelo Branco



ENTI	DADE	resiano diário de tescuraria nº. 252						DATA	ANO	PÁGINA	
CMYNB Data: 2013/12/31							2014/04/22	2013	1		
CONTA	CX/BC	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR DO DIA		ACUMULADO		SALDO		0		
OVAIN	CAJ IIC	ρποτοιανζάδο	DÉSITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR		CREDOR
11		CAIXA	12.290.512,19	12.288.460,08			12.290.512,19	12.288.460,0	8 2,052	11	
11.1		Caixa	12.290.512,19	12.288,460,08			12.290.512,19	12.288.460.0	8 2.052	11	
	CX1	ANTONIO	12.290.512,19	12.288.460,08			12.290.512,19	12.288.460,0	8 2.052	11	
12		DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	13.992.936,98	13.043.348,08			13.992.936,98	13.043.348,0	949.588	90	
2.1	}	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	10.033.310,49	9.956.035,86			10.833, 310, 49	9, 956, 035, 8	6 877.274	63	
	0035/00000013430	[cgd	1,161,089,73				1.161.009,73				
	0035/00000743030	CGD	32.487,00	22.290,57			32.497,00				
	0035/00001530130	CGD	3,215,118,07				3.215.118,07				
	0035/00002774130	CGD	557.469,42	503.089,24			557,469,42				
	0035/00002775932	CGD	19,89				19,89			89	
	0035/00007958431	CGD	898.888,13	898.433,72			898.888,13				
	0035/00009091530	CGD	830.538,68	772.882,02			830.538,68	772.882,0			
	0035/00010070830	CGD	86.183,75	64.850,84			86.183,75	64.850,8			
	[0035/00012021030	(cgd	790.521,43	790.395,68			790.521,43	790.395,6	8 125	75	
	0035/00012169130	CGD	896.343,89	821.483,49			896.343,89	821,483,4	9 74.860	40	
	0035/00012170530	CGD	1.680.757,31	1.170.453,15			1.680.757,31	1.170.453,1	5 510,304	,16	
	0035/0011710/430	CGD	178.869,66	144.984,48			179.869,66	144.984,4	8 33.885	, 18	
	0035/0011711/230	CGD	265.455,83	235.707,83			265.455,83				
	0035/0011727/930	CGD	140.994,72	96.104,77			140.994,72	96.104,7	7 44.889	95	
	0035/02774/344	CGD	10.572,98	10.572,90			10.572,98	10.572,9	0		
	0035/1530/344	CGD	88.000,00	88.000,00			88.000,00	80.000,0	0		
.2.2	1	BANCO BPI	247.126,72	230.068,19			247.126,72				
	0010/28115700101	BPI .	247.126,72	230.068,19			247,126,72			,53	
2.3		BANCO BES	2.871.631,09	2.021.718,17			2.871.631,09	2.821.710,1	7 49.912	, 92	
	0007/00029750000	BES	2.817.631,09	2.767.718,17			2.817.631,09	2.767.718,1	7 49.912	,92	
	0007/100313568986	BES	54.000,00	54.000,00			54.000,00	54.000,0	0		
2.4		BANCO BCP MILLENNIOM	40.868,68	35.525,86			40.868,68	35.525,8	6 5,342	, 82	
	0033/45322709905	BCP	40.86B,69	35.525,86			40.868,68	35.525,6	5.342	, 82	
TOTAL DE DISPONIBILIDADES		26.283.449,17	25.331.808,16			26.283.449,17	25.331.808,1	6 951.641	,01		
	<u></u>	DOCUMENTOS	167.133,94 9.247.473,24	128.134,34			167.133,94	128.134,3	4 38.999	, 60	
	DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS						9.247.473,24				
	DOTAÇÕES HÃO ORÇAMENTAIS			526.993,91			592.350,28				

TESOUREIRO

FUNCIONÁRIO

ORGÃO EXECUTIVO



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA



(Alínea a) dos pontos 2.9.10.1.9 e 2.9.10.1.10 do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22/02)

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e treze, na Tesouraria do Município de Vila Nova da Barquinha, estando presentes os(as) senhores(as):

Nome	Cargo/Função ⁱ
Susana Isabel Gregório Amaro	Técnica Superior
António Manuel de Almeida Rodrigues	Assistente Técnico
Nélia Susana Grilo Coelho da Silva	Assistente Técnico

, procedeu-se ao balanço da referida tesouraria, tendo-se verificado existências, com referência ao dia 30 de dezembro de 2013 .

1.º - Em numerário: Em cofre – dinheiro: 2.052,11€, por extenso: dois mil e cinquenta e dois euros e onze cêntimos;

Em cheques: 0,00€, por extenso: zero euros.

Totalizando a quantia de: 2.052,11€

Em Depósitos à Ordem:

Banco	N.º da Conta	Valor depositado
CGD	0035/00000013430	32.611,98€
CGD	0035/00000743030	10.196,43€
CGD	0035/00001530130	6.808,73€
CGD	0035/00002774130	54.380,18€
CGD	0035/00002775932	19,89€
CGD	0035/00007958431	454,41€
CGD	0035/00009091530	57.656,66€
CGD	0035/00010070830	21.332,91€
CGD	0035/00012021030	125,75€
CGD	0035/00012169130	74.860,40€
CGD	0035/00012170530	510.304,16€
CGD	0035/0011710/430	33.885,18€
CGD	0035/0011711/230	29.748,00€
CGD	0035/0011727/930	44.889,95€

Termo do dia 30 de dezembro de 2013

		_
CGD	0035/02774/344	0,00€
CGD	0035/1530/344	0,00€
BPI	0010/28115700101	17.058,53€
BES	0007/00029750000	49.912,92€
BES	0007/100313568986	0,00€
BCP	0033/45322709905	5.342,82€



, totalizando um total de 949.588,90€, por extenso: novecentos e quarenta e nove mil quinhentos e oitenta e oito euros e noventa cêntimos;

O que perfaz o total de 951.641,01€, por extenso: novecentos e cinquenta e um mil seiscentos e quarenta e um euros e um cêntimo.

2.º - Em documentos de cobrança, um total de 38.999,60€, por extenso: trinta e oito mil novecentos e noventa e nove euros e sessenta cêntimos.

Conforme se discrimina de seguidaⁱⁱ:

Documentos de cobrança do ano de 2005, tipo de receita: documentos colectivos de água, número de documentos: 12, no valor de 3.389,75€ (três mil trezentos e oitenta e nove euros e setenta e cinco cêntimos);

Documentos de cobrança do ano de 2006, tipo de receita: documentos colectivos de água, número de documentos: 12, no valor de 1.444,94€ (mil quatrocentos e quarenta e quatro euros e noventa e quatro cêntimos);

Documentos de cobrança do ano de 2007, tipo de receita: documentos colectivos de água, número de documentos: 12, no valor de 1.343,52€ (mil trezentos e quarenta e três euros e cinquenta e dois cêntimos);

Documentos de cobrança do ano de 2008, tipo de receita: documentos colectivos de água, número de documentos: 13, no valor de 3.508,19€ (três mil quinhentos e oito euros e dezanove cêntimos);

Documentos de cobrança do ano de 2009, tipo de receita: documentos colectivos de água, número de documentos: 12, no valor de 1.349,79€ (mil trezentos e quarenta e nove euros e setenta e nove cêntimos);

Documentos de cobrança do ano de 2010, tipo de receita: documentos colectivos de água, número de documentos: 10, no valor de 2.092,43€ (dois mil e noventa e dois euros e quarenta e três cêntimos);

Documentos de cobrança do ano de 2011, tipo de receita: documentos colectivos de água, número de documentos: 13, no valor de 5.572,73€ (cinco mil quinhentos e setenta e dois euros e setenta e três cêntimos);

Documentos de cobrança do ano de 2012, tipo de receita: documentos colectivos de água, número de documentos: 14, no valor de 10.009,12€ (dez mil e nove euros e doze cêntimos);

Documentos de cobrança do ano de 2013, tipo de receita: documentos colectivos de água, número de documentos: 11, no valor de 10.289,13€ (dez mil duzentos e oitenta e nove euros e treze cêntimos).

3.º Outros documentosiii:

Não existe qualquer outro tipo de documento.

Todos estes valores somam a importância total de 38.999,60€, por extenso: trinta e oito mil novecentos e noventa e nove euros e sessenta cêntimos.

Comparando, com os saldos registados na contabilidade, conclui-se queiv:

As dotações orçamentais no valor de 886.284,64€, refere-se aos valores dos saldos das contas 0035/00000013430 0035/00001530130 (6.808,73€), bancárias n.° $(32.611.98 \in)$, 0035/00007958431 (454,41€), 0035/00009091530 (57.656,66€), 0035/00010070830 0035/00012021030 $(21.332,91 \in)$ $(125,75 \in)$, 0035/00012169130 (74.860,400)0035/00012170530 (510.304,16 \in), 0035/0011710/430 (33.885,18€), 0035/0011711/230 (29.748,000), 0035/0011727/930 (44.889,95€), 0010/28115700101 (17.058,53€), 0007/00029750000 (49.912,92€) e 0033/45322709905 (5.342,82€), mais o valor em numerário (1.292,24€).

As dotações não orçamentais no valor de 65.356,37€, refere-se aos valores dos saldos das contas bancárias n.º 0035/0000743030 (10.196,43€), 0035/00002774130 (54.380,18€) e 0035/00002775932 (19,89€), mais o valor em numerário (759,87€).

Para constar se lavrou o presente termo, que vai ser assinado por todos os presentes e por mim^v, Susana Isabel Gregório Amaro, que o subscrevi.

Eusana Amaio
A Rogs
Notice Rolling

<u>Nota:</u> Deverão ser anexos o Resumo Diário de Tesouraria e a Conta Corrente de Documentos, assim como quaisquer outros documentos/relações que se considerem pertinentes.

Termo do dia 30 de dezembro de 2013

i - Chefe de Repartição, Chefe de Divisão, Técnico Superior, Tesoureiro, etc.

[&]quot; - Referir a quantidade dos documentos de cada espécie de receitas, em relação a cada ano e o seu valor.

iii - Tais como títulos, obrigações, acções, etc.

iv - Indicar as eventuais diferenças que se tenham verificado, e fazer a destrinça entre operações orçamentais e operações de Tesouraria.

^v - Pessoa responsável pela elaboração deste termo e que não poderá ser o(a) Tesoureiro(a), esta deverá também rubricar todas as folhas deste termo.

			BECIMO DE	ARIO DE TESOURARI	rs 110 OC1			Ì	DATA	ANO	PÁGINA
CHVNB	C	lata : 2013/12/30	VEGAMA NTI	WIO DE TESUÇAM.	IA N°. 231				2014/04/02	2013	1
CONTA	CX/B	c designação	ANTI	ERIOR	DO DI	A	ACUMULA	ADO		SALD)
Conta	LAYD	C DESTONAÇÃO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR		CREDOR
11		CAIXA		12.167.122,01	120.475,09	121.338,07	12.290.512,19	12.288.460,0	8 2.052	11	
11.1		Caixa		12.167.122,01	120.475,09	121.330,07		12.280,460,0			
	CX1	ANTONIO		12.167.122,01	120.475,09	121.330,07	12.290.512,19	12.280.460,0	B 2.052	11	
12		DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	13.900.568,97	12.835.854,22	92.368,01	207.493,86	13.992.936,98.	13.043.348,0	949.588	90	
12.1		CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	10.741.034,53	9.748.647,00	92.275,96	207.388,86	10.833.310,49	0.050,005.0	(77	
1011	0035/0000001343		1.160.212,30		92.215,961 877,43	201.300,001 8.490,54	1.161.089,73	9.956.035,8 1.128.477,7			
	0035/0000074303		32.487,00		011,43	7.059,45		22.290,5			
	0035/0000153013		3.215.118,07			7,000,140	3.215.118,07	3.208.309,3			
	0035/0000277413		556.094,42	500.121,00	1.375,00	2.968,24	557.469,42	503.089,2			
	0035/0000277593		19,89		1.313,00	2.300723	19,89	343.003,2	19 19		
	0035/0000795843		898.888,13	826.434,56		71.999,16	898.888,13	898.433,7			
	0035/0000909153		822.574,82	771.420,13	7.963,86	1.461,89	930.539,68	772.882,0			
	0035/0001007083		86.043,75	64.850,84	140,00	1.101,03	86.183,75	64.850,8			
	0035/0001202103		790.521,43	790.395,68	110,00		790.521,43	790.395,6			
	0035/0001216913	E.	896.343,89	821.483,49			896.343,89	821.483,4			
	0035/0001217053		1.607.131,45	1.079.112,35	73.625,86	91.340,80		1.170,453,1			
	0035/0011710/43		178.869,66	144.984,48	.2,020,00	32.230,00	178.869,66	144.984,4			
	0035/0011711/23		265.455,83	211.639,05		24.068,78	265.455,83	235.707,8			
	0035/0011727/93		132.700,91	96.104,77	8.293,81	**********	140.994,72	96.104,7	1		
	0035/02774/344	CGD	10.572,98	10.572,98	*********		10.572,98	10.572,9		-	
	0035/1530/344	CGD	89.000,00	88,000,00			88.000,00	88.000,0			
12.2		BANCO BPI	247.126,72	230.068,19			247.126,72	230.068,1		53	
	0010/2811570010		247.126,72		\		247.126,72	230.068,1			
12.3		BANCO BES	2.871.539,04		92,05	105,00		2.821.718,1			
	0007/0002975000	O BES	2.817.539,04	2.767.613,17	92,05	105,00		2.767.718,1			
	0007/1003135689		54.000,00	54.000,00	.	·	54.000,00				
12.4		BANCO BCP MILLENNIUM	40.869,68	35.525,86			40.868,68	35.525,0		92	
	0033/4532270990	5 BCP	40.868,68	35.525,86			40.868,68	35.525,0			
-	·	TOTAL DE DISPONIBILIDADES	26.070.606,07	25.002.976,23	212.843,10	320.831,93	26.283.449,17	25.331.808,1	6 951.641	.01	
•		DOCUMENTOS	165.243,72	128.072,88	1,890,22	61,46	167.133,94	128,134,3	4 38.999	60	
		DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	9.156.612,73	8.162.978,71	90.860,51	198.209,89		8.361.188,6			
		dotações não orçamentais	590.885,72	516.889,90	1.464,56	10.104,01	592.350,28	526.993,9			

TESOUREIRO

FUNCIONÁRIO

ORGÃO EXECUTIVO

	1		21	sta de documentos de				.41		DATA	ANO I	PAGU
CHANE	_									2014/03/26	2013	i
IMENTO DE RECE	ETTA					CLASSIFICACAO				V	LORES	
Mes Número	Àno	E	Tipo de Receita	Geral Cred,	C1.Re	c Geral	Economica	Analitica	Conta Ordem	DOCUMENTO		SAL
1	2005	0 0	DEAG DEBITOS DE AGUA	21,8.1.02	DEC	71,2.1,9.3	0701080101			62,00		
1	1 1		DEAG DEBITOS DE AGUA	21,8.1.02		71.2.1.1.2	04012306			19,25		
1	2005	D I	rag debitos de agua	21.8.1.02	DER	79.8.9	08019903		{	4,17		
1	2005	0 1	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			56,37		13
1	10000	D I	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101			21,45		
2			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02			0701080101			103,00		100
2		- 1	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101		•	100,00		196
2	1 1		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		I .	04012306			53,75		5.
]2	1		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER	71.2.1.2	0401239903		1	115,95		11
2	1		BAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		79.8.8	08019903			10,16		10
3	1		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101		1	79,99		79
13	1		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	7CD	71.2.1.1.2	04012306			47,75		4
3	17777		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.0.1.02	DER		08019903		}	10,47		10
3	1		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	2 <u>1</u> .8.1.02 21.8.1.02	DER	71,2,1,2 71,1,2,1	0401239903 0701080101		1 1	90,66		90
\ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \	1 1		XEAG DEBITOS DE AGUA XEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701980101 0701080101			129,59 102,65		129 102
l d	1 1		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101		1	102,65 65,99		10.
- A	1		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306			19,00		19
اً وَ	1 I		DEAG DEBITOS DE AGJA	21,8.1.02	DER	ł	08019903			8,43		1
Ā	i		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903]]	82,89		82
5	2005	ı	DEAG DEBITOS DE AGUA	21,8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101		1	48,00		41
5	1 1		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	TCD		04012306			11,00		1.
5	1 1	1	DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.92			08019903			8,66		į
5		1	EAG DEBITOS DE AGUA	21,8,1,02	DER	71.2.1.2	0401239903			66,45		6
15	1 . 1		RAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DEA	71.1.2.1	0701080101		}	124,92	Ì	12
6	2005		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DEA		0701080101		1	80,36		81
6	2005	D I	BEAG DEBITOS DE ACUA	21.8.1.02	DEC	71.2.1.9.3	0701080101			52,00		į,
6	2005	D I	BAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306			41,00		4.
\6	1		BEAG DEBITOS DE AGUA	[21.8.1.02		-	08019903	1	}	6,62	Ì	î
6	1-7 1		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			67,98		6
7	1		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701000101			192,28		192
7	2005		EAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2,1,9,3	0701080101			58,00		58
17			DEAG DESITOS DE AGUA	21.3.1.02		71.2.1.1.2	04012306	 		40,00		4
]7			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		79.9.8	08019903			12,53	İ	1
7			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			92,85		9
[8 8			DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71.2.1.9.3 71.2.1.1.2	0701080101 04012306			56,00		50
0			MAG DEBITOS DE AGUA MEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		79.8.8	090123V6 08019903		\ \	45,25		4
18	, ,		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			10,26 96,81		14 94
8			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101	į	!	149,15		149
g			EAG DEBITOS DE AGUA	121.8.1.02		71,1.2.1	0701080101			158,47		158
9			EAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101			58,00		56
ļģ			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306			32,50		3
9			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		79.8.8	08019903			5,99		
9	2005	D I	EAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			98,95	}	9
1C	2005	D E	BAG DEBITOS DE AGUA	21.3.1.02	DEC	71.2.1.9.3	0701080101		\	56,00		51
10	2005	D I	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	700	71.2.1.1.2	04012306		j j	26,25		20
13		- 1	PEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		79.8.8	08019903		1	0,85		(
10	2005	0 [DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.62		71.2.1.2	0401239903			71,13		7.
10	2005	0 10	DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DEA	71,1,2,1	0701080101		1 . !	77,57		7
11	2005	C	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.9.1.02		71.1.2.1	0701080101			96,39		9
11	2005		DAAG DESTIYOS DE AGUA	21,9,1,92		71.2.1.9.3	0701385101			58,00		5
11			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306			27,75		2
111			DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		79,8.3	08019903 A101226602			7,71		,
11			DEAG DEELTOS DE AGUA DEAG DEBLTOS DE AGUA	21.8.1.02 21.6,1.02		71.2.1.2	0401239903		1	64,92		6
12 12			rag debitos de rgua Deag debitos de agua	21.5.1.92 21.8.1.02	ULU	71.2.1.9.3 71.2.1.1.2	0701080101 04012306			45,99 76 nn		76 15
12			paro debilos de agua Paro debilos de agua	21,0.1.92		79.3.8	08019903			29,00 8,10		25
12	2005	3 'I	SEAG DEBITOS DE AGUA	21,8.1.92		71.2.1.2	0401239903] [56,34		56
12	2005	7 J	DEAG DEE170S DE AGNA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101	1	1	115,72		115
			DEAG DZEITOS DE AGUA	[21.8.1.02]		71.1.2.1	0701080101		1	41,11		6] 111
1			DEAG DEELTOS DE AGUA	21,8,1.02		71.2.1.9.3	0701080101	İ	1	57,99		57
, -			DEAG DEPITOS DE AGUA	21.8.1.92			04012306	ł	1 1	31,50	ļ	3 <u>1</u>

ENTIDADE			LIS	ta de documentos da	RECEI	ta colectivos -	POR CLASSIF, RECEI	ITA	•	DATA	ANO	PAGINA
CMANE										2014/03/26	2013	2
inento de reci	ETTA .					CLASSIFICACAO				VA	LORES	_
les Kúnero ——	Ano	E	Tipo de Receita	Geral Cred.	Cl.Re	c Geral	Economica	Analítica	Conta Orden	DOCUMENTO		SALDO
1	2006	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER	79.8.8	08019903			4,95		4,95
į	2006	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2,1,2	0401239903			60,51		60,51
2	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101			15,15		15,15
2	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101			49,99		49,99
2	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306			19,50		19,50
]2	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		79.8.8	08019903			3,26		3,26
]2	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			44,43		44, 43
13	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101			44,00		44,00
3	2006 2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71.2.1.1.2 79.8.8	04012306 08019903			23,00		23,00
3	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903	l		4,09 43,71		4,09 43,71
3	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101	 		37,86		37,86
4	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101			15,60		15,60
4	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21,8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101			62,50		62,50
4	2006	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306	ĺ	1	33,25		33,25
4	2006	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		79.8.8	08019903			4,03		4,03
4	2006	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER	71.2.1.2	0401239903			69,00		69,00
5	2006	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.92		71.2.1.9.3	0701080101			63,00		63,00
5	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2,1,1,2	04012306		1 1	34,00		34,00
5	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		79.8.8	08019903			4,30		4,30
5	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2,1,2	0401239903	-	1	68,79		68,79
5	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101	Ì		20,55		20,55
[6	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101	İ	ł	12,50		12,50
6	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101	İ	1	22,50		22,50
6	2006 2006		DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71.2.1.1.2 79.8.8	04012306 08019903	1 		14,25		14,25
6	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			1,79 24,84		1,79 24,81
7	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	9701080101	<u> </u>	1 1	22,50		22,50
17	2006		DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2,1.1.2	04012306	<u> </u>		20,75		20,75
ļ;	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		79.8.8	28019903		1 1	3,20		3,20
17	2006		DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			28,07		28,07
7	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1,2.1	0701080101	İ		30,80		38,80
8	2006		DEAG DEBITOS DE ACUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080191	•	! [7,25		7, 20
8	2006	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DEC	71.2.1.5.3	0701980101	ļ 		17,50		17,50
8	2006	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306			9,75		9.79
8	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		79.8.8	08019903	İ		1,27		1,2
8	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903	ļ .		19,32		15,32
9			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101			45,60		45,60
9	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101		}	10,00		10,0
9	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306		1 !	16,25		16,2
Ģ	2006 2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		79.8.8 71.2.1.2	08019903 0401239903		-	2,80		2,8
10	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101	[16,68 19,00		16,69 18,00
10			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8,1.02		71.2.1.1.2	04012306			10,50		10,50
10	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		79.8.8	08019903			2,18		2,1
10 .	2006		DEAG DEBITOS DE ACUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903	!	i	19,92		19.92
10			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DEA	71.1.2.1	0701080101			25,00		25,00
12	2006	D	deag debitos de agua	21.8.1.02		71.1.2.1	0701282101	!		40,20		£0,2 (
12	2006	Ð	DAAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.92	DEC	71.2.1.9.3	0701080101		+	18,00		10,60
12	2006		DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		79.8.8	08019903			2,94		2,9
12	2006		DEAG DERITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903	Ì I		21,36		21.3
12			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306	į		14,50		14,5
13	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101 04010300	Ì		18,00		19,09
13	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2.	04012306	<u> </u>	;	13,50		13,5
13	2006		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		79.8.8 71.2.1.2	08019903 0401239903	}		2,24		2,2
(13 (13			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.92		71.1.2.1	0701080101	!		20,76		20,71 26,2
:13] <u>1</u>			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.9.1.02		71.1.2.1	: 0701060101 1 0701080101	:		26,20 61,10		20,2 61,1
11	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101 0701080101	:		28,00		28.0
1			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.9.1.02		71.2.1.1.2	04012306	į		24,00		24,0
1			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		79,8,8	08619903]		4,50		4,5
1			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.3.1.02			0401239903		İ	31,08		31,0
- 3			DEAG DESITOS DE AGUA	21.9.1.02			1 0701090191	:	1 1	14,70		14,70

A A

ENTIDADE			LIS	ita de documentos de	RECEIT	A COLECTIVOS -	POR CLASSIF. RECE	ITA		DATA	ANĐ	PAGI
CAVARE										2014/03/26	2013	3
- Ocumento de re	CEITA			·		CLASSIFICACAO					LORES	
/Mes Número	o Ano	8	Tipo de Receita	Geral Cred.	Cl.Rec	: Geral	Economica	Analítica	Conta Orden	DOCUMENTO		SA
3	2007	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER	79.8.8	08019903			1,66		
3	2007	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306		1	7,75		
3	2007		DRAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101			18,00		ī
3	2007	Ð	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903		1	15,03		1
4	2007	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101			36,64		3
Ą	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		79.8.8	08019903			3,70		
4	2007		DRAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903	}	1	40,68		Ą
4	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306		1	27,00		2
- 4	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101			37,25		3
5	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			28,58		2
5	2007	1	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		79.8.8	08019903	1		2,32		
2	2007		DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080191			26,32		2
5	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71,1.2.1	0701080101			19,96		1
(3 (1	2007 2007		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2 71.2.1.1.2	04012306 04012306	-		13,96		1
17	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903	ļ		17,40	,] 3
12	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		79.8.8	08019903		1	30,96 2,19		
7	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101			31,48		3
17	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101			12,19		1
10	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306		}	36,78		3
10	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,1.2.1	0701080101			72,79		7
10	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101		i l	41,20		ļ
10	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2,1,2	0401239903	į		45,06		4
11	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	9701080101		1	27,65		2
[11	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306	ĺ	1 1	21,90	!	2
11	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101		ļ	42,84		Ą
11	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			28,54	ļ	2
12	2007	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2.1,9.3	0701080101		}	21,69	į	2
12	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306		Ì	21,00		2
12	2007	١.	DEAG DEBITOS DE AGUA	21,9.1,02		71.2.1.2	0401239903	}	1	23,75		2
12	2007		DEAG CEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101			36,20		3
13	2007	1	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306		1	18,30		1
13	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903	<u> </u>		18,72		1
13	•		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101			16,26	}	1
13	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701060101			42,13		4
14 14	2007 2007		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71.1.2.1 71.2.1.2	0701080101 0401239903			22,29	Ì	2
14	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	0401239903	}		22,55 9,00		2
14	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101	1		21,68		1
1	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101]	1	25,85	i	í
1	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2.1.9.3	0701080101		1	23,03 16,26	ĺ	i
lī	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306		1	14,40		1
1	2008		DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2.1.2	0401239903			17,72]
2	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1,02		71.2.1.1.2	04012306			12,60]
2	2008)	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2,1,9,3	0701080101			10,84	Ì	1
2	2008	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DEA	71.1.2.1	0701080101			36,91		
2	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2.1.2	0401239903		1	23,35	 	ź
3	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8,1.02		71.1.2.1	0701080101		1	1.162,72		1.10
3	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306			294,00		25
3	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101			35,91		;
3	2003		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			200,22		20
14	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306	}		71,55	ļ.	7
14			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2.1.9.3	0701080101			44,32	ļ	4
į4			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903	!	1	77,96		7
4 -	2008	,	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101		i - 1	305,16		3(
5	2008 2008	1 -	DEAG DEBITOS DE AGUA	21,8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101			41,55		
5 15	2008		DEAG DERITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306	ļ	1	36,24		
)5	12008		DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71.2.1.2 71.1.2.1	0491239903 0701080191	ĺ	1	52,08 75,71		
6	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903	1		75,71 46,17		ī 9
6	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101			40,17 88,51		1 8
6			DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2,1,1,2	04912306		1	68,31 49,08		Ģ.
6			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.9.1.02		71.2.1.9.3	0701080101	}		40,98 36,14		3
["			farm agentia on many	155,011,00	DOC	Park a Laury J	A . ATAGATAT	1	1 1	うかしず	l .	

i,

W S

1

ENTIDADE			LI	STA DE DOCUMENTOS DE	RECEITA COLECTI	vos - por classif. recei	ľA		DATA	ANO	PAGINA
CHVNB									2014/03/26	2013	4
DOCUMENTO DE REC	ETTA		T .		- Classifi	CACAO			VA	LORES	<u> </u>
Ano/Mes Número		B	Tipo de Receita	Geral Cred,		eral Economica	Analítica	Conta Ordem	DOCUMENTO	iii)iiii)	SALDO
17	2008	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DEC 71.2.1.9.	3 0701080101			17,37		17,37
7	2008	ı.	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.6.1.02	fCD 71.2.1.1.				9,07		9,07
<u> 7</u>	2008		DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER 71.2.1.2	0401239903			15,67		15,67
7	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.6.1.02	DEA 71.1.2.1	0701080101			5,89		5,89
8	2008 2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02	7FA 71.2.1.9. DER 71.2.1.2	5 0401239905 0401239903			15,00		15,00 22,00
8	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DEA 71.2.1.2	0701080101			22,00 26,64		26,64
8	2008		DEAG DERITOS DE AGUA	21.8.1.02	PCD 71.2.1.1.				8,10		8,10
و	2008		DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02	TFA 71.2.1.9.				20,87		20,87
9	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	TCD 71.2.1.1.				7,55		7,55
9	2008	D	DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER 71.2.1.2	0401239903			30,00		30,00
9	2008	1	DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02	DEA 71.1.2.1	0701080101			22,87		22,97
10	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER 71.2.1.2	0401239903			46,00		46,00
10	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	TCD 71.2.1.1.				12,20		12,20
10 10	2008 2008		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02	TFA 71.2.1.9. DRA 71.1.2.1	5 0401239905 0701080101			33,00 44,26		33,00 44,26
11	2008	1	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER 71.1.2.1.2	0401239903			44,20 30,00		44,20 30,00
	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	TCD 71.2.1.1.				8,10		8,10
11	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	TEA 71.2.1.9.				21,00		21,00
11	2008		DEAG DEBLITOS DE AGUA	21.8.1.02	DEA 71.1.2.1	0701080101			41,11		41,11
12	2008	D	DRAG DEBITOS DE ACUA	21.8.1.02	DEA 71,1.2,1	0701080101			15,74		15,74
12	2008	1	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.0.1.02	TCD 71.2.1.1				2,55		2,55
12	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER 71.2.1.2	0401239903			16,00		16,00
12	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	TFA 71.2.1.9			1	12,00		12,00
13	2008		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02	TCD 71.2.1.1 DEA 71.1.2.1	.2 04012306 0701080101			5,95		5,95
13 13	2008 2008	ı	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER 71.2.1.2				20,16 233,00		20,16 233,00
11	2009	ı	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	7FA 71.2.1.9				21,00		21,00
ļ.	2009		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	7CD 71.2.1.1			}	9,10		9,10
li li	2009		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER 71.2.1.2				32,00		32,00
I	2009		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DEA 171.1.2.1	0701080101			52,47		52,47
[2	2009	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	TCD 71.2.1.1				15,45	ĺ	15,45
]2	2009		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER 71.2.1.2	0401239903			38,00		38,00
]2	2009		DEAG DESITOS DE AGUA	21.5.1.02	DEA 71,1.2.1				84,92	i	84,92
2	2009		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	TFA 71.2.1.5				24,00		24,00
13	2009 2009		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.62 21.8.1.02	DER 71.2.1.2 TFA 71.2.1.9				62,00 42,00		62,00 42,00
3	2009		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.92	DEA 71.1.2.1				42,40 109,02		42,00 109,02
13	2009		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	7CD 71.2.1.1.				17,20	ĺ	17,20
ď	2009		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	TCD 71.2.1.1.				9,15		9,15
4	2009		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	TEA 71.2.1.9				21,00	İ	21,00
4	2009	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DEA 71.1.2.1				31,88		31,88
4	2009		DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER 71.2.1.2]	32,00	 	32,00
] 5	2009		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.92	TCD 71.2.1.1			!	6,70		6,70
5	2009		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER 71.2.1.2				19,00		19,00
5	2009		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02	DEA 71.1.2.1 TFA 71.2.1.9				21,60		21,60
5 6	2009 2009		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER 71.2.1.2				18,90 30,90		18,00 30,00
6	2009		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	TEA 71.2.1.9				23,00		23,00
6	2009		DRAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	TCD 71.2.1.1				14,05		14,95
ļť			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DEA 71.1.2.1				19,26		18,26
7	2009		DEAG DESTIOS DE AGUA	21.0.1.02	TED [71.2.1.9	6 0401239907		j	3,50	i i	3,50
7		ı	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.92	DEA [71.1.2.1				23,72		23,72
17	2009		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	7FA 71.2.1.9				30,00	}	30,00
	2009		DEAG DEBITOS DE AGUA	21,8.1.02	DER 71.2.1.2				38,00	i I	38,00
17	2009		DEAG DERITOS DE AGUA	21.8.1.62	100 [71.2.1.1				5,45 6 00		5,45
8	2009 2009		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.0 <u>2</u> 21.8.1.02	TEA 71.2.1.9 DER 71.2.1.2				9,00 4 no		9,00 9.00
8	2009		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DEA 71.1.2.1				9,00 13,18		8,00 13,18
10 8	12009		DEAG DEBITOS DE AGUA		TED [71.2.1.9				13,16 1,90) 	13,13
8 8			DEAG DEBITOS DE AGUA		TCD 71.2.1.1			[2,85		2,35
Ġ			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.62	DEA 71.1,2.1	9701080101			11,46		11,46
- g			DEAG DESITOS DE AGUA		TTA 71.2.1.3			1	9,00	i	9,00

W. SA

enti	DADE	<u> </u>			LISTA DE DOCUMENTOS DE	RECEI	PA COLECTIVOS -	POR CLASSIF. RECE	ITA		DATA	ANO	PAGIN.
CMV	NB										2014/03/26	2013	5
DOCUMENT no/Mes	O DE RECE. Número		E	Tipo de Receita	Geral Cred.	Cl.Re	CLASSIFICACAO C Geral	Economica	Analitica	Conta Orden	V) DOCUMENTO	ALORES	SALDO
	9	2009	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907			2,10		2,1
	9	2009		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			7,80		7,8
	10	2009	0	DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.92		71.2.1.9.5	0401239905			24,00		24,00
	<u>10</u> 10	2009 2009	D D	DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71.2.1.1.2 71.2.1.9.6	04012306 0401239907		'	9,75		9,7
	10 10	2009	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			4,00 36,00		4,0 36,0
1		2009	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101			81,07	1	81,0
	11	2009		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2,1.1.2	04012306	ĺ	1	11,40		11,4
	1 <u>1</u>	2009		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			40,00	1	40,0
	11	2009	Đ	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	070109010L	}		107,13	ĺ	107,1
	11	2009	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.5.6	0401239907			2,00	1	2,
	11	2009	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905	Ì		29,50	1	29,
	12	2009	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903	1	}	32,00	1	32,
		2009 2009	D D	DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71.2.1.1.2 71.2.1.9.5	04012306			5,25	1	5,:
		2009		DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239905 0401239907	Ì		21,00 3,50	•	21,0 3,5
		2009	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DEA	71.1.2.1	0701080101			26,33	{	26,
	l	2010	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	1	71,1.2.1	0701080101			30,57		30,
ł	1	2010		DEAG DEBITOS DE ACUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905	1]	21,00		21,
Ĭ	1	2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306			4,90	1	Ĭ,
	l	2010	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	TED	71.2.1.9.6	0401239907			4,00		4,
	1	2010	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.9.1.02	DER	71.2.1.2	0401239903			32,00		32,
	2	2010	D	1	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903	j		58,00		58,
		2010	D	DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04912306		1	12,60		12,
		2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905		[39,00	ĺ	39,
		2010 2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21,8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907			6,50	ĺ	6,
		2010	D U	DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71.1.2.1 71.1.2.1	0701080101 0701080101	<u> </u>	1	64,58 126.53		64, 126
		2010	0	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905			126,52 21,00		126, 21,
	3	2010	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	0401239503	l i		6,25		21, 6,
		2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.92		71,2.1.9.6	0401239907	<u> </u>	1 1	3,50	1	3,
	3	2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			32,00	-	32,
1		2010	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.9.1.02		71.2.1.9.5	0401239905			27,00		27,
1		2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306			6, 45		6,
		2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.5.6	0401239907			4,00		4
		2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.6.1.02		71.2.1.2	0401239903	1	1	40,00		40
		2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101			41,70	1	41
		2010 2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71.1.2.1 71.2.1.2	0701080101	<u> </u>		14,81		14,
		2010		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903 04012306			26,00 3,15		26 3
Ì		2010	D	T control of the cont	21.8.1.02		71.2.1.9.5	04012300			19,00		18
		2010	-	DEAG DESITOS DE ACUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907			3,00	1	3
		2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,1.2.1	0701080101			166,13		166
ł	6	2010	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			44,00	ŀ	44
}		2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306			8,45		8
Ì		2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905	,	·	27,90		27
		2610		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907		1	4,00	ĺ	ď
		2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905			24,00	1	21,
ļ		2010 2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71,2.1.1.2	04012396			7,20	1	2
1		2010 I		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6 71.2.1.2	0401239907 0401239903			3,00 : 38,00	İ	2
		2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101		ļ į	66,63	İ	32 43
		2010			21.8.1.02		71.1.2.1	0791980101	}		462,66	ĺ	128
		2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903	ĺ		50,00	Į	46
		2010		DEAC DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	94612306] 	ļ į	7,90	İ	7
		2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	TFA	71.2.1.9.6	0401239907			14,00	!	11,
1		2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21,8.1,02		71.2.1.9.5	0401239905	1		4,00	1	3
	11	2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			44,00	1	38
		2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.9.1.02		71.2.1.1.2	04012306	[17,55	1	13
		2010 2010	D D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2,1,9,5	0401239905	ļ]	27,00	1	24,
		2010	-	DEAG DESITOS DE AGUA DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71.2.1.9.6 71.1.2.1	0401239907 0701080101			3,00	1	2,
				DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101	ļ		133,26 244,08	1	114,
	14	[esta	v	Anna Annarah Na Wany	141.0.1.74	l new	1,11,71	0.01030370T	<u>'</u>	1	624,00	1	214,

IDADE			LIS	A DE DOCUMENTOS DI	e rece	ITA COLECTIVOS -	POR CLASSIF. RECEI	198		DATA	CHA	PAGIN
MB	_									2014/03/26	2013	6
to de re	CEITA					CLASSIFICAÇÃO					LORES	
Núaer	o Ano	E	Tipo de Receita	Geral Cred.	Cl.R	ec Geral	Economica	Analitica	Conta Ordem	CTMEMUDOCI		SALDO
12	2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905		1 1	57,00		51,0
12	2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306		1 1	30,90		25,3
12	2010	ı	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907		1 1	8,50		7,5
12	2010		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			96,00		76,0
1 1	2011 2011	1	DRAG DEBITOS DE AGUA DRAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905 04012306		1 1	75,00		72,
L L	2011		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	04012300			54,60 12,00		54, 11,
	2011	ĺ	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2.1.2	0401239903	}	1 1	110,00		106,
	2011	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101			516,63		515
	2011	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101		j	83,95		83
	2011	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	TFA	71.2.1.9.5	0401239905		1 1	48,00 (45
	2011	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907		1	7,50		7,
	2011	Đ	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306	ĺ	1 1	13,65		13,
!	2011	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			70,00		66,
	2011	l	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701090101	l	1 1	442,82		442
	2011	D	DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905			60,00		54
,	2011	D D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907] 1	9,50		8
	2011 2011	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71.2.1.1.2 71.2.1.2	04012306 0401239903		1	31,75		31
	2011	D D	DEAG DESITOS DE AGUA DEAG DEBLIOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101		1 1	96,65		86
	2011	יטן D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905		1 1	216,62 47,40		216 47
	2011	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306		1 1	39,20		39
	2011	(- '	DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907	}	1 1	6,50 (رد 6
	2011		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			54,00		54
	2011	,	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903	}	j	40,90		40
	2011	פ	DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905		1 1	3,30		3
	2011	ַם	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.92		71.2.1.9.6	0401239907]]	0,10		9
	2011	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER	71.2.1.2	0401239903			8,36 (9
	2011	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903		1	0,60		0
	2011	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101		i l	5,04		5
	2011	D'	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903		1 1	23,20		16
	2011	D	DEAG DEETTOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903		į J	57,00 j		45
	2011		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907			8,00		7,
	2011		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306		ļ l	19,40		12
	2011		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239505		1 (54, 30		47
	2011		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101 0401239903	Ì		97,83 h		64
	2011	1	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012396		1 1	50,40		46 41
	2011		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401236907		1 1	45,80 9,50		41 9
	2011	, ,	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903		}	75,00		69
	2011		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905	,	1	75,50		72
			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701030101			292,35		271
	2011	١ ١	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907	'		9,00		6
	2011		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER	71.2.1.2	0401239903			63,60		59
	2011		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903	1	1	49,80		46
			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306			44,90		41
		1	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905	}	1	59,40		55
	2011	ı	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.9.1.02		71.1.2.1	0701090101			256,98		254
0	2011		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907] -	7,00		7
0			DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903		1	57,00		57 26
0 0			DEAG DESITOS DE ACUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306 0401239905			29,60 l		29 56
) }		ł	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101			56,11 186,81		20 196
9			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	9401239903			22,66		22
1			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306		}	39,00		39
1			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907		1	9,00		9
i	2011		DEAG DEBITIOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903]	69,00		69
1			DEAG DEBITOS DE AGUA	21,8,1.02		71.2.1.9.5	0401239905		1	72,60		72
1	2611	ַם	DRAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DEA	71.1.2.1	0701080191			250,94		250
1			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			41,02		ŧΪ
12			DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903		1	42,00		42
12,			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02			0701080101	: Í		217,66		217
12	[2011	[D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	LORR	71.2.1.2	0401239903	!	1	28,60		28,

ENTIDADE			LIS	PA DE DOCUMENTOS DE	RECEI	PA COLECTIVOS -	POR CLASSIF. RECE	ITA		DATA	ANO PA
CMVNB	<u>L</u>									2014/03/26	2013
CUMENTO DE REC /Mes Número		Q	Tipo de Receita	Geral Cred.	M Da	CLASSIFICACAO c Geral	Economica	Analítica	Conta Orden	VA Documento	LORES Si
· - -	_	_	11ho de vecesta		Γ			Marrer	CONTA OTHER		- · · · ·
12	2011		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.9,1.02		71.2.1.9.6	0401239907			4,50	
12	2011		DRAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306			21,20	į
12	2011	ţ	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8,1.02		71,2.1.9.5	0401239905 0701080101			42,90	, 1
13 13	2011 2011		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71,1.2.1 71,2.1.9.6	0401239907	ļ		784,65 5,50	7
13	2011		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401235507	ĺ		52,80	!
13	2011	ן נו		21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306			82,40	
13	2011		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			51,00	
13	2011		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			86,80	I
1	2012		DEAG DEBITOS DE ACUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907			2,50	
1	2012	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306			22,60	
Į1	2012	D	(21.8,1.02		71.2.1.9.5	0401239905	[29,70	
1	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			30,20	
	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.6.1.02		71,2.1.2	0401239903			27,00	
	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101]		211,04	2
2	2012 2012		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71.2.1.2 71.2.1.9.6	0401239903 0401239907	{	ļ	24,00	; !
2	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.6.1.02		71,2.1.1.2	0401239907			2,50 ° 5,20	
2	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.6.1.02		71.2.1.9.5	0401239905			23,10	,
2	2012	D		21.9.1.02		71.2.1.2	0401239903		l i	5,20	,
2	2012	1 -	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,1.2.1	0701080101		{ [24,40	[
3	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101	ļ	1	113,10	1
3	2012	i	DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2.1.9.6	0401239907	İ		3,50	•
3	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2.1.9.5	0401239905			29,70	
3	2012	ı	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.9.1.02		71.2.1.1.2	04012306	ļ		14,60	1
}3	2012		DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903]		30,00	
3	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903	}	!!!	14,60	
4	2012	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21,8,1.02		71.2.1.1.2	04012306	İ		9,87	
Ţ	2012	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2,1,2	0401239903			31,20	
4	2012	ַם	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			9,87	
4	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907]	9,18	
4	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2,1,9,5	0401239905	•		34,30	
اِ	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080191		1	52,26	_
ļģ	2012		DRAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101	1	}	120,38	
] ⁹	2012		DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.92		71.2.1.2	0401239903		} {	46,80	
9			DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8,1.02 21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907	}	1 [12,24	
9	2012 2012	i	DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71,2.1.1,2 71,2.1,9.5	04012306 0401239905			21,00	
9	2012	•	DEAG DEELTOS DE AGUA	21.8.1.92		71.2.1.3.3	0401239903	Ì	1 1	44,99 20,60	
10	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401235907	}		10,20	
10	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2.1.2	0401235903]	23,24	
10	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8,1.02		71,2.1,1,2	04012306			13,47	
10	2012		DRAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2.1.9.5	0401239905	\	1	37,73	
10	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			37,44	
10	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101	1		184,57	1
12	2012	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.6.1.02	TCD	71,2,1,1,2	04012306	1		376,32	
12		D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	TFD	71.2.1.9.6	0401239907	1	{	15,30	
12	2912		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.9.1.02	DER	71,2.1,2	0401239903]	!	389,03	3
12	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.92		71.2.1.2	0401239903	İ		65,52	ŀ
12	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905	1		61,74	
12	2612		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,1,2,1	0701080101	1		1.471,47	1.4
13	2012	ļ D	DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101		1	223,54	
13			DEAG BESITOS DE AGUA	21.9.1.02		71.2.1.2	0401239903			81,12	
13			DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907	1		18,36	
13 13			DEAG DESITOS DE AGUA DEAG DESITOS DE AGUA	[21.8.1.02 [21.8.1.02		71.2.1.1.2 71.2.1.9.5	04012306	[28,14 79,14	
13			DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239905			78,19 41,37	
13			DEAG DESITOS DE AGRA	21.8.1.92 21.8.1.02		71.2.1.1.2	0401239903			±1,37 44,52	
17			DEAG DEBITOS DE AGNA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907	1		44,32 20,40	
114	12012	(n	DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.92		71.2.1.2	0401235903	ļ		69,47	
14	1701?	10	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.3.1.02		71.2.1.2	0401239903			93,60	
]4	2012	15	DEAG DESIFOS DE AGEA	21.8.1.02			0401239905			96,0 <u>4</u>	
14			DEAG DEEPROS DE AGUA	21.8.1.02			0701080101	1			4

MA MARINE

ENTIDADE				LISTA DE DOCUMENTOS DE	RECEI	PA COLECTIVOS -	POR CLASSIF. RECE	lta		DATA	ANO	PAGII
CHYNE										2014/03/26	2013	8
UMENTO DE RECE	ITA					CLASSIFICAÇÃO				VA	LORES	L
Mes Número	Ano	E	Tipo de Receita	Geral Cred.	Cl.Re	c Geral	Economica	Analitica	Conta Ordem	DOCUMENTO		SALD
15	2012	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	FCD	71.2.1.1.2	04012306			26,35		24,1
15	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903		(40,22		36,1
15	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			81,12		68,6
15	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907			17,34		15,
15	2012 2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,1,2,1	0701080101		1	222,30		206,
15 19	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA TROE TROE	21.8.1.02 21.8.1.02		71,2.1,9,5 74,2.1,1.1,9	0401239905 0603019906		}	82,32 (1,209,76)		,68 ,1.209
	2012		TROE TROE	21.8.1.02		74.2.1.1.1.5	0603019906	į		1.205,76		1.209, 1.209,
20	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			77,90		57
	2012	Ð	DEAG DEBLITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907	}		24,48		14,
	2012		DRAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306		1	47,14		28,
20	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905		{	109,76		72
20 20	2012 2012		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.92 21.8.1.02	DER .	71,2.1.2 71,1,2,1	0401239903 0701080101			112,86		75,
	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			536,25 160,23		441, 65,
	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306			135,45		58,
21	2012	Đ.	DRAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	FFA	71,2.1.9,5	0401239905			222,95		85
	2012		DEAG DEBLIOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101		1	1.065,13		549
	I I		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907	(52,02		19
	2012 2012		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			221,52		84
26	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71.2.1.2 71.2.1.2	0401239903 0401239903	}	1	1.076,40		128
	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907)	603,12 \ 262,14		74 37
			DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905		}	1.090,74		130
	2012	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	TCD	71,2.1.1,2	04012306			498,33		66
	2012		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101		1	2,955,55		336
2	2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101	Ì	}	3,131,36		339
	2013 2013		DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8,1.02 21.8.1.02		71.2.1.2 71.2.1.9.6	0401239903 0401239907)	1.020,24		65
2	2013		DEAG DESITOS DE ACUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012396	ĺ) \	251,94 517,86		14 40
	2013		DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2,1,9,5	.0401239905			1.032,43		65
2	2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903		1	602,28		52
			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306		1	255,15		33,
			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903)		614,64		87,
,			DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEFITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71.2.1.2 71.2.1.9.6	0401239903 0401239907	}	\	296,73		39
			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2.1.9.5	0401239907		\	155,04 624,26		16 85
			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101		1	1.309,78		178
			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8,1.02		71.1,2.1	0701080101			2,716,40		286
	2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903		}	989,04		109
	2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907		}	741,00		78
			DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.8.1.02		71.2.1.1,2 71.2.1.9.5	04012306 0401239905			479,01		42
	1 1		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2,1,3,3	0401239903 0401239903			1,004,99 559,65		106 52
		- 1	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.5.6	0401239907			831,00		52, 66,
5	2013		DEAG DEBLTOS DE AGUA	21.8.1.02	DER	71.2.1.2	0401239903	! ! !		543,69		44
5			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.92		71.2.1.1.2	04012306			463,89		35
	, ,		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.9.1.02		71.2.1.9.5	0401239905		\ \ \\	1.145,62		99
5			DEAG DEBITOS DE AGUA DEAG DEBITOS DE AGUA)21.8.1.02 21.8.1.02		71.2.1.2 71.1.2.1	0491239903 9701089101	[{	1.151,28		99.
			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306			2.574,52 330,12		335 _. 27
			DEAG DEBITOS DE ACUA	21,8.1.02		71.2.1.2	0401239903			917,28 (96,
6	2013	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER	71.2.1.2	0401239903	 	j i	396,27		35
/ĉ			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2,1,9,6	0401239907			657,00		69
			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905			926,10		99
			DEAG DEBLYOS DE AGUA DEAG DEBLYOS DE AGUA	21.8.1.92 21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101 0701080101			1.786,69		165
			DEAG DESITOS DE AGUA DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02 21.9.1.02		71.1.2.1 71.2.1.2	0401539503 0301090101			2.595,85		99 108
			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2,1,2,6	0401239907 0401239907			776,88 561,00		99 66
17			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306		}	431,97		78
7	2013	Ð	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.92	TEA	71,2.1.9.5	9401239905			778,61		96
\ /•			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			490,75		54,
3	2013	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8,1.92	700	n.2.1.1.2	04012396	1	1	409,08		48,

PNTI	DADE			Ti	sta de documentos de	RECEI	A COLECTIVOS -	POR CLASSIF. RECE	ſīλ		DASA	ANO	PAGIN
CMV	NB				•		· ·				2014/03/26	2013	Ģ
DOCUMENT	o de rece	ITA			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		CLASSIFICAÇÃO	_				LORES	I
no/Nes	Número	Ano	E	Tipo de Receita	Geral Cred.	Cl.Re	c Geral	Economica	Analítica	Conta Ordem	DOCUMENTO		SALDO
[8	2013	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER	71.2.1.2	0401239903			708,24		96,7
- 1	8	2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903		i I	460,53		59,2
	8	2013		DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401235907		1 1	534,00		63,0
	8	2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905			703,15		89,1
1	8	2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101			2.235,71		326,2
	9	2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101		1 1	3.451,26		
	9	2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903		1			699,2
	9	2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907			1.038,96		134,1
	<i>;</i> 6	2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2,1.1.2	0401233307		1	762,00		93,0
- 1	9	2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905		1	510,51		70,7
		2013								1	1.049,58		133,
	ĝ 10			DEAG DEBITOS DE AGUA .	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903		i	641,76		102,
- 1	10	2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907	,	i	837,00		114,
- 1	10	2013		DEAG DEBITOS DE AGDA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			804,93		111,
L	10	2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306		1	649,11		62,
	10	2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905		<u> </u>	1.145,62		164,
	10	2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903]	1.120,08		162,
	10	2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101			4.736,50		765,
	11	2013		DEAG DEBIYOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907		!	723,00		162,
	11	2013	D	DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			645,96		86,
	11	2013	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	TCD	71.2.1.1.2	04012306			537,60		92,
	11	2013	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	TEA :	71.2.1.9.5	0401239905		1	960,40		212,
	11	2013	D	DEAG DERITOS DE AGUA	21,8.1.02	DER	71.2.1.2	0401239903		ļ l	942,24		209,
	11	2013	D	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DEA	71,1,2,1	0701080101		!	3.584,68		646,
	12	2013	D	DEAG DEETTOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012396		,	473,34		117,
	12	2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905		ŀ	1.042,72		294
	i2	2013		DEAG DERITOS DE AGUA	21.8.1.02		71,2.1,2	0401239903			1.035,84		293,
- 2		2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101			2,920,14		872
		2013		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907		!	765,00		213,
		2013		DEAG DESTROS DE AGUA	21.8.1.02		71,2,1,2	0401239903			572,46		152,
12				DEAG DERIFOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101			19,40		19,
2				DEAG COBETOS DE AGUA	21.8.1.02		79.8.8	08019903		1	2,55		2,
12				DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306		i l	15,75		
•		2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	0701080101					15,
				DEAG DEBITOS DE AGUA	21.9.1.02		71.2.1.2	0401239903		1	30,50		30,
7 4		2007		DEAG DEBITOS DE AGUA						1	33,51		33,
74	,			DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.3	970108010L		1 1	29,81		29,
	;				21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306		1	20,70		20,
14		2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.2	0401239903			29,74		29,
14	,	2007		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.1.2.1	0701080101			31,79		31,
06				DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.5	0401239905			30,00		30,
06		2011		DEAG DEBLITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.9.6	0401239907			3,50		3,
6		2011		DEAG DESITOS DE AGUA	21.8.1.02		71.2.1.1.2	04012306		j l	1,05		1,
06 ji		2011		DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DER	71.2.1.2	0401239903			4±'00		14,
0 6 H	5	2011	i)	DEAG DEBITOS DE AGUA	21.8.1.02	DEA	71.1.2.1	0701080101			42,59		42,

Mark Control of the C

X

Anexo 1 - Mapa das participações da entidade

A - Participações em entidades societárias

Entidade participada		Tipo de			Participaç	ão no final do	exercicio		ealização do pital	
(da participada)	N.I.P.C	Entidade	CAE	Capital	Valor nominal subscrito	%	l realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	Obs.
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha EM, SA	508190460	EPM	82990	150.000,00	150.000,00	94,32%	141.480,00	141.480,00	0,00	
Tagusgás, SA	503956538	SA	35230	12.500.000,00	12.500.000,00	0,01%	1.535,00	1.535,00	0,00	<u> </u>
Sociedade Parque Almourol - Promoção de Desenvolvimento Turistico, Lda	505154919	ŞDR	93210	212.500,00	212.500,00	16,00%	34.000,00	34.000,00	0,00	
Aguas do Centro, SA	505773333	SA	36001	24.000.000,00	24.000.000,00	0,36%	86.470,00	86.470,00	0,00	

DIA BUT

B - Participações em entidades societárias

_ 	—— т					aues societai i		
ļ	ļ					Contribuição		
Entidade participada	N.I.P.C	Tipo de	CAE	Capital]	Forma de	Realização	Obs.
(da participada)		Entidade		<u> </u>	Em N	Meios monetários	Em espécie	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
ADIRN - Associacao Desenvolvimento Integrado Ribatejo Norte	502690267	ASU	91333		-	5.000,00	0,00	
Agencia Regional de Energia e Ambiente do Medio Tejo e Pinhal Interior Sul	508993628	ASU	94995			1.280,00	0,00	
AMEGA-Associacao Municipios para Estudos e Gestao de Agua	972987517	ASU	94995			173,32	0,00	
Associacao Nacional Municipios Portugueses	501627413	ASU	91333			4.218,00	0,00	
Associacao Portuguesa Municipios com Centro Historico	502131047	ASU	94110			274,34	0,00	
CIMT - Comunidade Intermunicipal do Medio Tejo	502106506	AME	84130			37.339,56	0,00	
RESITEJO - Associacao Gestao e Tratamento Lixos Medio Tejo	973767588	ASU	38212			4.139,88	0,00	
TAGUS-Associacao Desenvolvimento Integrado Ribatejo Interior	503265276	ASU	94995			300,00	0,00	

RELATÓRIO









M. M.

13
1
$X \otimes X$

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO
Nota Prévia3
Enquadramento Macroeconómico
Principais Resultados
II – MEIOS HUMANOS7
1. Caracterização dos Recursos Humanos
III – RELATÓRIO FINANCEIRO12
ANÁLISE ORÇAMENTAL12
1. Principais destaques
2. Equilíbrio Orçamental13
3. Análise da Despesa
4. Análise da Receita40
ANÁLISE FINANCEIRA54
5. Análise do Financeira
ANÁLISE PATRIMONIAL58
6. Análise do Balanço58
7. Análise da Demonstração de Resultados62
8. Dívida64
9. Proposta de aplicação de resultados
10. Anexo às Demonstrações de Resultados69

I-INTRODUÇÃO

Nota Prévia

Em cumprimento do disposto no nº 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2013, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município de Vila Nova da Barquinha, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

De acordo com o n.º 1, do artigo 74.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, refere que o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais.

No entanto o n.º 1, do artigo 76.º, apreciação dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, refere que os documentos de prestação de contas individuais das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são apreciados pelos seus órgãos deliberativos, reunidos em sessão ordinária durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam.

São também objeto de auditoria e certificação por revisor oficial de contas, bem como os mapas de Prestação de Contas que constam de documento autónomo, como refere a alínea c), do n.º 2, do artigo 77.º, da Lei supra mencionada.

Enquadramento Macroeconómico

Em 2013, a evolução da economia portuguesa continuou significativamente condicionada pelo processo de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos. A correção dos desequilíbrios envolve a adoção de um conjunto de medidas de consolidação orçamental e uma desalavancagem ordenada e gradual do setor privado, que determina uma forte contração da procura interna. Este conjunto de medidas encontra-se enquadrado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), cuja implementação se tem desenrolado num contexto macroeconómico internacional particularmente desfavorável, nomeadamente com uma situação recessiva na área do euro que só começou a ser ultrapassada em meados do corrente ano. Adicionalmente, o cumprimento do PAEF tem vindo a ocorrer num enquadramento financeiro internacional caracterizado por uma fragmentação na área do euro, apesar de alguns





sinais recentes de melhoria, e por níveis muito elevados de incerteza, relacionados com a persistência da crise da dívida soberana na área do euro. Mais recentemente, é de sublinhar a incerteza institucional subjacente ao ritmo de consolidação orçamental nos Estados Unidos, bem como à respetiva orientação da política monetária.

Neste contexto, tem-se registado uma correção assinalável dos desequilíbrios económicos internos e externos da economia portuguesa. Em particular, assinale-se a consolidação estrutural muito significativa das contas públicas, a melhoria do saldo das contas externas, traduzida numa capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, bem como uma reafectação de recursos no sentido dos setores produtores de bens e serviços transacionáveis.



F.1 - PIB: Taxa de variação real

	Pesos	Boletim Económico Outono 201		
	2012	2011	2012	2013
PIB	100.0	-1.3	-3.2	-1.6
Consumo privado	64.0	-3.3	-5.4	-2.2
Consumo público	20.3	-5.1	-4.8	-2.0
Formação bruta de capital fixo	16.0	-10.5	-14.3	-8.4
Procura interna	100.8	-5.1	-6.6	-3.0
Exportações	37.2	6.9	3.2	5.8
Importações	. ≧8.0	-5.9	-6.6	2.0
Contributos para a taxa de variação do PIB (em p.p.) ³⁴				
Procura interna		-5.6	-6,9	-3.1
Procura externa liquida		4.4	3.7	1.4
Por memòria:				
Taxa de desemprego (% da população ativa)		12.7	15.7	17.14
Saldo total das Administrações Públicas		-4.3	-6.4	-5.9%

Fontes: BCE, Eurostat, INE, Relatório do Orçamento de Estado para 2014 e Banço de Portugal.

Notas: p - previsão (a) Eventuais diferenças resultam da não aditividade dos dados encadeados em volume e dos arredondamentos efetuados. (b) Taxa de desemprego relativa ao 15 2013. (c) De acordo com o Relatório do Orçamento de Estado para 2014.

Principais Resultados

Apesar do contexto desfavorável verificado em 2013, o Município de Vila Nova da Barquinha apresenta resultados positivos, evidenciando o reforço da consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos. Para isso contribuíram as medidas impostas pelo executivo que, face à grave crise financeira que o País atravessa e à quebra de receitas, continuou a impor cortes na despesa orçamental de modo a garantir que os compromissos assumidos se acomodassem aos recursos financeiros disponíveis.

Em termos sintéticos destaca-se:

- . A consolidação financeira e orçamental, concretizada através de uma significativa redução das dívidas a fornecedores de curto prazo em 948 618,92€, bem como pela redução da diferença entre a despesa realizada e a efectivamente paga.
- . A finalização das candidaturas e empreitadas no âmbito do QREN essencialmente as de maior relevo financeiro.

- · O facto do Município do Vila Nova da Barquinha apresentar uma taxa de execução, em termos de cobrança, do orçamento da receita de 78,5%.
- · O acréscimo da receita corrente de 16,52%, ou seja, 865.910,71€, face ao ano de 2012.

A receita de capital, inferior em 39% relativamente a 2012, ou seja, cerca de 4.294.410,86€, fundamentalmente pela variação negativa da venda de bens de investimento e das transferências de capital.

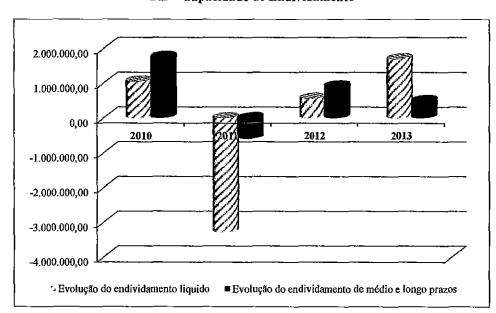
O aumento das despesas realizadas com pessoal face ao exercício económico de 2012, é de 303.474,83€, devido sobretudo á reposição do subsídio de férias e natal, assim como, o aumento da taxa contributiva para a Caixa Geral de aposentações.

O aumento da dívida de médio e longo prazo, em 6,35% (285.206,65€), devido à contratação do PAEL.

A obtenção de um prazo médio de pagamento a fornecedores (PMPF) inferior a 30 dias, superando assim o objetivo que nos propusemos: manter um prazo médio de pagamento aos nossos fornecedores, inferior a 90 dias.

Na ótica patrimonial destaca-se o resultado líquido do exercício de 496.913,58€.

A manutenção da capacidade de endividamento face à lei em vigor.



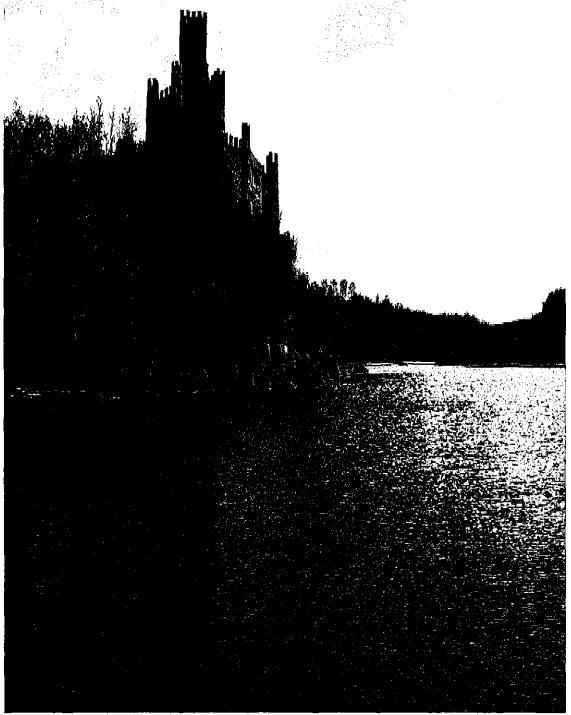
F.2 - Capacidade de Endividamento











II - Meios Humanos

1. Caracterização dos Recursos Humanos

1.1 Efetivos

O ano de 2013 foi a continuidade do ano de 2012, onde se mantiveram todos os recursos humanos a laborar no Município de Vila Nova da Barquinha.

O maior grupo de recursos humanos continua a ser caracterizado pelos assistentes operacionais, seguindo-se os assistentes técnicos.

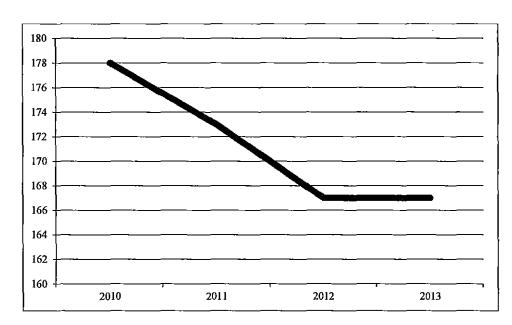
De salientar que 67 funcionários estão afectos à área da educação de acordo com o contrato de execução celebrado entre o Município de Vila Nova da Barquinha e o Ministério da Educação.

Q.1 - Recursos humanos: 2010-2013

Recincos Humenos	2401(0)	24011	2012	2013
Dirigentes	_ 5	4	4	4
Técnicos Superiores	14	14	14	14
Assistentes Técnicos	39	38	35	34
Assistentes Operacionais	118	115	112	112
Informáticos	2	2	2	2
Outros	0	0	0	1
Total	178	173	167	167

Fonte: Serviço de Recursos Humanos, 2014

F.3 – Recursos humanos: 2010-2013



Fonte: Serviço de Recursos Humanos,2014





O Município de Vila Nova da barquinha, durante o ano de 2013, teve o recrutamento de 11 colaboradores em contrato individual de trabalho e a cessão de funções de 11 colaboradores a contrato a termo.

Q.2 – Movimentos de recursos humanos: 2010-2013

Evoluzio dos Ikanusus Elumentos	2010	2011	2012	2013
A 31 de Dezembro	178	173	167	167
Entradas	28	3	1	11
Saidas	21	9	6	11
Saldo dos Movimentos	7	-6	-5	0

Fonte: Serviço de Recursos Humanos, 2014

No ano de 2013, verificou-se uma regularização de situações com a entrada de 10 assistentes técnicos que estavam em contrato a termo e passaram a contrato individual de trabalho, assim como um técnico superior que se encontrava na mesma modalidade e passou a contrato individual de trabalho.

Por este motivo o número de funcionários manteve-se igual ao ano anterior visto que as saídas foram iguais às entradas.

Dos 167 funcionários que constavam no quadro de pessoal do Município de Vila Nova da Barquinha, os mesmos, eram distribuídos pelo seguinte escalão etário.

Q.3 – Escalões Etários

;		Haenioos	asineteleal	Assistentes		
	Diriganius	Superiores	<u>II</u> eontoos	<u>Operationals</u>	<u>Unforunátágos</u>	Ontios
25-29 Anos	0	1	0	5	0	0
30-34 Anos	. 0	2	0	8	1	0
35-39 Anos	0	6	7	12	0	1
40-44 Anos	0	1	5	11	0	0
45-49 Anos	1	1	3	25	0	0
50-54 Anos	2	1	11	20	1	0
55-59 Anos	1	2	6	21	0	0
60-64 Anos	0	0	2	10	0	0
65-69 Anos	0	0	0	0	0	0
Total	4	14	34	112	2	1

Fonte: Serviço de Recursos Humanos, 2014

No ano de 2013, como em anos anteriores a carreira que tem uma maior percentagem de colaboradores é a de assistente operacional com 112 trabalhadores.

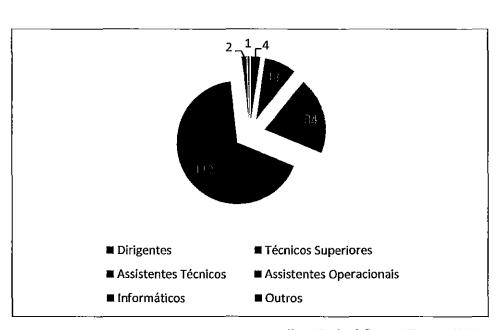
Q.4 - Distribuição por Género

	Dhigantes	Teenims Superimes	zeineteleeA zeineteleeA	atinotaked Dismolumbie	linformethers	Ound
Homens	1	4	5	54	2	1
Mulheres	3	10	29	58	0	o
Total	4	14	34	112	2	1

Fonte: Serviço de Recursos Humanos, 2014

Na estrutura do quadro de pessoal por género do Município de Vila Nova da Barquinha, constatamos que a mesma representa sessenta e sete colaboradores são do sexo masculino e cem colaboradoras do sexo feminino.

F.4 – Distribuição por Género



Fonte: Serviço de Recursos Humanos, 2014





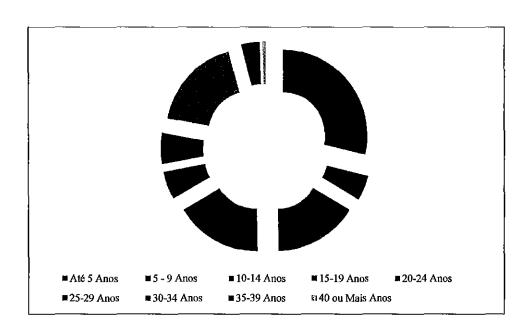
Q.5 - Distribuição por Antiguidade

	Dirigonites	Taundens Superfores	Assistentes Techicos	প্রকার্যালয়ের শ্রেমনের্ভাকরের প্র	Unformáticos	Ontros
Até 5 Anos	0	8	1	38	1	0
5 - 9 Anos	0	1	1	6	0	0
10-14 Anos	0	2	7	17	0	1
15-19 Anos	0	1	7	20	0	0
20-24 Anos	3	0	2	4	0	0
25-29 Anos	0	0	5	5	0	0
30-34 Anos	1	2	8	18	1	0
35-39 Anos	0	_ 0	3	_3	0	_ 0
40 ou Mais				_		
Anos	0	0	0	1	0	0
_ Total	4	14	34	112	2	1

Fonte: Serviço de Recursos Humanos, 2014

O Município de Vila Nova da Barquinha, neste quadro por distribuição de antiguidade mostranos que a distribuição pela contagem segundo o nível de antiguidade tem 48 colaboradores com antiguidade inferior a cinco anos, e que o escalão dos 30 aos 34 anos é o segundo no nível da antiguidade, com 30 colaboradores.

F.5 - Distribuição por Antiguidade



And San

(10⁾







III – RELATÓRIO FINANCEIRO

ANÁLISE ORÇAMENTAL

1. Principais destaques

A receita corrente total executada regista, em 2013, um acréscimo na sua execução face ao orçado, tornado o orçamento com os requisitos exigidos no POCAL, no que respeita aos princípios do equilíbrio, da prudência, da eficiência e eficácia. O orçamento de 2013, apresentando uma execução de 93,82%, reflecte que não houve empolamento na sua realização. As receitas fiscais, continuam a ser receitas com um peso significativo nas receitas correntes do Município de Vila Nova da Barquinha, assim como constante ao longo dos anos.

Ao nível das despesas totais do Município de Vila Nova da Barquinha verifica-se, no ano em apreço, uma diminuição de 30,51%, por força da redução de 3.664.691,87€ na despesa total,

derivando essencialmente pelas despesas de capital.

As despesas com pessoal registaram uma redução mais significativa em 2012, da qual resulta, para além da continuação das medidas extraordinárias impostas pela Lei do Orçamento do Estado para 2012, da suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal. No ano de 2013 verificou-se um ligeiro acréscimo, devido à reposição destes subsídios bem como a outras questões legais, como por exemplo regularizações de dívidas à ADSE.

O aumento do saldo corrente em 2013, associado a uma redução das despesas correntes, faz com que o rácio que lhe está associado aumente face ao ano anterior.

O decréscimo do rácio associado ao serviço da dívida, resulta da diminuição dos juros da dívida de médio e longo prazo, em 2013.

12

2. Equilíbrio Orçamental

2.1. Equilíbrio Corrente

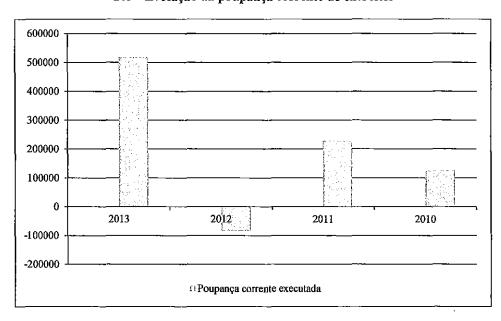
Q.7 - Poupança corrente do exercício

Designação	2013
Receita corrente executada	6.106.485,31
Despesa corrente executada	5,589,407,51
Poupança corrente executada	517.077,80

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

A execução do orçamento do Município de Vila Nova da Barquinha cumpre este princípio orçamental, com a formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital.

O orçamento do Município de Vila Nova da Barquinha gerou uma poupança corrente bruta executada de 517.077,80€. Esta poupança suporta parte da despesa de capital.



F.6 - Evolução da poupança corrente do exercício

A evolução da poupança corrente do exercício ao longo do último quadriénio, excepto o ano de 2012, permite verificar o bom desempenho financeiro do Município com uma significativa libertação de meios para aplicar em investimento.

2.2. Equilíbrio Efetivo

Na elaboração do orçamento de 2013 procurou-se respeitar o equilíbrio efetivo, sustentando todas as despesas efetivas (despesas excluídas dos ativos e dos passivos financeiros) por receitas efetivas (receitas com exclusão de ativos e passivos financeiros), em obediência à regra da boa gestão financeira e da proteção dos ativos patrimoniais.

(14

Q.8 - Saldo global efectivo

Designação	2013	2012	Variação
Receitas correntes	6,106,485,31	5.240.574,60	16,52%
Receitas de capital	2.746.067,50	7.154.035,40	-61,62%
Receita efetiva	8.852.552,81	12.394.610,00	-28,58%
Despesas correntes	5.589.407,51	5.324.357,19	4,98%
Despesas de capital	2.758,686,09	6.688.428,28	-58,75%
Despesa efetiva	8.348.093,60	12.012.785,47	-30,51%
Saldo corrente	517.077,80	-83.782,59	-717,17%
Saldo de capital	-12,618,59	465.607,12	-102,71%
Saldo global efetivo	504.459,21	381.824,53	32,12%

Como no exercício de 2013, o orçamento municipal, foi substancialmente mais baixo, devido à realização do investimento efectuado em 2012, o saldo global efectivo no final do ano de 2013 foi de 504.459,21€, ou seja, um acréscimo de 32,12%.

3. Análise da Despesa

3.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa

Q.9 - Alterações e revisões orçamentais segundo a natureza económica

Capítulo Económico	Dotação	Dofação. Alterações e Revisões			inal	Variação
ospitulo Economico	Inicial	Reforços	Deduções	Valor	Peso	Valor
Pessoal	2.986,770,00	165.670,00	85.170,00	3.067.270,00	27,19%	80.500,00
Aquisição de Bens e Serviços	2.684.485,00	242,250,00	132.450,00	2.794.285,00	24,77%	109.800,00
Encargos Correntes da Divida	105.000,00	0,00	0,00	105,000,00	0,93%	0,00
Transferências Correntes	405,520,00	33.700,00	10.000,00	429,220,00	3,81%	23.700,00
Subsídios	49,300,00	6.500,00	0,00	55,800,00	0,49%	6.500,00
Outras Despesas Correntes	277.500,00	1.000,00	229.360,00	49,140,00	0,44%	-228.360,00
Despesas Correntes	6.508.575,00	449.120,00	456.980,00	6.500.715,00	57,63%	-7.860,00
Aquisição de Bens de Capital	3.816.630,00	260.760,00	284.900,00	3.792.490,00	33,62%	-24.140,00
Transferências de Capital	533.910,00	32,000,00	53.000,00	512.910,00	4,55%	-21.000,00
Passivos Financeiros	420.000,00	53.000,00	0,00	473.000,00	4,19%	53.000,00
				1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		
Despesas de Capital	4.770.540,00	345,760,00	337.900,00	4.778.400,00	42,37%	7.860,00
Total _	11.279.115,00	794.880,00	794.880,00	11.279:115,00	100,00%	0,00

No decurso do ano de 2013, registaram-se dezoito modificações orçamentais, sendo todas elas alterações e nenhuma revisão, que, no seu conjunto, determinaram um ajustamento ao valor inicial do valor global do orçamento de 11.279.115,00€.

As alterações ao orçamento não modificaram significativamente a sua estrutura, mantendo-se as despesas correntes e as despesas de capital nas mesmas posições relativas no orçamento final e no inicial.

De entre as rubricas cujas dotações foram acrescidas destacam-se, nas despesas correntes, as despesas com pessoal pelo pagamento do subsídio de férias e natal, assim como a aquisição de bens e serviços, nomeadamente a rubrica com encargos com instalações através do pagamento das faturas da EDP. No âmbito das despesas de capital, a única que sofreu um reforço foram os passivos financeiros, para pagamento das amortizações do empréstimo PAEL.

(15

3.2. Execução Orçamental da Despesa

Q.10 - Despesa por classificação económica

Capítulo Económico	Despesa Orçada	Despesa Comprometida / Realizada	Despesa Paga	Desylo	Taxa de Execução	Despesa realizada e não paga
	1	2	/3	4=3-1	5=3/1	6=2-3
Pessoal	3.067,270,00	2.913.165,42	2.911.012,92	-156.257,08	94,91%	2,152,50
Aquisição de Bens e Serviços	2.794.285,00	2.421.574,42	2.150.231,71	-644.053,29	76,95%	271.342,71
Encargos Correntes da Divida	105,000,00	92.287,65	77.971,00	-27.029,00	74,26%	14.316,65
Transferências Correntes	429.220,00	357.940,34	355,729,93	-73.490,07	82,88%	2.210,41
Subsídios	55,800,00	52.902,89	52.902,89	-2.897,11	94,81%	0,00
Outras Despesas Correntes	49.140,00	41.561,35	41.559,06	-7.580,94	84,57%	2,29
Despesas Correntes	6.500.715,00	5.879.432,07	5,589,407,51	-911.307,49	85,98%	290.024,56
Aquisição de Bens de Capital	3.792.490,00	2.409.779,24	1,932.888,59	-1.859.601,41	50,97%	476.890,65
Transferências de Capital	512.910,00	412.284,88	406.513,11	-106.396,89	79,26%	5.771,77
Passivos Financeiros	473,000,00	472.230,57	419:284,39	-53.715,61	88,64%	52,946,18
Despesas de Capital	4.778.400,00	3.294.294,69	2.758.686,09	-2.019.713,91	57 ,73 %	535.608,60
Total	11.279,115,00	9.173.726,76	8.348.093,60	-2.931.021,40	74,01%	825.633,16

Relativamente às despesas, previstas suportar pelas receitas, no montante de 11.279.115,00€, o orçamento de 2013, inferior ao do ano transato em 6.946.674,00€, teve compromissos/realizações que representaram 74,01% do orçamento.

Por sua vez, as despesas correntes pagas representaram 85,98% do total executado e as despesas de capital 57,73%.

Nas despesas correntes são as despesas com pessoal que têm maior peso e as aquisições de bens e serviços as que, em termos absolutos, apresentam o maior desvio relativamente ao valor orçado. Em aquisição de bens e serviços, o desvio negativo de 644.053,29€ no que respeita aos compromissos assumidos face ao previsto espelha o esforço de contenção das despesas ao longo do ano, em resultado quer das economias de escala fruto da centralização da função compras facilitada pela utilização da Plataforma de Compras Eletrónica, quer das determinações do executivo no que respeita à necessidade de contenção de despesas por força da quebra de receitas. A despesa realizada inclui a dívida transitada de 2012 que, neste agrupamento económico, foi de 1.405.945,85€. Em contrapartida, a dívida a transitar para 2014 é de 825.633,16€, e corresponde, genericamente, a faturas de novembro e dezembro cujo prazo de pagamento não se tinha vencido em 31 de dezembro.

As despesas de capital, comprometidas e realizadas, ascenderam a 68,94% do orçamento respetivo. Em termos de execução, os desvios mais significativos são registados nas rubricas de

aquisição de bens de capital e transferências de capital, no montante de 1.859.601,41€ e 106.396,89€.

Anota-se que a rubrica de aquisição de bens de capital previa 3.792.490,00€ de despesa, extraordinária, para pagamento de investimentos efectuados em empreitadas, o desvio de 1.932.888,59€, deveu-se essencialmente pelo atraso da empreitada do Pavilhão Desportivo, que teve o seu início em dezembro de 2013.

Q.11 - Despesa por classificação orgânica e serviço responsável

	Orçamento Final		R	ealizada		Pi	igamentos	
Orgânica / Serviço Responsável	16	%	2	%	Táxa de Execução (3)=(2)/(1)	4	%	Taxa de Execução (5)=(4)/(2)
Operações Financeiras	578.000,00	5,12%	564.518,22	6,15%	97,67%	497.255;39	5,96%	88,08%
Executivo Municipal	1.653.095,00	14,66%	1.338.077,98	14,59%	80,94%	1.310,078,30	15,69%	97,91%
Assembleia Municipal	27.500,00	0;24%	23.413,86	0,26%	85,14%	8,982,51	0,11%	38/36%
Serviço de Finanças e Contabilidade	218.715,00	1,94%	206.804,30	2,25%	94,55%	206.607,50	2,47%	99,90%
Serviços Administrativos	201,320,00	1,78%	174.933,50	1,91%	86,89%	169,645,16	2,03%	96,98%
Serviço de Pessoal	36,415,00	0,32%	32.818,05	0,36%	90,12%	32,818,05	0,39%	100,00%
Serviço de Informática	145.230,00	1,29%	98.206,43	1,07%	67,62%	97,072;72	1,16%	98,85%
Tesouraria	36,710,00	0,33%	32.914,33	0,36%	89,66%	32,914,33	0,39%	100,00%
Divisão Municipal de Obras	1.974.400,00	17,50%	1,445.087,81	15,75%	73,19%	1.321.517,81	15,83%	91,45%
Divisão Municipal de Urbanismo	303,085,00	2,69%	275.345,94	3,00%	90,85%	273.704,43	3;28%	99,40%
Obras / Oficinas	84.020,00	0,74%	73.557,31	0,80%	87,55%	73.557,31	0,88%	100,00%
Serviços Agua e Abastecimento	561,490,00	4,98%	533.211,43	5,81%	94,96%	477,618,02	5,72%	89,57%
Saneamento	234.625,00	2,08%	198.692,93	2,17%	84,69%	185.655,97	2,22%	93,44%
Salubridade / Higiene Urbana	378.810,00	3,36%	298.395,82	3,25%	78,77%	239,218,72	2,87%	80;17%
Cemitério	14.120,00	0,13%	10.672,83	0,12%	75,59%	10.672,83	0,13%	100,00%
Trânsito e Iluminação Publica	143.910,00	1,28%	135.596,81	1,48%	94,22%	135,596,81	1,62%	100,00%
Serviços Administrativos - DMMERU	90,960,00	0,81%	83.039,68	0,91%	91,29%	83.039,68	0,99%	100,00%
Serviços de Fiscalização Sanitária	1.000,00	0,01%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação	2.947.725,00	26,13%	2.216.624,86	24,16%	75,20%	1,857,525,45	22,25%	83,80%
Cultura	328 915,00	2,92%	261.661,92	2,85%	79,55%	251,695,20	3,02%	96,19%
Desporto	594.885,00	5,27%	520.610,83	5,68%	87,51%	477,081,25	5,71%	91,64%
Saúde e Solidariedade Social	309,760,00	2,75%	285.743,53	3,11%	92,25%	285,651,07	3,42%	99,97%
Juventude e Tempos Livres	10:055,00	0,09%	9.020,00	0,10%	89,71%	8,460,00	0,10%	93,79%
Turismo	364.840,00	3,23%	320.792,83	3,50%	87,93%	278,733,49	3,34%	86,89%
Serviços Municipais de Habitação	39,530,00	0,35%	33.985,56	0,37%	85,97%	32,991,60	0,40%	97,08%
Total	11.279.115,00	100,00%	9.173.726,76	100,00%	81,33%	8,348,093,60	100,00%	91,00%

Quanto à despesa por Serviço Responsável verifica-se que o Executivo Municipal, ao agregar as transferências para a Empresa Municipal e outras entidades participadas bem como algumas despesas de funcionamento transversais, de que se destacam os seguros, é a orgânica com o terceiro maior peso, tanto em termos previsionais como em sede de realização de despesas.

Por outro lado, a Divisão Municipal de Obras é a segunda que agrega um maior valor de despesa, uma vez que, engloba a maior parte das empreitadas que o Município de Vila Nova da Barquinha executa, com uma taxa de execução de 91,45%.

A Divisão Municipal de Desenvolvimento Social, através do serviço da educação, é o mais representativo em termos orçamentais, não só pela gestão corrente com os estabelecimentos de ensino, assim como, as empreitadas que integram a reabilitação da rede escolar do Concelho.

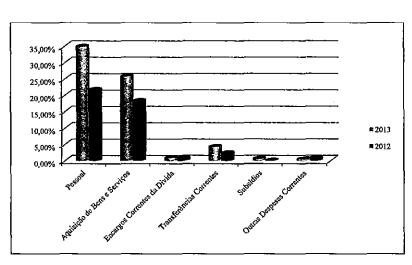
3.3. Evolução da Despesa

Q.12 - Evolução da despesa global realizada e paga

	Pago 20	13	Realizad	2013		Pago 2012	Barana (1965) Barana (1965)	Rea	lizado 2012	
Capítulo Económico	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Variação 12-13	Valor	Peso %	Variação 12-13
01. Pessoal	2,911,012,92	34,87%	2.913.165,42	31,76%	2.607.538,11	21,71%	11,64%	2.682.233,02	19,99%	8,61%
02. Aquisição de Bens e Serviços 03. Encargos Correntes	2.150.231,71	25,76%	2.421.574,42	26,40%	2.196,700,26	18,29%	-2,12%	2.348.050,27	17,50%	3,13%
da Divida 04. Transferências	77,971,00	0,93%	92.287,65	1,01%	114.168,60	0,95%	-31;71%	114.168,60	0,85%	-19,17%
Correntes	355,729,93	4,26%	357.940,34	3,90%	289,134,58	2,41%	23,03%	345.869,12	2,58%	3,49%
05. Subsídios 06. Outras Despesas	52.902,89	0,63%	52.902,89	0,58%	12,328,18	0,10%	329,12%	12.328,18	0,09%	329,12%
Correntes	41.559,06	0,50%	41.561,35	0,45%	104,487,46	0,87%	-60,23%	105.539,37	0,79%	-60,62%
Despesas Correntes	5,589,407,51	66,95%	5.879.432,07	64,09%	5.324.357,19	44,32%	4,98%	5.608.188,56	41,79%	4,84%
07. Aquisição de Bens										
de Capital 08. Transferências de	1.932.888,59	23,15%	2.409.779,24	26,27%	6.076.580,06	50,58%	-68,19%	7.161.811,00	53,37%	-66,35%
Capital	406.513,11	4,87%	412,284,88	4,49%	217.875,73	1,81%	86,58%	254.759,27	1,90%	61,83%
10.Passivos Financeiros	419.284,39	5,02%	472.230,57	5,15%	393,972,49	3;28%	6,42%	393.972,49	2,94%	19,86%
Despesas de Capital	2.758,686,09	33,05%	3.294.294,69	35,91%	6.688,428,28	55,68%	-58,75%	7.810.542,76	58,21%	-57,82%
Total	8,348,093,60	100,00%	9,173,726,76	100.00%	12.012.785.47	100,00%	-30.51%	13.418.731.32	100.00%	-31,63%

Embora o orçamento de 2013, tenha sido bastante reduzido em relação ao orçamento de 2012. O exercício económico de 2013, teve uma execução da despesa paga, de 66,95% na despesa corrente e 33,05% da despesa de capital. Da diferença entre a despesa realizada e a despesa paga em 2013 resulta uma dívida total a transitar para o ano de 2014 de 825.633,16€, enquanto o valor da divida total que passou para o ano de 2013 foi de 1.405.945,85€, quase 50% do valor transitado para 2014.

3.3.1 Evolução da Despesa Corrente



F.7 - Evolução da estrutura da despesa corrente

As despesas correntes orçamentadas para 2013 (6.500.715,00€) foram superiores às de 2012 (6.008.734,00€) em cerca de 8,19%. Por outro lado, os valores realizados e os valores pagos aumentaram 4,84% e 4,98%, respetivamente.

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das despesas com pessoal, que representam 44,78% na despesa orçada e 52,08% na despesa paga, com uma taxa de execução de pagamentos muito próxima dos 95% da despesa comprometida e realizada. Este agrupamento, em conjunto com o das aquisições de bens e serviços, representam 90,55% da despesa corrente paga.

No que respeita às despesas correntes é ainda de referir que nos juros e outros encargos, estão incluídos juros das despesas com os empréstimos de médio e longo prazo, cuja variação, para além da redução do capital em dívida e das taxas de juros, se deve, no ano económico em apreço, também à não contratualização do empréstimo de curto prazo.

Assinala-se ainda, neste ano, o aumento do peso do agrupamento das transferências correntes que decorre da celebração dos Protocolos com as várias Associações Sem Fins Lucrativos, assim como, senão os mais relevantes, as transferências para a educação.

3.3.1.1. Despesas com o Pessoal

Q.13 - Evolução das despesas com pessoal

Designação	Dotação.	2013 Execução	Grau da	Dotação	2012 Execução	Grau da	Variação Valor	12-13 - %
	Dotação	Execução	Execução	Dotação	Executan	Execução	VAIDE	/0
DESPESAS PESSOAL	3.067,270,00	2.911.012,92	94,91%	2.740.674,66	2.607.538,09	95,14%	303.474,83	11,64%
Remunerações Certas e Permanentes	2,320,965,00	2,231,530,77	96,15%	2.117.941,32	2.105.992,11	99,44%	125.538,66	5,96%
Titul, Org. Soberania e Membros	95.500,00	92.460,27		103.000,00	102,462,30	99,48%	-10.002,03	-9,76%
Aut. Pessoal dos Quadros - Regime			96,82%	103.000,00	102,402,50	•	-10.002,03	-9,7076
Função Pública / CTTI Pessoal dos Quadros - Alterações	1,469,340,00	1,439,793,74	97,99%	1.467.458,96	1.467.440,60	100,00%	-27.646,86	-1,88%
Obrigatórias de Pos. Remuneratório Pessoal dos Quadros - Alterações	95,00	0,00	0,00%	95,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Facultativas de Pos. Remuneratório	95,00	0,00	0,00%	95,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Pessoal dos Quadros - Novos		0,00	the Marin	Ī	0.00	·		0,00%
Postos Pessoal Contratado a Termo	5,00 70,225,00	63.024,42	0,00% 89,75%	5,00 84.225,00	0,00 82,165,26	0,00% 97,55%	0,00 -19.140,84	-23,30%
Pessoal contratado a Territo Pessoal em regime de Tarefa ou						•		
Avença Pessoal em Qualquer Outra	62.700,00	55.219,59	88,07%	70.300,00	62.641,36	89,11%	-7.421,77	-11,85%
Situação	93,800,00	90.897,59	96,91%	56.149,71	56.065,87	99,85%	34.831,72	62,13%
Representação - Membros Aut.	21.500,00	20 195;18	93,93%	18.000,00	17.871,04	99,28%	2:324;14	13,01%
Representação - Pessoal dos Quadros	9:205,00	8:507,28	92,42%	8.805,00	8.507,28	96,62%	0,00	0,00%
Subsídio de Refeição	212,700,00		89,08%	173,772,65	173.367,07	99,77%	16,106,38	9,29%
Subsidio Férias e Natal	275.800,00	271.959,25	98,61%	136.035,00	135.471,33	99,59%	136,487,92	100,75%
Remuneração Maternidade/Paternidade	10.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Abonos Variáveis e Eventuais	87,660,00	48.303,99	55,10%	55.470,99	45.701,16	82,39%	2.602,83	5,70%
Gratificações Variáveis ou					•	-		
Eventuais Ugent Entropy line fring	500,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00% 99,98%	0,00	0,00%
Horas Extraordinárias Ajudas de Custo	34.505,00 18.350,00	22.892,83 10.323,27	66,35% 56,26%	26.736,18 8.729,81	26.731,16 8.613,09	98,66%	-3.838;33 1.710;18	-14,36% 19,86%
Abono para Falhas	3.300,00	2.843,08	86,15%	2.300,00	1.725,80	75,03%	1.117.28	64,74%
Colaboração Técnica e				1				
Especializada	5,00	人工 化二氢苯基苯基苯基苯	0,00%	5,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Subsídio de Turno	7.000,00	The state of the	0,00%	5.700,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros Prémios e Suplementos	24,000,00		51,02%	12,000,00 567,262,35	8.631,11	71,93%	3.613,70 175.333,34	41,87%
Segurança Social Encargos com a Saúde	658.645,00 187.500,00		95,83% 91,57%	176.347,35	455.844,82 85.874,17	80,36% 48,70%	85.815,63	38,46% 99,93%
Subsidio Familiar a Crianças e				1				
Jovens	9.605,00	- SATE (125/1876)	72,56%	14.700,00	9.526,82	64,81%	-2.557,54	-26,85%
CGA	259,715,00			185.705,00	179.673,07	96,75%	78,229,66	43,54%
Segurança Social Outras Pensões	146.025,00 13.800,00	5 2 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5	98,83%	132.810,00	131.304,62	98,87%	13,008,92	9,91%
Outras Pensões Seguros	42,000,00	14.14.4.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1	83,58% 92,31%	11.700,00 46.000,00	8.748,62 40.717,52	74,77% 88,52%	2.784,83 -1.948,16	31,83% -4,78%

As despesas com pessoal apresentam, em 2013, uma variação positiva de 303.474,83€ relativamente ao ano anterior. À semelhança dos dois últimos anos, o ano de 2013 continuou a ser marcado por profundas alterações legislativas com repercussões em matéria de recursos humanos, designadamente a Lei do Orçamento do Estado para 2013 que, para além das alterações ao regime legal de recrutamento, mantiveram, entre outras, as reduções de vencimentos das pessoas com remunerações superiores a 1.500 euros, a suspensão das valorizações remuneratórias e dos prémios de desempenho, reduziram os subsídios de férias e de Natal a pessoas com remuneração base mensal entre 600 euros e 1.100 euros e suspenderam a atribuição destes subsídios para rendimentos superiores a este limite. Acrescem ainda a manutenção da redução das ajudas de custo e subsídio de transporte, as reduções do pagamento de trabalho extraordinário e descanso obrigatório, as alterações em matéria de prestações sociais e a obrigatoriedade de redução do número de trabalhadores.

A variação positiva dos encargos com pessoal reflete-se com maior relevo no subagrupamento de remunerações certas e permanentes em resultado das medidas da reintegração dos subsídios de férias e de Natal.

De entre as remunerações certas e permanentes, sobressai a despesa com pessoal dos quadros – regime de contrato individual de trabalho, nas despesas com pessoal e que reduz 27.646,86€ face a 2012. Destacam-se ainda as despesas com pessoal contratado a termo e com pessoal em regime de tarefa e avença que reduzem, 23,30 e 11,85%, respetivamente.

Nas despesas relacionadas com abonos variáveis ou eventuais, a generalidade das rubricas tiveram um acréscimo relativamente a 2012, essencialmente na rubrica dos outros prémios ou suplementos, devido ao aumento do número de reuniões e sessões dos órgãos executivo e deliberativo, muito por conta da substituição dos órgãos municipais. Por outro lado, salientandose as diminuições de 14,36% nas horas extraordinárias.

No que respeita ao subagrupamento segurança social, verifica-se um aumento dos encargos com a saúde, devido ao pagamento de dívidas existentes à ADSE, através do Plano de Pagamentos, estabelecido entre este Município e a ADSE, assim como, o aumento das contribuições para a CGA, cujo valor aumentou substancialmente, devido à subida da taxa de contribuições por parte da entidade, que passou de 15% para 20%, de 2012 para 2013, respectivamente.



3.3.1.2. Aquisição de Bens e Serviços

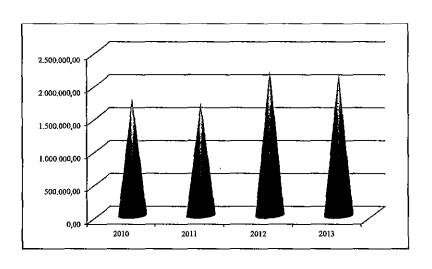
Q.14 - Evolução do quadriénio das despesas de Aquisição de Bens e Serviços

Designação	2010 2011	2012 2013
Aquisição de Bens e Serviços	1.781.461,33 1,703,055,50	2.196.700,26 2.150.231,71
Taxa de Execução	68,70% 85,70%	83,40% 77,00%
Aq. Bens e Serviços / Total da Despesa	27,90% 28,90%	18,30% 25,80%

(22)

Como podemos observar, em termos monetários houve um decréscimo de 2013 para 2012 de 46.468,55€, em termos da taxa de execução global, o exercício económico tem uma percentagem de 25,80%, superior ao exercício económico de 2012, devido ao peso da despesa total de 2012, ser bastante superior.

F.8 - Evolução da despesa de aquisição de bens e serviços



Q.15 – Evolução das despesas de Aquisição de Bens e Serviços

		2013.			2012		Variação 12-13
Designação	Dotação	Execução	Grauda Execução	Dotação	Execução	Grau da Execução	Valor %
Aquisição de Bens e Serviços	2.794.285,00	2,150,231,71	76,95%	2.634.625,34	2.196.700,26	83,38%	-46,468,55 -2,12°
Aquisição de Bens	953.925,00	745,962,39	78,20%.	874.125,00	698.489,08	79,91%	47,473,31 6,80
Gasolina	8,100,00	6,832,28	84,35%	7.250,00	3.816,49	52,64%	3,015,79 79,02
Gasóleo	92,000,00	83 562,51	90,83%	90.700,00	72.872,36	80,34%	10.690,15 14,67
Outros	120.000,00	110.150,67	91,79%	100.000,00	86.024,26	86,02%	24,126,41 28,05
Limpeza e Higiene Alimentação - Refeições	13.400,00	8,154,77	60,86%	17.500,00	10.426,28	59,58%	-2:271,51 -21,79
Confeccionadas Alimentação - Géneros P/	25.005,00	2]:743,75	86,96%	37.005,00	25.944,20	70,11%	-4:200,45 -16,19
Confeccionar	1.000,00	284,31	28,43%	3.000,00	0,00	0,00%	284,31 0,00
Vestuário e Artigos Pessoais	9.505',00	The State of the S	30,18%	8.505,00	2.655,51	31,22%	212,90 8,02
Material de Escritório	32,505,00	15,955,22	49,09%	37.905,00	18.750,60	49,47%	-2,795,38 -14,91
Produtos Químicos e Farmacêuticos	16.100,00	5.684,44	35,31%	16.100,00	14.556,01	90,41%	-8,871,57 -60,95
Material de Transporte - Peças	39,500,00	24.435,64	61,86%	44.000,00	26.021,17	59,14%	-1.585,53 -6,09
Outro Material - Peças	36,950,00	17,929,56	48,52%	40.450,00	14.280,37	35,30%	3.649,19 25,55
Prémios, Condecorações e Ofertas	3.550,00	2,667,03	75,13%	6.050,00	1.477,78	24,43%	1.189,25 80,48
^l gua	468.650,00	415,785,13	88,72%	380.500,00	379.137,46	99,64%	36,647,67 9,67
erramentas e Utensílios	24,150,00	8.479,48	35,11%	20.650,00	12.490,98	60,49%	-4.011,50 -32,12
ivros e Documentação Técnica	9.050,00	1,867,65	20,64%	9.050,00	1.376,54	15,21%	491,11 35,68
Artigos Honoríficos e de Decoração	1,500,00	318,25	21,22%	2.000,00	98,40	4,92%	219,85 223,42
Material de Educação, Cultura e Recreio	5,000,00	1,247,22	24,94%	6.000,00	798,26	13,30%	448,96 56,24
Outros Bens	47,960,00	17.996,07	37,52%	47.460,00	27.762,41	58,50%	-9,766,34 -35,18
Aquisição de Serviços	1.840.360,00	1. 人名英格雷斯特里	76,30%	1.760.500,34	1.498.211,18	85,10%	-93.941,86 -6,27
Encargos Com as Instalações	499.505,00	469.186,67	93,93%	447.495,34	417.091,07	93,21%	52.095,60 12,49
Limpeza e Higiene	5,00	0,00	0,00%	5,00	0,00	0,00%	0,00 0,00
Conservação de Bens	35.200,00	15.796,36	44,88%	48.200,00	30.917,07	64,14%	-15,120,71: -48,91
Locação de Edificios	36,405,00	35.121,86	96,48%	43.005,00	39.079,56	90,87%	-3.957,70 -10,13
Locação de Material de Transporte	4.000,00	J.116,84	27,92%	0,00	0,00	0,00%	1.116,84 0,00
Locação de Outros Bens	13.500,00	12.121,33	89,79%	11.005,00	8,027,79	72,95%	4.093,54 50,99
•	45,605,00	39.275,30		40.605,00	36.889,34	90,85%	[1] 一一、"我想得不是一致"和
Comunicações	1 1 1 4 2 3 3 4 4 4 5	The second second second	86,12%	· ·	•	•	
Fransportes	47,450,00	40.974,00	86,35%	93.450,00	86.915,62	93,01%	
Representação dos Serviços	10,500,00	7,461,76	71,06% 54.0%	9.000,00	5.666,93	62,97%	1.794,83 31,67
Seguros	15,455,00	8.496,81	54,98%	18.955,00	7.574,27	39,96%	922,54: 12,18
Pormação	11.550,00	2.721,59		11.350,00	4.035,75	35,56%	-1.314,16 -32,56
Seminátios	5,00	0,00 22.025.00	0,00%	5,00	0,00	0,00%	0,00 0,00
Publicidade	44,500,00	27,875,90	62,64%	38.000,00	15.532,65	40,88%	12,343,25 79,47
Vigilância e Segurança	7,005,00	4.907,47	70,06%	21.005,00	17.000,56	80,94%	-12.093,09 -71,13
Assistência Técnica	77.000,00	45.866,11	59,57%	91.000,00	60.810,31	66,82%	-14,944,20 -24,58
Outros Trabalhos Especializados	613,015,00	433.830,57		593.515,00	506.454,10	85,33%	-72.623,53 -14,34
Serviços de Saúde	4.000,00	1,940,04	48,50%	3.000,00	1.889,04		51,00 2,70
Encargos de Cobrança de Receita	55,000,00	42.639,32	77,53%	57.500,00	52,454,28	91,22%	-9.814,96 -18,71
Outros Serviços	320.660,00	214,937,39	67,03%	233.405,00	207.872,84	89,06%	7.064,55 3,40

A rubrica da aquisição de bens e serviços, é fundamentalmente a rubrica que suporta a operacionalidade do Município de Vila Nova da Barquinha, de todas as despesas inerentes a esta rubrica, em termos monetários, destacam-se a aquisição de água, os encargos de instalações, e os outros trabalhos especializados, que engloba as diversas áreas de intervenção municipal.

3.3.1.3. Juros e Outros Encargos

Q.16 - Evolução do quadriénio das despesas dos juros e outros encargos

Designação	2010	2011	2012	2013
Juros e Outros Encargos	64.011,37	118,331,95	114.168,60	77.971,00
Taxa de Execução Juros e O. Encargos / Total da	39,10%	92,05%	92,05%	74,30%
Despesa	0,60%	1,20%	1,20%	0,90%

No quadriénio de 2010 a 2013, verificamos que após dois anos consecutivos tivemos uma taxa de execução de 92%, no exercício económico de 2013, a taxa de execução foi de 74,30%, assim como o valor monetário significativamente menor (77.971,00€).

Q.17 - Evolução das despesas dos juros e outros encargos

Designação	liofacão Evacucão	rau da ecução Dotação	Execução	Grau da Execução	Variação 12-13 Valor %
Juros e Outros Encargos Empréstimos de Médio e Longo	105,000,00 77,971,00	74,26% 121.000,00	114.168,60	94,35%	-36,197,60 -31,71%
Prazo	105,000,00 77,971,00	74,26% 121.000,00	114.168,60	94,35%	-36.197,60 -31,71%

Na rubrica dos encargos correntes com o serviço da divida, verificam-se que os juros dos empréstimos bancários contratualizados pelo Município de Vila Nova da Barquinha durante o exercício de 2013, e considerando o pagamento de juros do novo empréstimo PAEL, assim como com as oscilações que as taxas de juro, sofreram uma execução de 77.971,00€.

(24

3.3.1.4. Transferências Correntes

Q.18 - Evolução do quadriénio das despesas das transferências correntes

Designação	2010	2011	2012	2013
Transferências Correntes	204.058,01	129,939,65	289.134,58	355,729,93
Taxa de Execução	63,80%	48,60%	74,70%	82,90%
Transf. Correntes / Total da Despesa	1,90%	1,30%	2,40%	4,30%

Pelo quadro infra, podemos verificar que ao longo dos exercícios económicos, a rubrica de transferências correntes tem vindo a sofrer um aumento gradual em termos monetários, esta situação deve-se essencialmente à crescente delegação de competências por parte do Estado, para as Autarquias Locais, sem a contrapartida financeira adequada.

Q.19 - Evolução das despesas das transferências correntes

Designação	Dotação	H. Techican	Grau da Execução	Dotação	2012 Execução	Grau da Execução	Variação 12-13 Válor %
Transferências Correntes Comunidade Intermunicipal Médio	429.220,00 80.000.00		82,88% 50,92%	387.320,00	289.134,58	74,65%	-31.590,07 -23,03%
Tejo Resitejo Instituições Sem Fins Lucrativos	6.000,00	5.094,69 309.897,34	50,92% 84,91% 90,29%	105.000,00 8.600,00 273.720,00	100.696,21 7.764,06 180,674,31	95,90% 90,28% 66,01%	-64.262,10 -59,54% -3,505,31 -34,38% 36.177,34 71,52%

Em comparação com o ano de 2012, o Município no exercício económico de 2013 na rubrica das transferências correntes apresenta um acréscimo nas transferências de 31.590,07€, da qual as instituições sem fins lucrativos é a que tem maior peso, que englobam, diversas entidades como, os Bombeiros, as Associações e as Escolas, que desenvolvem um papel fundamental nas diversas áreas de intervenção do Município, em prol do bem-estar social da sua população.

3.3.1.5. Subsídios

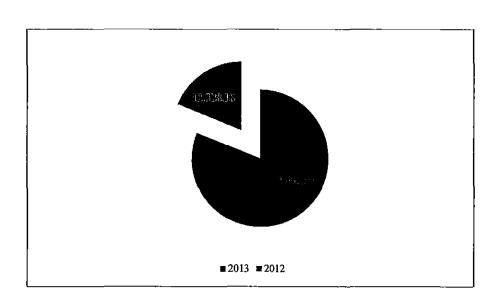
Q.20 - Evolução das despesas dos subsídios

Designação	Dotação	2013 Execução	Grau da Execução	Dotação	2012 Execução	Grau da Execução	Variação Valor	o 12-13 %
Subsídios Administração	55.800,00	52.902,89	94,81%	13.300,00	12.328,18	92,69%	40.574,71	329,12%
Central Instituições Sem Fins	38.000,00	37.994,00	99,98%	0,00	0,00	0,00%	37.994,00	0,00%
Lucrativos	17,800,00	14.908,89	83,76%	13.300,00	12.328,18	92,69%	2.580,71	20,93%

A rubrica dos subsídios que anteriormente apenas apresentava despesas com instituições sem fins lucrativos, mais propriamente com as despesas inerentes ao Protocolo celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha, destinado a apoiar as medidas de inserção / emprego.

No exercício económico de 2013, surge uma nova rubrica integrada na Administração Central, através de medidas de políticas activas de emprego e reinserção social, da qual integra o Protocolo celebrado com o Estabelecimento Prisional de Torres Novas, que visa proporcionar ao Município a realização de diversas tarefas para as quais dispõe de poucos recursos humanos e por outro lado uma inserção antecipada na sociedade de reclusos.

F.9 - Evolução da despesa dos subsídios



All Gar

3.3.1.6. Outras Despesas Correntes

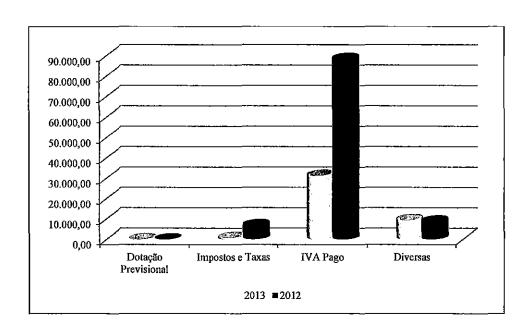
Q.21 - Evolução das despesas das outras despesas correntes

		2013			2012		Variaçã	o 12-13
Designação	Dotação	Execução	Grau da Execução	Dotação	Execução	Grau da Execução	Valor	%
Outras Despesas Correntes	49.140,00	41.559,06	84,57%	111.814,00	104.487,46	93,45%	-62,928,40	-60,23%
Dotação Previsional	640,00	0,00	0,00%	764,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Impostos e Taxas	2,500,00	789,70	31,59%	9.000,00	6.980,04	77,56%	-6,190,34	-88,69%
IVA Pago	35.000,00	31.306,65	89,45%	89.050,00	88.633,58	99,53%	-57.326,93	-64,68%
Diversas	11.000,00	9.462,71	86,02%	13.000,00	8.873,84	68,26%	588,87	6,64%

A rubrica das outras despesas correntes no exercício de 2013, teve um acentuado decréscimo monetário (62.928,40) e percentual (60,23), em relação ao exercício anterior, durante o exercício económico de 2013, a rubrica que ainda teve alguma saliência diz respeito ao IVA pago, devido pelo adquirente principalmente nas faturas de empreitadas para o qual este procedimento era exigido.

Em relação á rubrica de despesas diversas, esta sofreu um ligeiro aumento, sendo um dos motivos provocado pelo pagamento da homologação e verificação interna da conta de gerência nº6041/2003, do Tribunal de Contas, no valor de 3.176,35€, confirmando a legalidade da mesma.

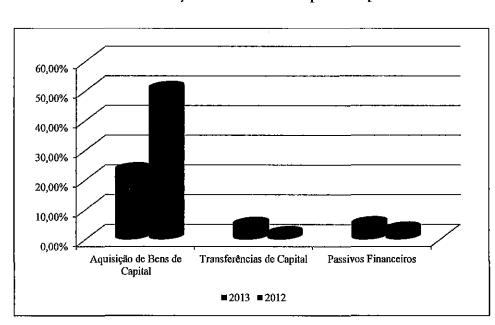
F.10 - Evolução das outras despesas correntes



(27

3.3.2. Evolução da Despesa de Capital

F.11 - Evolução da estrutura da despesa de capital



As despesas de capital, orçadas para 2013 (4.778.400,00€) foram bastante inferiores às de 2012 (12.217.055,00€) em 60,88%. Para este decréscimo convergiu o agrupamento de aquisição de bens de capital com uma redução de 67%.

A taxa de execução das despesas de capital foi de 57,73%, com um desvio entre o orçado e pago de 2.019.713,91€, principalmente devido ao atraso do início das empreitadas previstas para 2013, e que transitaram para o exercício económico de 2014.

No âmbito geral das despesas de capital, as transferências de capital e os passivos financeiros, foram as que apresentaram um grau da taxa de execução mais elevado, nomeadamente, 79,3% e 88,6%, respectivamente.

Q.22 - Evolução das despesas de capital

Designação	2010	2011	2012	2013
Despesas de capital	5.606.614,92	5,013,027,36	6.688.428,28	2.758.686,09
Taxa de Execução	35,20%	36%	55%	58%
Despesas de Capital / Total da Despesa	52,20%	49,70%	55,70%	33,00%

3.3.2.1. Aquisição de Bens de Capital

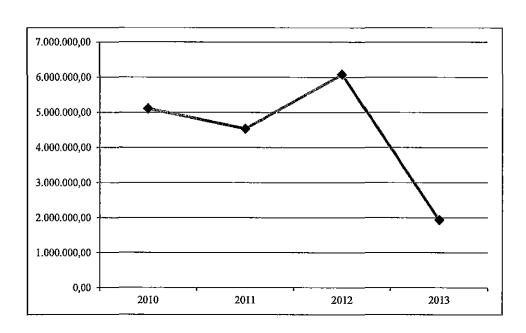
Q.23 - Evolução da estrutura das despesas de investimento

Designação	2010 2011	2012 2013
Aquisição de Bens de Capital	5.105.963,10 4.531.601,44	6.076,580,06 1,932,888,59
Taxa de Execução Aquisição de Bens de Capital / Total da	33,50% 34%	53% 51%
Despesa	47,60% 45,00%	50,60% 23,20%

No quadriénio em análise, o capítulo da Aquisição de Bens e Serviços, sofreu um decréscimo muito significativo a partir do ano de 2012 para o ano de 2013, desde o ano de 2010, que as despesas com a aquisição de bens de capital foram bastante elevadas, devido à execução de várias candidaturas aprovadas que promoveu a execução de determinadas empreitadas, com a devida componente comunitária.

Embora o exercício económico de 2013, em termos monetários ser bastante inferior aos anteriores, a sua execução foi de 51%, muito superior em relação aos anos anteriores em análise. O ano de 2013, foi um ano de coerência financeira, através do término de um ciclo de candidaturas de empreitadas totalmente realizadas, assim como o início de outras de valores bastante mais baixos, que terão a sua execução muito mais acentuada, durante o exercício económico de 2014.

F.12 - Evolução da estrutura da despesa de aquisição de bens de capital



(29)

3.3.2.2. Transferências de Capital

Q.24 - Evolução da estrutura das transferências de capital

Designação	2010	2011	2012	2013
Transferências de Capital	181.710,00	130.740,00	217.875,73	406.513;11
Taxa de Execução Transferências Capital / Total da	54,30%	34,30%	71,50%	79,30%
Despesa	1,70%	1,30%	1,80%	4,90%

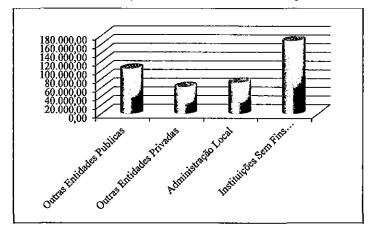
No quadriénio em análise, podemos verificar que o exercício económico de 2013, teve uma subida substancial, em relação aos anos anteriores, fato este que, se deve a despesa que estava englobada no âmbito do PAEL, de anos anteriores, sendo o ano de 2013, o que consolidou todos os pagamentos em atraso.

Q.25 - Execução das Transferências de Capital

Designação	Dotação	Execução	Grau da Execução
Transferências de Capital	512.910,00	406.513,11	79,26%
Outras Entidades Publicas	116.000,00	103,889,01	89,56%
Outras Entidades Privadas	62,000,00	62,000,00	100,00%
Administração Local	152.500,00	72,196,70	47,34%
Instituições Sem Fins Lucrativos	182,410,00	168.427,40	92,33%

No exercício económico de 2013, a rubrica das transferências de capital, tiveram uma execução de 79,26%, destacam-se as transferências feitas para as instituições sem fins lucrativos no montante de 168.427,40€, correspondendo a uma execução de 92,33%.

F.13 - Execução das Transferências de Capital



3.3.2.2. Passivos Financeiros

Q.26 - Execução dos passivos financeiros

Designação 1	Dotação	Execução	Grau da Execução
Passivos Financeiros	473.000,00	419.284,39	88,64%
Empréstimos a Médio e Longo Prazo	473.000,00	419.284,39	88,64%

Os passivos financeiros, mais concretamente o pagamento das amortizações com os empréstimos de longo prazo, tiveram uma execução de 88,64%, o que corresponde ao montante de 419.284,39€.

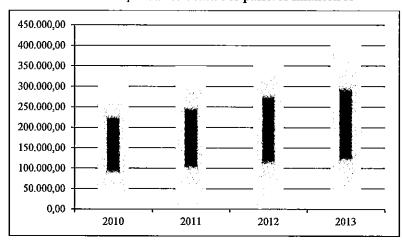


Q.27 - Evolução da estrutura dos passivos financeiros

Designação	2010	2011	2012	2013
Passivos Financeiros	318.941,82	350.685,92	393.972,49	419.284,29
Taxa de Execução Passivos Financeiros/ Total da	99,70%	99,70%	100,00%	88,64%
Despesa	3,00%	3,50%	3,30%	5,00%

Nos quatro exercícios económicos em análise, verificamos que além de todos os empréstimos já visados anteriormente pelo Tribunal de Contas, no exercício de 2013 começou-se também a pagar as amortizações do empréstimo PAEL, contratualizado no final do ano de 2012 e utilizado no exercício de 2013. É neste sentido que as amortizações cresceram gradualmente, desde o ano de 2010.

F.14 - Evolução da estrutura dos passivos financeiros



3.3.2. Evolução da Despesa com Transferências, Subsídios e Outras formas de apoio concedidas pelo Município de Vila Nova da Barquinha

Q.28 - Estrutura das Transferências

	1 Table (1996) (1996)			1970 - 1970 - 1971.	5 5 5 5		ovini slavny ilya	75.753.74
Dėsignação	Dotação:	2013 Execução	Grau da Execução	Dotação	2012 Execução	Grau da Execução	Variação Valor	12-1 3 %
Transferências Correntes	429.220,00	355,729,93	82,88%	387.320,00	289.134,58	74,65%	66,595,35	23,03%
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	80.000,00	40.737,90	50,92%	105.000,00	100.696,21	95,90%	-59.958,31	-59,54%
Resitejo	6,000,00	5.094,69	84,91%	8.600,00	7.764,06	90,28%	-2.669;37	-34,38%
Instituições Sem Fins Lucrativos	343 220,00	309,897,34	90,29%	273.720,00	180.674,31	66,01%	129.223,03	71,52%
Transferências de Capital	512.910,00	406.513,11	79,26%	304.630,00	217.875,73	71,52%	188.637,38	86,58%
Outras Entidades Publicas	116,000,00	103.889,01	89,56%	70.005,00	42.655,73	60,93%	61.233,28	143,55%
Outras Entidades Privadas	62,000,00	62.000,00	100,00%	30.000,00	30.000,00	100,00%	32,000,00	106,67%
Administração Local	152.500,00	72.196,70	47,34%	102.625,00	63.220,00	61,60%	8.976,70	14,20%
Instituições Sem Fins Lucrativos	182,410,00	168.427,40	92,33%	102.000,00	82.000,00	80,39%	86.427,40	105,40%
Total	942.130,00	762,243,04	80,91%	691.950,00	507.010,31	73,27%	255.232,73	50,34%

As transferências apresentam, relativamente aos valores realizados do ano anterior, um acréscimo de 255.232,73€, determinado pelo aumento das transferências correntes e de capital para as instituições sem fins lucrativos. A variação positiva das transferências correntes resulta, do pagamento de despesas no âmbito do PAEL ao Município de Torres Novas através do Protocolo celebrado entre ambos os Municípios para o Canil/Gatil, assim como, uma grande parte desta despesa vai para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

As transferências de capital, também tiveram um aumento substancial no ano de 2013, que em parte se deve à celebração do Protocolo entre o Município de Vila Nova da Barquinha e a Associação de Paralisia Cerebral de Vila Nova da Barquinha, assim como os vários projectos provenientes da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Q.29 – Transferências

Designação	2013 Execução	2012 Variação 12-13 Execução Valor %
Freguesias	56:320,00	63.220,00 -6.900,00 -10,91%
Outras Transferencias Correntes	355.729,93	180.674,31 175,055,62 96,89%
Outras Transferencias de Capital	344.793,11	82.000,00 262.793,11 320,48%
Total das Transferencias	756,843,04	325.894,31 430.948,73 132,24%

33

As transferências para as Juntas de Freguesia, no montante de 56.320,00€ decorrem da delegação de competências municipais de contratos programa no domínio da limpeza urbana e no âmbito dos protocolos relativos à gestão de bens públicos.

Por força das normas internas que visam disciplinar a concessão dos apoios aos princípios constitucionais de igualdade, de justiça, de proporcionalidade e imparcialidade, bem como garantir a transparência e a objetividade, as outras transferências, quer correntes quer de capital, têm tido ao longo dos últimos anos uma tendência crescente.

Através das ações de interesse cultural e turístico continua a apoiar-se, as várias associações do Concelho, ao abrigo de Protocolos celebrados com o Município para apoiar as vertentes sociais, desportivas, culturais e educativas.

No âmbito das transferências, acima descritas por finalidade, destacam-se as transferências efetuadas para os agrupamentos escolares e as realizadas no âmbito da ação social escolar.

3.3.3. Análise das Grandes Opções do Plano – GOP

3.3.3.1. Execução das GOP

Enquadramento Legal

As Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento surgem na sequência do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicado no D.L. n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, constituindo um dos documentos previsionais obrigatórios objeto de elaboração e aprovação.

Pelo D.L. n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, foram estabelecidas as fases de implementação do POCAL e revogados os D.L. n.º 341/83 e 226/93, de 21 de Julho e de 22 de Junho, respetivamente, e o Decreto-Regulamentar n.º 92-C/84, de 28 de Dezembro. Pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 84 A/2002, de 5 de Abril, foram introduzidas as últimas alterações na legislação do POCAL.

Organização

Os documentos previsionais obrigatórios são as GOP e o Orcamento. Para melhor organização e explicitação das GOP, foi adotada a seguinte estrutura de documentos:

Grandes Opções do Plano (GOP); Plano Plurianual de Investimentos (PPI); Plano de Atividades Mais Relevantes (PAM);

Ainda que o Decreto-Lei n.º 54-A/99 apenas refira a obrigatoriedade de apresentar o PPI, considera-se importante evidenciar o PAM, com estrutura idêntica à do PPI e as GOP, sendo que as GOP agregam o PPI e o PAM.

Estrutura e conteúdo

As Grandes Opções do Plano definem as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local e incluem, designadamente, o plano plurianual de investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica.

A organização das GOP integra, em termos de quantificação da atividade municipal:

O Plano Plurianual de Investimentos, que perspetiva, a quatro anos, os projetos/ações com contrapartida em despesas de investimento;

As Atividades Mais Relevantes que englobam todas as restantes despesas de Plano e que não são consideradas despesas de funcionamento corrente nem despesas de investimento.

As GOP integram, assim, a globalidade das atividades a desenvolver no ano de 2013 e nos anos seguintes, incluindo os projetos/ações do PPI e as atividades consideradas mais relevantes.



Este documento permite de modo agregado por Objetivo e por Programa o conhecimento do plano anual de atividades com o grau de detalhe necessário a uma gestão criteriosa de meios financeiros disponíveis. Os projetos/ações incluídos têm, à semelhança do PPI e PAM, ligação direta ao Orçamento através de rubricas orçamentais.

Q.30 - Estrutura das GOP

		2013			2012		Variação I	2-13
Designação	Dotação	Ехесиçãо	Grau da Execução	Dotação	Ехесисãо	Grau da Execução	Valor	%
1. Funções Gerais 1.1 Serviços Gerais de	311.410,00	278.013,43	89,28%	292.510,00	237.530,96	81,20%	40:482,47	17,04%
Administ. Publica 1.2 Segurança e Ordem	240.000,00	217.853,50	90,77%	203.500,00	149.913,50	73,67%	67.940,00	45,32%
Publicas	71.410,00	60.159,93	84,25%	89.010,00	87.617,46	98,44%	-27,457,53	-31,34%
2. Funções Sociais	5.488.065,00	3.583:295,78	65,29%	11.075.785,00	6.731.477,55	60,78%	-3.148.181,77	-46,77%
2.1 Educação	1.889.135,00	864,033,33	45,74%	7.018.135,00	4.199.207,72	59,83%	-3.335,174,39	-79,42%
2.2 Saúde 2.3 Segurança e Acão	4.000,00	0,00	0,00%	2.505,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Social 2,4 Habitação e	542,190,00	519.680,16	95,85%	363.165,00	338.954,18	93,33%	180,725,98	53,32%
Serviços Coletivos 2,5 Serviços Culturais,	1.394.110,00	1,089,995,66	78,19%	1.380.950,00	744.151,01	53,89%	345.844,65	46,48%
recreativos e Religiosos	1.658,630,00	1,109,586,63	66,90%	2,311.030,00	1.449.164,64	62,71%	-339,578,01	-23,43%
3. Funções Económicas 3.1. Agricultura,	630,915,00	351.042,09	55,64%	2.374.045,00	1.139.168,54	47,98%	-788.126,45	-69,18%
Pecuária, Silv., Caça e Pesca	13.315,00	0,00	0,00%	20.010,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.2. Indústria e Energia 3.3. Transportes e	45,015,00	0,00	0,00%	45.015,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Comunicações 3.4. Comércio e	472.865,00	341.612,03	72,24%	1.995.520,00	1.115,482,57	55,90%	-773.870,54	-69,38%
Turismo	99;720,00	9,430,06	9,46%	313.500,00	23.685,97	7,56%	-14.255,91	-60,19%
4. Outras Funções 4.1. Operações da	1.097.000,00	870.131,31	79,32%	902.725,00	763.820,78	84,61%	106.310,53	13,92%
Divida Autárquica 4.2. Transferências entre	578,000,00	497.255,39	86,03%	515.000,00	508.141,09	98,67%	-10.885,70	-2,14%
Administrações 4.3. Diversas não	410.000,00	275 499,36	67,19%	300.720,00	219.799,03	73,09%	55,700,33	25,34%
especificadas	109.000,00	97,376,56	89,34%	87.005,00	35.880,66	41,24%	61.495,90	171,39%
Total das Grandes Opções do Plano	7.527,390,00	5.082.482,61	67.52%	14,645,065,00	8.871.997,83	60,58%	-3.789.515,22	-42,71%

No exercício de 2013, as Grandes Opções de Plano, que englobam o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano das Atividades Municipais mais relevantes (PAM), revelam uma execução de 67,52%, correspondente a 5.082.482,61€.

Em comparação com o exercício de 2012, o exercício económico de 2013, em termos monetários teve um decréscimo acentuado, não traduzindo necessariamente uma diminuição da sua execução, já que o orçamento para 2013 estava ajustado às despesas comprometidas, não se encontrando sobrevalorizado.

3.3.3.2. Execução do Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos obedece aos documentos normalizados e integrados no POCAL, nomeadamente o quadro apresentado no ponto 7.1. do D.L. nº 54-A/99. O Plano Plurianual de Investimentos tem um horizonte móvel de quatro anos e inclui todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela autarquia e explicita a respetiva previsão de despesa.

O conteúdo do Plano Plurianual de Investimentos, atendendo ao enquadramento legal estabelecido, reporta, apenas, aos projetos/ações financiados por despesas de investimentos (código POCAL 07 — Aquisição de Bens de Capital), os quais constituem a globalidade dos investimentos a realizar pelo município de Vila Nova da Barquinha no ano 2013 e seguintes.

A tipologia destes projetos, que permitem o tratamento plurianual, resume a parte central dos montantes anuais despendidos na atividade municipal e correspondem à maioria das Despesas de Capital (as restantes Despesas de Capital estão incluídas nas Atividades Mais Relevantes, nos Ativos e Passivos Financeiros).

Q.31 – Estrutura do PPI

		2013			2012			Variação 12-13	
Designação	Dotação	Execução	Grau da Execução	Dotação	Execução	Grau da Execução	Valor.	%	
1. Funções Gerais	40.005,00	17,903,04	44,75%	55.005,00	21.687,89	39,43%	-3,784,85	-17,45%	
1.1 Serviços Gerais de Administ. Publica	40,000,00	17,903,04	44,76%	55.000,00	21,687,89	39,43%	-3:784,85	-17,45%	
1.2 Segurança e Ordem Publicas	5,00	0,00	0,00%	5,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
2. Funções Sociais	3.096,575,00	1.563,943,46	50,51%	9.089.375,00	4.915.723,63	54,08%	-3,351,780,17	-68,18%	
2.1 Educação	1,643,510,00	663,978,73	40,40%	6.733.110,00	3.951.584,95	58,69%	-3.287,606,22	-83,20%	
2.2 Saude	2.000,00	0,00	0,00%	2.005,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
2.4 Habitação e Serviços Coletivos 2.5 Serviços Culturais,	645.960,00	481.703,49	74,57%	805.450,00	178.352,32	22,14%	303.351,17	170,09%	
recreativos e Religiosos	805.105,00	418.261,24	51,95%	1.548.810,00	785.786,36	50,73%	-367.525,12	-46,77%	
3. Funções Económicas	630.910,00	351.042,09	55,64%	2.374,040,00	1.139.168,54	47,98%	-788.126,45	-69,18%	
3.1. Agricultura, Pecuária, Silv., Caça e Pesca	13.310,00	0,00	0,00%	20.005,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
3.2. Indústria e Energia	45,015,00	0,00	0,00%	45.015,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
3.3. Transportes e Comunicações	472.865,00	341.612,03	72,24%	1.995.520,00	1.115.482,57	55,90%	-773,870,54	-69;38%	
3.4. Comércio e Turismo	99.720,00	9.430,06	9,46%	313.500,00	23.685,97	7,56%	-14.255,91	-60,19%	
Total do Plano Plurianual de Investimentos	3:767:490,00	1.932.888,59	51,30%	11.518.420,00	6,076.580,06	52,76%	-4.143.691,47	-68,19%	



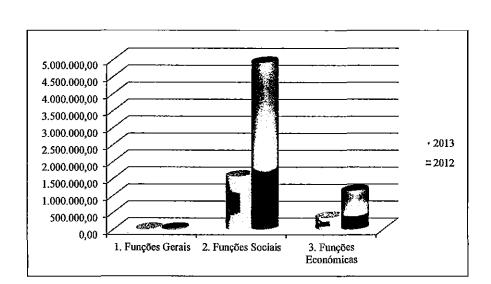


Num orçamento muito mais contido, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) do Município de Vila Nova da Barquinha revela uma taxa de execução de 51,30%, em relação à previsão inicial, consequência de algumas empreitadas relevantes que só começaram a sua execução no final de 2013, exemplo disso é a empreitada do pavilhão desportivo, com apenas a receção e pagamento do primeiro auto, assim como, as empreitadas Beneficiação das Muralhas do Castelo de Almourol e a empreitada intervenção na Torre de Menagem do Castelo de Almourol.

Assim, numa análise generalizada, a execução do Plano Plurianual de Investimentos, na rubrica das Funções Gerais, a subfunção de serviços gerais de administração pública, assume-se como a única que teve uma execução de 44,75%, com um valor de 17.903,04€.

Relativamente à rubrica das Funções Sociais, a subfunção com mais relevância foi na educação, através da restante execução do projeto Centro Escolar Ciência Viva, com 453.089,45€, o projeto Remodelação da Escola D. Maria II — Pavilhão Desportivo, com uma execução de 101.585,50€, particularmente os últimos autos da remodelação da Escola D. Maria II e o projeto Centro Integrado de Educação em Ciências (CIEC) com uma execução de 55.497,01€. Na subfunção serviços culturais, recreativos e religiosos, os projetos que tiveram uma execução mais relevante foi o projeto Reutilização do Centro Cultural e do Edifício da Hidráulica, com uma execução de 155.014,23€ e o projeto Alojamento temporário para Criadores com uma execução no montante de 100.005,24€.

A rubrica das Funções Económicas teve uma execução no montante de 351.042,09€, essencialmente exercida na subfunção dos transportes e comunicações, essencialmente, através dos projetos Beneficiação de Estradas e Arruamentos do Concelho e a Reabilitação da Estrada de Vale de Seixo.



F.15 - Evolução da estrutura do Plano Plurianual de Investimentos

(37)

3.3.3.2. Execução do Plano de Atividades Municipais

Inclui as restantes despesas da atividade do município, com exceção das despesas incluídas no PPI e das despesas consideradas de funcionamento corrente, serviço da dívida com empréstimos e Passivos Financeiros. Deste modo, adota-se a mesma estrutura de quadros, codificações, classificações e responsáveis previstos no PPI.

38

Q.32 - Estrutura do PAM

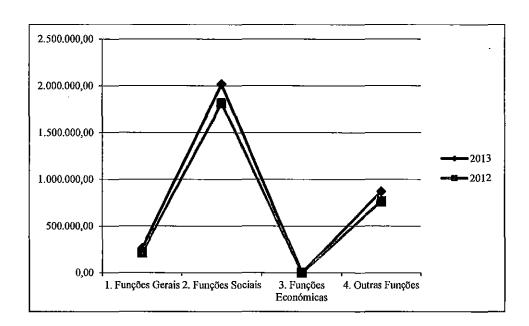
		2013			2012		Variação 1	Variação 12-13	
Designação	Dotação	Execução	Grau da Execução	Dotação	Execução	Grau da Execução	Valor	%	
1. Funções Gerais	271.405,00	260.110,39	95,84%	237.505,00	215.843,07	90,88%	44.267,32	20,51%	
1.1 Serviços Gerais de Administ, Publica 1.2 Segurança e Ordem	200.000,00	199,930,46	99,98%	148.500,00	128.225,61	86,35%	71,724,85	55,94%	
Publicas	71,405,00	60.159,93	84,25%	89.005,00	87.617,46	98,44%	-27.457:53	-31,34%	
2. Funções Sociais	2:391,490,00	2.019.352,32	84,44%	1.986.410,00	1.815.753,92	91,41%	203,598,40	11,21%	
2.1 Educação	245,625,00	200,054,60	81,45%	285.025,00	247.622,77	86,88%	-47.568,17	-19,21%	
2.2 Saúde	2.000,00	0,00	0,00%	500,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
2.3 Segurança e Ação Social 2.4 Habitação e Serviços	542.190,00	519.680,16	95,85%	363.165,00	338.954,18	93,33%	180.725,98	53,32%	
Coletivos 2.5 Serviços Culturais,	748.150,00	608.292,17	81,31%	575.500,00	565.798,69	98,31%	42,493,48	7,51%	
recreativos e Religiosos	853,525,00	691:325;39	81,00%	762.220,00	663.378,28	87,03%	27.947,11	4,21%	
3. Funções Económicas 3.1. Agricultura, Pecuária,	5,00	0,00	0,00%	5,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
Silv., Caça e Pesca	5,00	0,00	0,00%	5,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
4. Outras Funções 4.1. Operações da Divida	1.097.000,00	870:131,31	79,32%	902.725,00	763.820,78	84,61%	106.310,53	13,92%	
Autárquica 4.2. Transferências entre	578,000,00	497.255,39	86,03%	515.000,00	508.141,09	98,67%	-10,885,70	-2,14%	
Administrações 4.3. Diversas não	410,000,00	275,499,36	67,19%	300.720,00	219.799,03	73,09%	55:700,33,	25,34%	
especificadas	109.000,00	97.376,56	89,34%	87.005,00	35.880,66	41,24%	61,495,90	171,39%	
Total do Plano de Atividades Municipais	3.759.900,00	3.149.594,02	83,77%	3.126.645,00	2.795.417,77	89,41%	354,176,25	12,67%	

Do exercício de 2013 para o exercício de 2012, a execução do Plano das Atividades Municipais, sofreu um acréscimo no montante de 354.176,25€, que se deveu essencialmente á rubrica das funções sociais.

A rubrica das Funções Gerais, com uma execução de 95,84%, destaca-se a despesa com a iluminação pública com uma execução de 199.950,46€ e o apoio á vertente operativa aos Bombeiros Municipais de Vila Nova da Barquinha, com uma execução de 54.000,00€.

No que diz respeito á rubrica das Funções Sociais, com uma taxa de execução de 84,44%, destacamos a rubrica da Segurança Social, devido ao aumento de 5% da taxa contributiva para a Caixa Geral de Aposentações. Outra das rubricas que se destaca como nos anos anteriores é o abastecimento de água com as despesas com a aquisição de água para consumo, com uma execução de 415.785,13€.

A rubrica das Outras Funções, baseia-se essencialmente na divida dos empréstimos de médio e longo prazo, com uma execução de 497.255,39€, tendo de realçar que mesmo com o inicio do pagamento de juros e amortizações do empréstimo PAEL, a despesa em relação ao ano anterior foi inferior em 10.885,50 €, por outro lado, as transferências correntes e de capital sofreram um ligeiro acréscimo, como já referido na estrutura das transferências efetuadas pelo Município de Vila Nova da Barquinha, a outras entidades, como as Juntas de Freguesia do Concelho e as diversas associações sem fins lucrativos.



F.16 - Evolução da estrutura do Plano de Atividades Municipais





4. Análise da Receita

4.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Receita

Q.33 - Alteração e origem do decréscimo da dotação

	Para del seriolos. Sa la deseguição	2013		paristan esta. Resolution esta esta esta esta esta esta esta esta	2012	
Designação	Orçamento Inicial	Modificações	Orçamento Final	Orçamento Inicial	Modificações	Orçamento Final
Receitas Correntes	6.508.575,00	0,00	6.508.575,00	6.009.084,00	0,00	6.009.084,00
Receitas de Capital	4.770.534,00	0,00	4.770.534,00	12.216,700,00	-113557,94	12.103.142,06
Outras Receitas	6,00	0,00	6,00	5,00	0,00	5,00
Saldo da gerência anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	113.557,94	113.557,94
Total	11.279.115,00	0,00	11.279.115,00	18.225.789,00	0,00	18.225.789,00

Como podemos verificar no quadro supra no ano de 2013, o município de Vila Nova da Barquinha, não teve a necessidade de fazer alterações ou revisões ao orçamento da receita, o mesmo não aconteceu no exercício de 2012, onde foi efetuada uma alteração às receitas de capital em contrapartida do saldo da gerência anterior, embora o saldo tenha permanecido o mesmo.

Assinala-se que o saldo da gerência anterior é acrescido às receitas de capital, sendo a redução das receitas de capital superior à redução das receitas correntes essencialmente pelo efeito da redução desta receita extraordinária.

M. Allero

4.2. Execução Orçamental da Receita

Q.34 - Alteração e origem do decréscimo da dotação

Capítulo Económico	Receita Orçada	Liquidada	Cobrada	Desyio	Taxa de Execução
	1	2	3 *	<u>4=3-1</u>	5≒3/1
Impostos Directos	737,000,00	793.407,84	793(407,84	56.407,84	107,65%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	639.000,00	637.437,71	632,932,07	-6.067,93	99,05%
Rendimentos de Propriedade	18.500,00	99.918,25	11.711,59	-6.788,41	63,31%
Transferências Correntes	3,922,575,00	3.717.526,78	3,730,540,98	-192.034,02	95,10%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.140.500,00	807.605,18	801,640,43	-338.859,57	70,29%
Outras Receitas Correntes	51,000,00	170.160,44	136,252,40	85.252,40	267,16%
Receitas Correntes	6,508,575,00	6.226.056,20	6.106.485,31	-402.089,69	93,82%
Vendas de Bens de Investimento	306,601,84	0,00	0,00	-306.601,84	0,00%
Transferências de Capital	4:210:305,00	2.197.491,86	2.014/576,46	-2.195.728,54	47,85%
Passivos Financeiros	253,627,16	731.491,04	73 1 491,04	477.863,88	288,41%
Receitas de Capital	44770.534,00	2.928.982,90	2.746,067,50	-2.024.466,50	57 ₅ 56%
Reposições não abatidas aos pagamentos	5,00	0,00	0,00	-5,00	0,00%
Saldo da gerência anterior	1,00	0,00	0,00	-1,00	0,00%
Total	11.279.115,00	9.155.039,10	8.852.552,81	-2.426.562,19	78,49%

Em termos globais, as receitas correntes cobradas totalizaram 8.852.552,81€.

No que respeita aos valores cobrados, o grau de execução da receita corrente foi de 93,82%.

O desvio resulta, fundamentalmente, da diminuição da receita cobrada com as receitas provenientes das transferências correntes e da venda de bens e serviços.

Nas taxas, multas e outras penalidades o valor cobrado contribuiu para que a taxa de execução fosse quase 100%, embora se note o decréscimo nas rubricas de loteamentos e obras e ocupação da via pública.

Nos rendimentos de propriedade, o decréscimo face ao valor orçado resulta da receita proveniente dos juros dos depósitos bancários, provenientes das aplicações de curto prazo, onde se reflecte o sistema financeiro do país com taxas de juro bastante baixas.

As transferências correntes contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento de Estado, nomeadamente, Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e Participação Fixa no IRS, e outras transferências de que se destacam as provenientes dos contratos programa assinados com a Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo Norte (DRELVT) para apoio ao programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Generalização do Ensino do Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo, que contribuíram para uma variação negativa face ao orçado.

A venda de bens e serviços correntes, face ao valor orçado, apresenta um decréscimo, nomeadamente no âmbito do fornecimento de água, alimentação e prolongamento de horário às crianças que frequentam os estabelecimentos de ensino do concelho, assim como dos serviços desportivos. Nas outras receitas correntes, o desvio foi positivo, justificando-se pela cobrança de verbas liquidadas em exercícios anteriores.

Quanto às receitas de capital, ficaram aquém do previsto com a generalidade das rubricas a apresentarem desvios negativos. A grave crise financeira verificada ao longo de 2013 condicionou a venda de terrenos e habitações não permitindo a concretização das receitas relacionadas com os contratos promessa de compra e venda dos terrenos. O atraso na execução de obras objeto de financiamento comunitário, implicaram a variação negativa nas rubricas de transferências de capital.

A rubrica dos passivos financeiros, foi a única rubrica das receitas de capital onde se verificou um desvio positivo, devido ao reembolso da totalidade do empréstimo PAEL.





4.3. Evolução da Receita

Q.35 - Evolução da receita global cobrada

Capítulo Económico	2013	Peso	2012	Variação
				12-13
Impostos Directos	793 407 84	8.96%	723 673.61	8.79%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	632 932,07	7.15%	524 779 84	17.09%
Rendimentos de Propriedade	11711.59	0.13%	11 677.02	0.30%
Transferências Correntes	3,730,540,98	42.14%	3 102.938.01	16.82%
Venda de Bens e Serviços Correntes	801 640.43	9.06%	848 872 14	-5.89%
Outras Receitas Correntes	136 252.40	1.54%	28 633.98	78.98%
Receitas Correntes	6 106 485.31	68.98%	5 240 574.60	14.18%
Vendas de Bens de Investimento	0.00	0.00%	0,00	0.00%
Transferências de Capital	2 014 576,46	22.76%	7 040 478,36	-249.48%
Passivos Financeiros	731 491 04	8.26%	0.00	100.00%
Receitas de Capital	2 746 067.50	31.02%	7 040 478.36	-156.38%
Reposições não abatidas aos pagamentos	0.00	0.00%	0,00	0.00%
Saldo da gerência anterior	0.00	0.00%	113 557.94	-100.00%
Total	8 852 552.81	100.00%	12 394 610.90	-40.01%

No ano de 2013 a receita cobrada diminuiu 40,01%, face ao ano de 2012. Esta diminuição, verificada em termos globais, decorre, essencialmente, da redução da venda de bens e serviços correntes e em termos de capital das transferências de capital.

8.000.000,00
7.000.000,00
6.000.000,00
4.000.000,00
2.000.000,00
1.000.000,00
0,00
2013
Receitas Correntes
Receitas de Capital

(43

Em termos globais e ao longo dos últimos dois anos as receitas municipais apresentam uma tendência decrescente em relação às receitas de capital, que no ano de 2013 se acentua, por

outro lado verificou-se um acréscimo de 14,18% nas receitas correntes, face ao ano de 2012.

Q.36 – Evolução da receita corrente cobrada entre 2010 e 2013

4.3.1. Evolução da Receita Corrente

Designação	2010	2011		2013
Impostos Directos	676.449,25	687:718,20	723.673,61	793,407,84
Taxas, Multas e Outras Penalidades	468.015,31	480,665,65	524.779,84	632.932,07
Rendimentos de Propriedade	690,57	17,483,81	11.677,02	11.711,59
Transferências Correntes	3.257.842,60	3,241,678,16	3.102.938,01	3,730,540,98
Venda de Bens e Serviços Correntes	824.443,38	839;142,14	848.872,14	801-640,43
Outras Receitas Correntes	28.620,82	28.161,70	28.633,98	136.252,40
Receitas Correntes	5.256.061,93	5.294.849,66	5.240.574,60	6.106.485,31

Analisando o quadro da evolução da receita no último quadriénio, mostra-nos com clareza o esforço que o Município tem efectuado para obter receitas que cubram tantos os seus compromissos assumidos correntes como de capital pela poupança corrente.

Verificando-se um acréscimo de 865.910,70€, do exercício económico de 2012 para 2013, mesmo após os diversos constrangimentos monetários que se tem vindo a verificar, nomeadamente pela quebra das verbas provenientes do Orçamento de Estado.

6.200.000,00 6.000.000,00 5.800.000,00 5.600.000,00 5.400.000,00 5.200.000,00 5.000.000,00 4.800.000,00 2010 2012 2011 2013

F.18 - Evolução das receitas no período de 2010 a 2013



4.3.1.1. Evolução da estrutura da receita fiscal

Q.37 - Evolução da receita fiscal

Designação	Orçado	2013 Executado	Desvio	Taxa de Execução	2012 Executado	Variação 12-13
Imposto Municipal S/ Imóveis	450.000,00	534.833,31	84,833,31	118,85%	462.545,15	15,63%
Imposto Único de Circulação Imposto Municipal S/ Trans, O.	120.000,00	161,506,12	41.506,12	134,59%	129.673,64	24,55%
Imóveis	120,000,00	81,063,20	-38.936,80	67,55%	108.180,66	-25,07%
Derrama	30.000,00	16,005,21	-13.994,79	53,35%	0,00	100,00%
Contribuição Autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Imposto Municipal de SISA	15.000,00	0,00	-15.000,00	0,00%	23.274,16	-100,00%
Imposto Municipal S/ Veículos	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00%	0,00	0,00%
Impostos diretos	736.000,00	793.407,84	57.407,84	92,76%	723.673,61	9,64%
Mercados e Feiras	10.000,00	7,038,60	-2.961,40	70,39%	8,901,40	-20,93%
Loteamento e Obras	20.000,00	19.401,02	-598,98	97,01%	16.790,64	15,55%
Ocupação da Via Publica	2.000,00	1.779,23	-220,77	88,96%	1,540,54	15,49%
Taxas Diversas	590.000,00	580,781,21	-9.218,79	98,44%	486,589,93	19,36%
Multas e Outras Penalidades	17.000,00	23:932,01	6.932,01	140,78%	10.957,33	118,41%
Taxas, muitas e outras penalidades	639.000,00	632.932,07	-6.067,93	99,05%	524.779,84	20,61%
Total	1.375.000,00	1.426.339,91	51,339,91	103,73%	1.248,453,45	14,25%

As receitas fiscais, englobando os impostos diretos e as taxas, multas e outras penalidades, constituem uma parcela representativa da receita corrente e da receita total cobrada ao longo dos anos, tendo crescido 14,25% em 2013 face ao ano anterior.

Entre as receitas fiscais destacam-se os impostos diretos cujo valor arrecadado foi superior ao orçado e que, em 2013, tiveram uma evolução positiva de 69.734,23€ relativamente ao ano transato.

Nos impostos diretos, com uma execução superior ao previsto em 57.407,84€, releva-se o IMT que, em termos comparativos, teve uma execução inferior à orçada em 38.936,80€, e uma redução de 27.117,46€ face a 2012. Dos restantes impostos diretos, destaca-se ainda o IMI, quer pelo valor absoluto quer pelo aumento face ao orçado e ao ano anterior, assim como a Derrama pelo aumento em relação ao ano anterior.

As taxas, multas e outras penalidades, apesar de apresentarem uma execução inferior ao orçado, em cerca de 6.067,93€, mesmo assim crescendo em 20,61% face a 2012.

4.3.1.2. Rendimentos de Propriedade

Durante o exercício económico de 2013, a rubrica dos rendimentos de propriedade que aglomeram as receitas de juros de depósitos, dividendos e rendas, tiveram um grau de execução de 63,31%, devido essencialmente, ao Contrato de Subarrendamento da Loja do Cidadão com a AMA – Agência para a Modernização Administrativa.

Q.38 - Estrutura dos rendimentos de propriedade

		2013			2012		Variaçã	o 12-13
Designação	Dotação	Execução	Grau da Execução	Dotação	Execução	Grau da Execução	Valor	%
CaixaGest	2.000,00	293,27	14,66%	2.000,00	533,46	26,67%	-240,19	-45,02%
BPI Tesouraria	500,00	0,00	0,00%	1.000,00	9,84	0,98%	-9,84	-100,00%
Millennium BCP	500,00	0,00	0,00%	1.000,00	14,21	1,42%	-14,21	-100,00%
Banco Espirito Santo	500,00	0,00	0,00%	2.000,00	97,56	4,88%	-97,56	-100,00%
Rendas -Terrenos Rendimentos de Propriedade	15.000,00 18.500.00	11.418,32 11.711.59	76,12% 63,31%	10.000,00 16.000,00	11.021,95 11.677,02	110,22% 72,98%	396,37 34,57	3,60% 0 ,30%

Em comparação dos dois exercícios económicos, podemos verificar que em termos monetários existiu um ligeiro acréscimo, em termos de execução o exercício económico de 2013, foi um pouco inferior ao do ano transacto pelo fato da quase nulidade dos juros recebidos.

Nos últimos quatro exercícios, esta receita revela a seguinte evolução:

Q.39 - Evolução dos rendimentos de propriedade

Designação	2010 2011	2012 2013
Rendimentos de Propriedade	690,57 17,483,81	11.677,02 11.711,59
Taxa de Execução	6,30% 249,70%	73,98% 63,31%
Rend. Propried. / Receita Total	0,01% 0,20%	0,10% 0,10%

Sendo esta receita, executada com alguma irregularidade, devido às oscilações das taxas de juros aplicáveis nos diversos períodos, como o próprio montante capitalizável nas contas do Município, podemos verificar que a sua evolução tem sido constante.



4.3.1.3. Transferências Correntes

A execução das transferências correntes tem por base as transferências efetuados pelo Orçamento de Estado, as quais têm vindo a diminuir, assim como transferências provenientes de contratos programa e protocolos de cooperação, nomeadamente na área da educação.

Sendo a receita com maior relevância nas receitas correntes, as transferências correntes revelam uma execução de 95,10%.



Q.40 — Estrutura das transferências correntes

		2013			2012		Variação 12-13	
Designação	Dotação	Execução	Grau da Execução	Dotação	Execução	Grau da Execução	Valor	%
Sociedades e Quase Soc. N. Financeiras -Privadas	1,000,00	0,00	0,00%	1,000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Companhias de Seguros	25.037,00	14.302,38	57,12%	15.000,00	39,777,34	265,18%	-25.474,96	-64,04%
Fundo Equilíbrio Financeiro	2.211,078,00	2.211,078,00	100,00%	1.659.132,00	1.658.308,00	99,95%	552.770,00	33,33%
Fundo Social Municipal	104,345,00	104:345,00	100,00%	104.332,00	104.345,00	100,01%	0,00	0,00%
Participação Fixa IRS	189(115,00	189,115,00	100,00%	189.115,00	189.115,00	100,00%	0,00	0,00%
Acordos de Cooperação Escolar	195.000,00	128.926,73	66,12%	200.000,00	69.716,15	34,86%	59.210,58	84,93%
Transportes Escolares	15,000,00	8,332,00	55,55%	30.000,00	2.302,23	7,67%	6.029,77	261,91%
CPCJ	20,000,00	20,427,17	102,14%	20.000,00	29,206,02	146,03%	-8.778,85	-30,06%
Outras	25,000,00	32,978,85	131,92%	25.000,00	16.179,01	64,72%	16.799,84	103,84%
Direcção Geral das Florestas Contrato Delegação Competências	40,000,00	21,000,00	52,50%	50.000,00	61.200,16	122,40%	-40:200;16	-65,69%
- Ministério da Educação	1.000.000,00	930.326,69	93,03%	1.100.000,00	876.312,64	79,66%	54.014,05	6,16%
Protocolo com o Exercito	42,000,00	69.709,16	165,97%	50.000,00	42.542,54	85,09%	27.166,62	63,86%
POPH	50.000,00	0,00	0,00%	40.000,00	13.933,92	34,83%	-13.933,92	- 100,00%
Outros	5.000,00	0,00	0,00%	5.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Transferências Correntes	3,922,575,00	3.730.540.98	95,10%	3.488.579.00	3.102,938,01	88.95%	627.602.97	20,23%

Q.41 - Evolução dos rendimentos de propriedade

Designação	2010 2011	2012 2013
Transferências Correntes	3.257.849,60 3.241.678,16	3.102.938,01 3.730.540,98
Taxa de Execução	92,20% 86,40%	88,90% 95,10%
Transf. Correntes. / Receita Total	29,60% 33,50%	25,30% 42,10%

Como podemos verificar no quadriénio em análise, as transferências correntes têm sofrido um decréscimo gradual ao longo dos anos, o ano de 2013 veio contrariar esta posição, uma vez que, o Fundo de Equilíbrio Corrente aumentou em contrapartida do Fundo de Equilíbrio Capital.

4.3.1.4. Venda de Bens e Serviços Correntes

Na rubrica venda de bens e serviços correntes, a execução orçamental foi de 70,29%, sendo a venda de serviços a que tem maior grau de execução.

Q.42 - Estrutura da venda de bens e serviços correntes

	114777	2013		2012			Variação 12-13	
Designação	Dotação	Execução	Grau da Execução	Dotação	Execução	Grau da Execução	Valor	%
Material de Escritório	1.000,00	0,00	0,00%	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Água	400:000,00	334,430,24	83,61%	400.000,00	365.873,55	91,47%	-31,443 ₅ 31	-8,59%
Vistorias e Ensaios	2,000,00	19,38	0,97%	3.000,00	1.147,32	38,24%	-1.127,94	-98,31%
Alimentação	90,000,00	45.686,83	50,76%	125.000,00	2.470,03	1,98%	43,216,80	1749,65%
Prolongamento Horário	35.000,00	4.924,55	14,07%	0,00	0,00	0,00%	4.924,55	100,00%
Serviços Desportivos	250.000,00	185,322,83	74,13%	250.000,00	195.228,40	78,09%	-9.905,57	-5,07%
Construção Ramal Agua	10,000,00	6,102,76	61,03%	22.505,00	6.255,45	27,80%	-152,69	-2,44%
Construções Ramal Esgotos	3.000,00	151,54	5,05%	3.000,00	802,61	26,75%	-651,07	-81,12%
Limpeza de Fossa	3,000,00	386,10	12,87%	2,500,00	1.298,45	51,94%	-912,35	-70,26%
Outros Serviços	1.500,00	475,40	31,69%	1.500,00	111,54	7,44%	363,86	326,21%
Cemitérios	20,000,00	5.005,88	25,03%	30.000,00	20,737,05	69,12%	-15.731,17	-75,86%
Outros	60.000,00	8.818,39	14,70%	35.000,00	46.827,43	133,79%	-38.009,04	-81,17%
Rendas - Habitações	15,000,00	12.565,64	83,77%	7.500,00	11.792,72	157,24%	772,92	6,55%
Rendas - Edificios	15,000,00	5.667,33	37,78%	12.500,00	5,359,52	42,88%	307,81	5,74%
Concessões e Explorações Venda de Bens e Serviços	235,000,00	192,083,56	81,74%	235.000,00	190.968,07	81,26%	1.115,49	0,58%
Correntes	1,140,500,00	801,640,43	70,29%	1.128.505,00	848.872,14	75,22%	-47.231,71	-5,56%

Como podemos verificar através do quadro supra, na rubrica da venda de bens e serviços correntes, verificou-se um decréscimo face ao ano de 2012 de 5,56%, esta descida deve-se essencialmente á receita proveniente da água que teve um decréscimo de 31.443,31€, face a esta descida, podemos constatar os resultados que a economia portuguesa atravessa, mesmo na aquisição de bens necessários á sociedade em geral.

Q.43 - Evolução da venda de bens e serviços correntes

Designação	2010	2011	2012	2013
Venda de Bens e Serviços Correntes	824.443,38	839:142,14	848.872,14	801.640,43
Taxa de Execução	64,00%	85,80%	75,80%	70,29%
Venda de Bens e Serviços Correntes / Receita Total	7,50%	8,70%	6,90%	9,10%

No quadriénio em analise, constata-se que apos três anos consecutivos houve um aumento da receita proveniente da venda de bens e serviços correntes, e que apenas o exercício económico de 2013 sofreu um ligeiro decréscimo.

4.3.1.5. Outras Receitas Correntes

Esta rubrica tem um carácter residual, englobando as receitas que, pela sua natureza, não possam ser incluídas em nenhum dos itens anteriores. No exercício económico de 2013, as outras receitas correntes, apresentam uma execução de 267,16% face ao valor orçado.

Q.44 - Estrutura das outras receitas correntes

Designação	Dotação	2013 Execução	Grau da Execução	Dofação	2012 Execução	Grau da Execução	Variação Valor	12-13 %
IVA Reembolsado	1.000,00	0,00	0,00%	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Estágios	10,000,00	7.125,82	71,26%	10.000,00	1.046,43	10,46%	6.079,39	580,96%
POC'S	20,000,00	113.165,39	565,83%	10.000,00	17.763,76	177,64%	95,401,63	537,06%
Diversas	20,000,00	15,961,19	79,81%	15.000,00	9.823,79	65,49%	6.137,40	62,47%
Outras Receitas Correntes	51,000,00	136.252,40	267,16%	36.000,00	28.633,98	79,54%	107.618,42	375,84%

O aumento substancial desta rubrica deve-se essencialmente à receita proveniente do Instituto de Emprego e Formação Profissional, para sustentar a percentagem que o Município tem a seu encargo, para os programas ocupacionais, assim como, para os estágios profissionais. Esta situação é uma das medidas que visa a diminuição dos números do desemprego, protegendo de alguma forma, as pessoas mais carenciadas.

Não nos podemos esquecer da característica desta receita consignada aos gastos nas despesas com o pessoal em qualquer outra situação, assim como, o subsídio de refeição atribuído a cada um dos programas ocupacionais.

Q.45 – Evolução das outras receitas correntes

Designação	2010	2011	2012 2013
Outras Receitas Correntes	28.620,82	28.161,70	28.633,98 136.252,40
Taxa de Execução	31,10%	30,60%	79,50% 267,16%
Outras Receitas Correntes / Receita Total	0,30%	0,30%	0,20% 1,50%

Na análise dos quatro anos em questão, os três últimos anos tiveram execuções constantes, apenas o exercício económico de 2013, teve um acréscimo elevado, devido às situações já mencionadas anteriormente.

4.3.2. Evolução da Receita de Capital

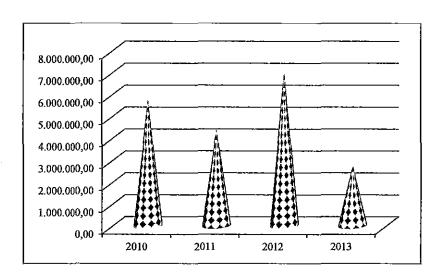
Q.46 – Evolução da receita de capital cobrada entre 2010 e 2013

Designação	2010	2011	2012	2013
Venda de Bens de Investimento	120.408,30	14.810,88	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.379.586,89	3.407.042,46	7.040.478,36	2.014.576,46
Passivos Financeiros	1.234.065,00	960,000,00	0,00	731,491,04
Receitas de Capital	5.734.060,19	4.381.853,34	7.040.478,36	2.746,067,50

Analisando o quadro da evolução da receita no último quadriénio, mostra-nos com clareza o esforço que o Município tem efectuado para obter receitas que cubram os seus compromissos assumidos.

Podemos verificar que este período de 2010 a 2013, teve oscilações nas receitas de capital, nomeadamente pelas transferências de verbas de fundos comunitários, assim como, pelo próprio Orçamento de Estado.

F.19 - Evolução das receitas no período de 2010 a 2013



J.

√50

4.3.2.1. Estrutura e execução das receitas de capital

Q.47 - Estrutura da receita de capital

						/ 1
Designação	Orçado	2013 Executado	Desvio	Taxa de Execução	2012 Executado	Variação 12-13
Теггеnos - Zona Industrial	161.281,54	0,00	-161.281,54	0,00%	0,00	0,00%
Terrenos - Loteamento da Escola Lotes - Urbanização da Piscina Moita do	105.000,00	0,00	-105.000,00	0,00%	0,00	0,00% /
Norte	25.000,00	0,00	-25.000,00	0,00%	0,00	0,00%
Terrenos - Outros	6.000,00	0,00	-6.000,00	0,00%	0,00	0,00%
Habitações	9.320,30	0,00	-9.320,30	0,00%	0,00	0,00%
Venda de Bens de Investimento	306.601,84	0,00	-306,601,84	0,00%	0,00	0,00%
Fundo Equilíbrio Financeiro	552,770,00	552:770,00	0,00	100,00%	1.105.539,00	-50,00%
Contratos Programa - Acordos Colaboração Participação Comunitária em Projectos Co-	21.500,00	5,040,00	-16.460,00	23,44%	270,326,91	-98,14%
Financiados	3.636.035,00	1.456,766,46	-2.179.268,54	40,06%	5.664.612,45	-74,28%
Transferências de Capital	4.210.305,00	2,014.576,46	-2.195.728,54	47,85%	7.040.478,36	-71,39%
Empréstimos a Médio e Longo Prazo - Sociedades Financeiras	253.627,16	731,491,04	477.863,88	288,41%	0,00	100,00%
	233.027,10	/31,431,04	477.005,00	200,4170		100,0076
Passivos Financeiros	253.627,16	731.491,04	477.863,88	288,41%	0,00	100,00%
Total	4.516.906,84	2.014.576,46	-2.024.466,50	44,60%	7.040.478.36	-71,39%

Com um desvio de 2.024.466,50€, relativamente ao valor orçado, que inclui a venda de diversos lotes, através da venda de bens de investimento continua a ser o reflexo da grave crise financeira, nomeadamente do setor imobiliário, verificada ao longo de 2013 que condicionou este tipo de receitas de capital.

No que se reporta às transferências de capital que englobam, entre outras, as transferências do Estado (FEF) e as comparticipações dos fundos comunitários, apresentam uma variação negativa de 2.195.728,5€. Para este desvio concorreram:

 As transferências comunitárias, devido, fundamentalmente, à demora na obtenção do visto do TC dos projectos inscritos no PPI, que atrasou a execução de algumas obras, não permitindo assim a realização de pedidos de pagamento de acordo com o previsto inicialmente.

No recurso ao endividamento regista-se a utilização da totalidade do valor residual do empréstimo de 731.491,04€, contratualizado em 2012, no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).

4.3.2.2. Transferências e Subsídios Obtidos

Q.48 - Receita proveniente de transferências

Designação	Orçado	2013 Executado	Desvio	Taxa de Execução	2012 Executado	Variação 12-13
Fundo Equilíbrio Financeiro	552.770,00	552:770,00	0,00	100,00%	1.105.539,00	-50,00%
Contratos Programa - Acordos Colaboração	21.500,00	5,040,00	-16.460,00	23,44%	270.326,91	-98,14%
Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	3.636.035,00	1.456,766,46	-2.179.268,54	40,06%	5.664.612,45	-74,28%
Alojamento temporário de criadores Arrelvamento do campo de futebol de Atalaia Atelier oficinal complementar ao centro de artes		87.099,43 29.420,17 0,00			24.680,48 0,00 38.375,25	
Centro ciência viva		0,00			400.726,63	
Centro escolar de vila nova da barquinha		93.094,98			575(339;20	
Centro integrado de educação e ciências		18.480,54		1	84.557,42	
Dinamização económica dos produtos vnb Edificio atelier oficinal complementar ao Centro de artes		33.063,30 2.085,67		:	6:722,33 8:314,77	
Esculturas no parque	ĺ	89.853,09			293,349,65	
Gestão em sig		7.828,92			0,00	
Percursos ribeirinhos Promoção e dinamização dos percursos, Rotas e eventos do tejo		0,00 34,028.55			26,534,98 113,484,62	
Recicla e composta no barquinha parque		0.00			9,982,51	
Rede wireless e cetv Remodelação e requalificação da escola EB 2,3/s d. Maria ii e pavilhão desportivo Remodelação da escola pré primária de moita do norte Remodelação do edifício paços do concelho		59,234,45 90,843,33 0,00 8:563,85			12,678,74 3,646,810,07 4,817,60 26,193,54	
Remodelação e requalificação da ex-en3 Requalificação da ex-en3 parque de estacionamento Requalificação de jardim público em atalaia		168.876,09 343.058,06 123.491,20			338 077,93 0,00 0,00	
Requalificação do espaço de Lazer da Boucinha Requalificação e beneficiação da em 535 e a ligação complementar a ex-en3		0,00 159.854,87			53,966,73 0.00	
Reutilização do edificio da hidráulica e do centro cultural		107.889,96			0,00	
Total	4.210.305,00	2.014,576,46	-2.195.728,54	47,85%	7,040,478,36	-71,39%

As transferências de capital obtidas no exercício económico de 2013, totalizam 2.014.576,46€, com uma diminuição face ao ano anterior de 71,39%, pois foi no ano de 2012, que o Município de Vila Nova da Barquinha, teve o grande retorno de financiamento das candidaturas dos diversos projetos, que dinamizaram o Concelho. Esta variação resulta do decréscimo da generalidade das componentes, nomeadamente das transferências de capital, quer resultem de transferências do Estado, de fundos comunitários ou de contratos-programa e protocolos.

ANÁLISE FINANCEIRA





5. Análise Financeira

5.1. Movimentos de Tesouraria

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercíció, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

(54)

Q.49 - Resumo da conta de gerência

Designação	Operações Orçamentais	Operações dé Total Tesouraria Total
Saldo transitado de 2012	381.825,43	62.120,95 443,946,38
Receitas arrecadadas	8.852.552,81	610.359,76 9,462,912,57
Despesas pagas	8.348.093,60	527.709,60 8,875,803,20
Saldo a transitar para 2014	886.284,64	144.771,11 1.031.055,75

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos no ano de 2013, verifica-se que a receita global cobrada neste ano, acrescida do saldo transitado do ano de 2012, diminuindo a despesa global paga, traduziu-se num saldo transitado para a gerência seguinte de 1.031.055,75€, que se decompõe em 886.284,64€, de saldo de operações orçamentais e 144.771,11€, de saldo de operações de tesouraria.

Esta informação é complementada com os fluxos de caixa que, através de mapa constante dos documentos de Prestação de Contas, discrimina a natureza e a origem e aplicações de fundos.

14.000.000,00
12.000.000,00
10.000.000,00
8.000.000,00
4.000.000,00
2.000.000,00
0,00
2010
2011
2012
2013

Recebimentos

F.20 - Evolução dos pagamentos e recebimentos orçamentais

A evolução dos recebimentos e pagamentos, no último quadriénio, permite-nos verificar um decréscimo que se acentuou no ano de 2013, ano em que os recebimentos foram de nível mais baixo, tendo obrigado as despesas e consequentemente os pagamentos a acomodarem-se às verbas efetivamente disponíveis.

5.2. Operações de Tesouraria

Q.50 - Operações de tesouraria

Designação	Saldo Inicial	Entradas	Saldas	Saldo Final
Cauções e depósitos de garantia	9,648,89	0,00	0,00	9:648,89
Cobrança para o Estado e outros entes Públicos	28.404,09	446.779,69	454.023,34	35.647,74
Cobrança para outros devedores e credores	23,600,82	74.022,84	69.849,01	19.426,99
Provisões	467,15	6.907,07	86.487,41	80,047,49
Total	62.120,95	527,709,60	610.359,76	144.771,11

O fluxo financeiro das operações de tesouraria evidencia as cobranças que os serviços do Município de Vila Nova da Barquinha realizaram para terceiros, ou seja, os valores entrados em cofre e destinados a outras entidades.

As operações de tesouraria desenvolvidas e movimentadas em contas correntes, por entidade e por natureza, são devidamente documentadas à entrada e saída de fundos, conforme mapa que integra a Conta de Gerência.

700.000,00 600.000,00 500.000,00 400.000,00 300.000,00 200.000,00 100.000,00 0,00 Saldo Inicial Entradas Saidas Saldo Final

F.21 - Evolução das operações de tesouraria

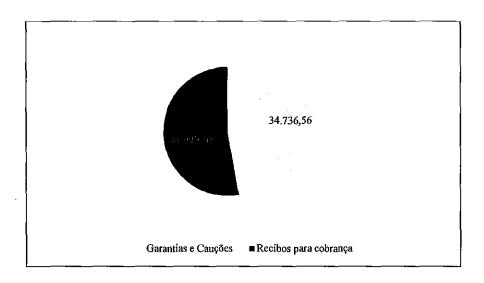
5.3. Garantias e Cauções

Q.51 - Garantias e cauções

Designação	Valor	Designação	Valor	Total
Saldo Inicial	26.390,08	Saldo Inicial	95.609,55	121,999,63
Cauções Rececionadas	20.447,30	Receita Liquidada	71.524,39	91.971,69
Cauções Devolvidas	0,00	Receita Cobrada	85.656,19	85.656,19
Cauções acionadas	12.100,82	Receita Anulada	42.478,15	54.578,97
Saldo para a gerência seguinte	34.736,56		38.999,60	73,736,16

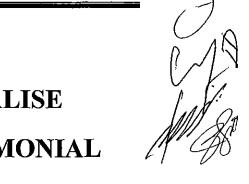
Com a contabilidade patrimonial existe a virtualização da receita, pelo que o Município de Vila Nova da Barquinha debita ao tesoureiro os documentos de cobrança, movimentando, assim, os recibos de cobrança em contas de ordem. Estas contas refletem, para além das garantias e cauções tituladas por papel, as retenções em numerário e depósitos bancários, estando desagregadas em fornecedores e fornecedores de imobilizado e arquivadas por entidade de origem. Refira-se que, no final do ano de 2013, o valor das cauções prestadas ao Município de Vila Nova da Barquinha foi 34.736,56€ e os recibos para cobrança no montante de 38.999,60€. O mapa de controlo e prestação desta informação consta dos anexos às demonstrações financeiras e da prestação de contas, a enviar ao Tribunal de Contas.

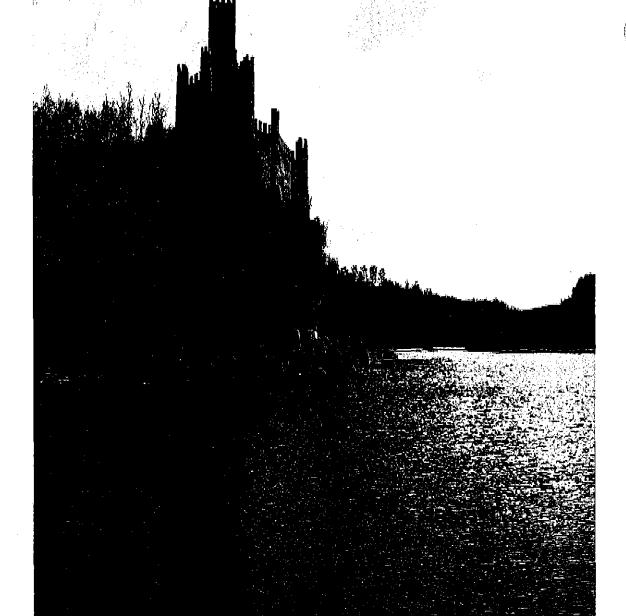
F.22 - Saldo da Gerência Seguinte das Contas de Ordem



(56

ANÁLISE **PATRIMONIAL**





Análise Patrimonial

6. Análise ao Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2013.

Q.52 - Balanço sintético

	2013/		2012,	2012		Variação 12-13	
Designação	Execução	Peso	Execução	Peso	Valor	%	
Imobilizado	36.200.884,57	93,12%	27.434.192,97	92,97%	8:766,691,60	31,96%	
Existências	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
Dividas de Terceiros - médio e longo prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
Dívidas de Terceiros - curto prazo	190 121,26	0,49%	444.446,85	1,51%	-254,325,59	-57,22%	
Disponibilidades	951,641,01	2,45%	443.946,38	1,50%	507.694,63	114,36%	
Acréscimos e diferimentos	1,531.972,50,	3,94%	1.185.803,36	4,02%	346 169 14	29,19%	
Ativo Liquido	38.874.619,34	100,00%	29.508.389,56	100,00%	9:366:229;78	3 1 ,74%	
Património	12,487:267,59	61,41%	3.553.837,59	30,96%	8,933,430,00	251,37%	
Ajustamentos a partes de capital	-90/299,07	-0,44%	376,64	0,00%	-90.675,71	-24074,90%	
Reservas	120,175(51)	0,59%	82.076,63	0,72%	38.098,88	46,42%	
Subsídios	736,525,64	3,62%	0,00	0,00%	736,525,64	100,00%	
Doações	0,002	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
Resultados transitados	6,583,337,64	32,38%	7.080.528,36	61,68%	-497.190;72	-7,02%	
Resultados	496,913,58	2,44%	761.977,54	6,64%	-265 063,96	-34,79%	
Fundos Próprios	20.333.920,89	100,00%	11.478.796,76	100,00%	8.855.124,13	77,14%	
Provisões para riscos e encargos	80.047,49	0,43%	467,15	0,00%	79,580,34	17035,29%	
Dividas a Terceiros - médio e longo prazo	4,774 205,60	25,75%	4.461.998,95	24,75%	312.206,65	7,00%	
Dividas a Terceiros - curto prazo	706.354,29	3,81%	1.654.973,21	9,18%	-948.618,92	-57,32%	
Acréscimos e diferimentos	12.980.091,07	70,01%	11.912.153,49_	66,07%	1.067,937,58	_8,97%	
Passivo	18,540.698,45	100,00%	18.029.592,80	100,00%	511.105,65	2,83%	
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	38.874.619;34	100,00%	29.508.389,56	100,00%	9.366.229,78	31,74%	

O crescimento de 31,74% do ativo líquido deve-se ao efeito conjugado do crescimento do imobilizado líquido (8.766.691,60€), das disponibilidades (507.694,63€), e dos acréscimos e diferimentos (346.169,14€), com a diminuição das dívidas de terceiros de curto prazo (254.325,59€).

Q.53 - Origem dos aumentos do imobilizado não financeiro

Dėsignação	2013	2012	Variação 12-13.
Bens do Domínio Publico	9.096.888,32	9.358,462,47	-261.574,15
Terrenos e Recursos Naturais	188,204,37	150.764,37	37,440,00
Outras Construções e infraestruturas	8.908.683,95	9.189.125,97	-280,442,02
Imobilizações em curso	0,00	18.572,13	-18.572,13 0,00
Imobilizações Incorpórcas	0,00	61.755,42	-61.755,42
Imobilizações em curso	0,00	61.755,42	-61.755,42
•			0,00
Imobilizações Corpáreas	26.895.189,25	17.820.868,86	9.074.320,39
Terrenos e Recursos Naturais	7.374.923,10	713.647,90	6.661.275,20
Edifícios e Outras Construções	18.346,328,85	15.847.301,40	2.499.027,45
Equipamento Básico	722.850,95	532.487,09	190.363,86
Equipamento de Transporte	148.028,24	265.608,77	-117.580,53
Ferramentas e Utensílios	3.847,28	5.676,05	-1.828,77
Equipamento administrativo	25,406,71	48.484,08	-23.077,37
Outras Imobilizações Corpóreas	10.223,21	11.729,19	-1.505,98
Imobilizações em curso	263.580,91	395.934,38	-132.353,47
Investimentos Financeiros	208.807,00	193.106,22	15.700,78
Partes de Capital	208.807,00	193.106,22	15.700,78
Total do Ativo	36.200.884,57	27.434.192,97	8.766.691,60

No que respeita ao imobilizado registam-se, ao longo do ano de 2013, as variações positivas dos aumentos das imobilizações corpóreas, em 9.074.320,39€ e 15.700,78€, que integraram os investimentos financeiros.

Os aumentos do imobilizado corpóreo respeitam, essencialmente, a terrenos, edifícios, equipamento básico e administrativo e outras construções e infraestruturas, que foram avaliados por uma comissão de avaliação de bens não contabilizados patrimonialmente, da qual se anexa uma lista, discriminada, para além do imobilizado em curso.

A variação dos investimentos financeiros regista aumentos de capital com a aquisição de unidades de participação dos fundos de investimento imobiliários da Sociedade Parque Almourol.

No que respeita às variações negativas, são os bens do domínio público e as imobilizações incorpóreas, que sofreram oscilações, determinadas também pela avaliação efetuada e corrigida ao imobilizado pertencente ao Município de Vila Nova da Barquinha.

Em termos globais as dívidas de terceiros de curto prazo diminuem 254.325,59€, destacando-se as reduções de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa, assim como, os outros devedores, fundamentalmente devido aos pedidos de pagamento em divida por parte do QREN serem superiores no final de 2012, que em 2013.

Realça-se o aumento das disponibilidades, em relação ao ano anterior, no montante de 507.694,63€.

Nos acréscimos de proveitos destacam-se os impostos diretos, a receita da venda de bens e serviços correntes, assim como outras receitas, reconhecidos em dezembro do corrente exercício, mas que só foram recebidos em 2014.

Os fundos próprios aumentam, essencialmente, em resultado da incorporação de património não registado no balanço inicial, no valor de 8.766.691,60€, resultante da avaliação do património que não estava valorizado, nem contabilizado patrimonialmente.

Conforme determinado pelo POCAL e deliberado pela Assembleia Municipal, o resultado líquido de 2012 foi transferido para resultados transitados (761.977,54€) e procedeu-se ao reforço das reservas legais (120.175,51€).

O aumento das dívidas a terceiros de médio e longo prazo, deveu-se ao fato da contabilização do empréstimo PAEL, deduzindo o valor das amortizações, do corrente ano.

A redução das dívidas a terceiros de curto prazo, no montante de 948.618,92€, contribuíram para a redução do passivo, revelando o ano de 2013, como o ano de regularização de dívidas de exercícios anteriores e do próprio exercício, passando o Município de Vila Nova da Barquinha a ter um prazo médio de pagamentos inferior a 30 dias.

Ainda no âmbito das dividas a terceiros de curto prazo, devemos ter a perceção que os valores mais elevados são as dividas a fornecedores em receção e conferencia, ou seja, aqueles que são datados de dezembro de 2013, mas que somente deram entrada no Município no ano de 2014, onde se contabiliza alguns autos de obras que iniciaram no final do ano de 2013, por outro lado, não menos importante de salientar as dividas com o Estado e Outros Entes Públicos, onde já se encontra registada a totalidade das dividas que o Município detém para com a ADSE, embora estas estejam delineadas num plano de pagamentos diluído no médio prazo.

As provisões para riscos e encargos compreendem os processos judiciais em curso que registam os encargos que a autarquia prevê suportar com os processos judiciais a aguardar decisão dos Tribunais, e os acordos extrajudiciais promovidos pelo município.

Os acréscimos de custos que incorporam os custos do exercício, a liquidar em exercícios futuros, em obediência ao princípio da especialização do exercício, registam um ligeiro decréscimo que é compensado pelo aumento dos custos diferidos, onde são contabilizados as receitas provenientes dos fundos comunitários.



Q.54 - Indicadores do balanço

Designação:	2013	2012
Grau de autonomia		
Fundos próprios/Ativo	52,31%	38,90%
Índice de liquidez imediata		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	135	0,27
Índice de solvência		
Ativo/ Passivo	2,10	1,64

61

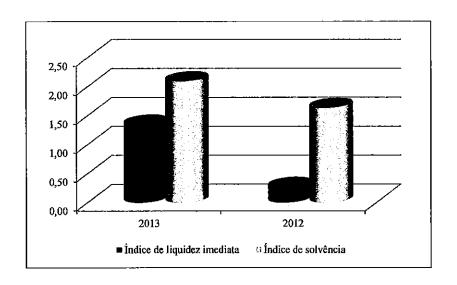
Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro positivo do Município de Vila Nova da Barquinha em 2013.

O grau de autonomia, com um aumento em 2013, continua a evidenciar a capacidade do Município de financiar o seu ativo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo.

O índice de liquidez imediata, que aumenta relativamente ao ano anterior, resulta do aumento mais acentuado das disponibilidades do que a redução do exigível a curto prazo.

A capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, medida através do índice de solvência, apresentou uma melhoria relativamente ao ano de 2012, ao passar de 1,64% para 2,10%.

F.23 - Índices Patrimoniais



7. Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2013.

Q.55 - Demonstração dos resultados por natureza

	2013	2013		2012		Variação 12413	
Designação	Execução	Grau da Execução	Execução	Grau da Execução	Valor	%	
Custos e Perdas				Silvanikini			
Custos merc.vend.e das mat. consumidas	7.166,59	0,10%	5.670,85	0,09%	1.495,74	26,38%	
Fornecimentos e serviços externos	2,227.755,22	32,17%	1.952.457,33	30,81%	275:297,89	14,10%	
Pessoal	2.812.297,99	40,61%	2.796.121,50	44,12%	16.176,49	0,58%	
Transf. e subsídios correntes concedidos	340.851,16	4,92%	239.462,67	3,78%	101.388,49	42,34%	
Amortizações do exercício	1.059.624,48	15,30%	976.529,58	15,41%	83.094,90	8,51%	
Provisões do exercício	93.996,09	1,36%	0,00	0,00%	93,996,09	100,00%	
Custos e perdas financeiros	93,906,45	1,36%	116.469,17	1,84%	-22 562,72	-19,37%	
Outros custos	289,272,12	4:18%	251.093,27	3,96%	38,178,85.,	15,21%	
Total	6.924.870,10	100,00%	6.337.804,37	100,00%	587.065,73	9,26%	
Proveitos e ganhos	3.84						
Vendas e prestações de serviços	1.699.982,76	22,91%	1,269,558,99	11,06%	430.423,77	33,90%	
Impostos e taxas	735.418,83	9,91%	949.638,94	8,27%	-214.220,11	-22,56%	
Variação da produção	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
Transferências e subsídios correntes	4.283,536,38	57,72%	4.456.593,88	38,82%	-173.057,50	0,00%	
Proveitos financeiros	1:355,31	0,02%	2.363,31	0,02%	-1.008,00	-42,65%	
Outros	701.490,40	9,45%	421.626,7 <u>9</u>	3,67%	279.863,61	66,38%	
Total	7,421.783,68	100,00%	7.099.781,91	100,00%	322.001,77	4,54%	
Resultado Liquido do Exercício	496.913,58		761.977,54		-265,063,96	-34,79%	

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2013 apresentam, no seu conjunto, uma variação positiva de 587.065,73€, relativamente ao ano anterior.

Os custos com pessoal representam 40,61% dos custos da autarquia e o seu aumento, que se deve, essencialmente, à reposição dos subsídios de férias e de Natal, contribuiu com 16.176,49€, para a variação positiva dos custos. Para o acréscimo dos fornecimentos e serviços externos concorreu o aumento, de 275.297,89€, devido essencialmente aos custos transitados nesta rubrica de anos anteriores pagos através do empréstimo PAEL, assim como, os custos inerentes ao próprio ano.

A variação positiva das transferências e subsídios correntes concedidos resulta do mesmo conteúdo que os fornecimentos e serviços externos, em termos de pagamentos de transferências do próprio ano acrescidas dos anos anteriores.

Contribuem ainda para a variação positiva dos custos, as provisões do exercício e os outros custos que aumentam, relativamente ao ano transato, fundamentalmente por força da contabilização do valor das provisões para sentenças judiciais em curso e do aumento dos custos extraordinários resultantes de reapreciações, respetivamente.

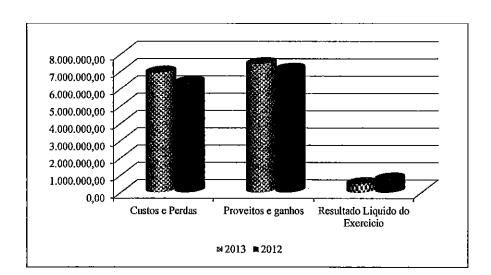
No que respeita às amortizações, o acréscimo decorre dos registos contabilísticos de obras concluídas em 2013 pela execução do Plano Plurianual de Investimentos.

O aumento dos proveitos e ganhos em 322.001,77€, deve-se, essencialmente, à variação ocorrida nas vendas e prestações de serviços e nos outros proveitos extraordinários, onde são contabilizadas as receitas de anos anteriores.

Como podemos verificar, a diminuição das rubricas dos impostos e taxas, no valor de 214.220,11€, deve-se essencialmente à diminuição de alguns impostos importantes como o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imoveis. As transferências e subsídios correntes também decresceram em 173.057,50€, em relação ao ano transacto, devido essencialmente pela diminuição dos fundos provenientes do Orçamento de Estado.

O decréscimo dos proveitos financeiros no ano de 2013, deveu-se á fraca obtenção de receitas provenientes de juros das contas bancárias do Município de Vila Nova da Barquinha, devido à baixa constante das taxas de juro praticadas pelas entidades bancárias.

Do balanceamento entre os custos e proveitos resulta um resultado líquido do exercício de 496.913,58€, inferior ao do ano transato em 265.063,96€.



F.24 - Evolução da Demonstração de Resultados





8. Dívida

8.1. Dívida global

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor e forte controlo, por opção do Município, não obstante as restrições impostas pela Lei das Finanças Locais e pela Lei do Orçamento de Estado.

Q.56 - Evolução da dívida bancária

Designação	31-12-2012	31-12-2013	Variação Valor	12-13 %
Empréstimos M/L Prazo	4 461 998.95	4 774 205.60	312 206.65	7.00%
Caixa Geral de Depósitos Banco Português de	1 326 751.18	1 180 852.66	-145 898,52	-11.00%
Investimentos	2 590 710.13	2 411 882.04	-178 828.09	-6,90%
Banco Espirito Santo	133 339.44	122 229.44	-11 110.00	-8.33%
BCP Millennium	314 423.33	279 808,01	-34 615,32	-11.01%
IHRU	96 774.87	92 879.49	-3 895.38	-4.03%
IGCP, EPE	0.00	686 553.96	686 553.96	100.00%

A dívida bancária de médio e longo prazo integra a dívida que releva para o limite de endividamento, a que não releva para este limite. No final do ano de 2013 esta dívida ascendia a 4.774.205,60€, registando um aumento de 285.206,65€ face ao ano de 2012, mesmo com a contratualização do empréstimo PAEL, no valor de 731.491,04€.

De salientar ainda que no exercício de 2012, o valor amortizado foi de 393.972,49€ e que no exercício económico de 2013, o Município conseguiu amortizar o montante de 419.284,39€, o que demonstra a capacidade financeira que o Município detém para fazer face aos compromissos de longo prazo.

F,25 – Prazo médio de pagamentos a fornecedores

181

200
150
100
66
87
11
2012
2013

64

A dívida a fornecedores, que em 2012 era de 1.654.973,21€, foi reduzida drasticamente, sendo de 706.354,29€ em 2013. Este resultado permitiu uma redução do prazo médio de pagamento a fornecedores muito significativa sendo, em dezembro de 2013, de 11 dias, o que se revela um comportamento exemplar na regularização dos compromissos.

Desde a publicação da Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa de redução de prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços, e uniformizou a metodologia de cálculo do prazo médio de pagamento a fornecedores, que o prazo médio de pagamento a fornecedores é monitorizado e publicitado pela DGAL. A dívida a fornecedores, com identificação dos montantes por prazo, é comunicada à DGAL e IGF. É de anotar que o Município de Vila Nova da Barquinha terminou o ano de 2013 sem pagamentos em atraso, ou seja, sem contas a pagar a fornecedores com mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento das faturas, contratos ou documentos equivalentes.

8.2. Serviço da dívida

Q.57 - Evolução do serviço da dívida

Serviço da Divida	2013	2012 Variação 12-13
Juros	77.971,00	114.180,10 -31,71%
Amortização	419.284,39	393.972,49 6,42%
Total	497.255,39	508.152,59 -2,14%

O total do serviço da dívida, no montante de 497.255,39€, diminuiu, em 2013, cerca de 2,14% relativamente ao ano anterior, pelo efeito conjugado do aumento das amortizações com o decréscimo dos juros.

O decréscimo ao valor global dos juros, registado durante a presente gerência, é resultado, fundamentalmente, da diminuição das taxas de juro praticadas pelas entidades bancárias.

O aumento das amortizações decorre, entre outras variações, de um empréstimo ao IGCP, EPE, pelo Programa de Apoio à Economia Local.

A CAMBO

8.4. Capacidade de Endividamento

Nos termos do disposto no artigo 98.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) os limites de endividamento líquido e de médio e longo prazos para cada município em 2013, são apurados do seguinte modo:

"1 — Nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 - A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, o limite de endividamento líquido de cada município para 2013, tendo em vista assegurar uma variação global nula do endividamento líquido municipal no seu conjunto, corresponde ao menor dos seguintes valores:



- b) Limite resultante do disposto no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio."
- 2 Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o limite de endividamento de médio e de longo prazos para cada município em 2013 é o calculado nos termos do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.
- 3 Sem prejuízo do disposto no número anterior, a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2011 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, aferida nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.
- 4 O valor global das amortizações efetuadas no ano de 2011 é corrigido, até 30 de junho, pelo valor das amortizações efetuadas no ano de 2012."

O n.º 8 do mesmo artigo dispõe ainda que "O valor disponível para rateio nos termos dos n.º 2 e 3 é reduzido em 150 milhões de euros."





Município de Vila Nova da Barquinha (Relatório da Prestação de Contas 2013

Q.58 - Limites de endividamento

Descrição	2010	2011	2012	2013
Limite de Endividamento empréstimos de médio e longo prazos	4.046.908,00	2.434.737,00	2.375.240,00	3.691.057,00
Limite de Endividamento Liquido	5.058.635,00	4.009.810,00	3.681.047,00	3.681.047,00

Em 31 de dezembro de 2013 e atentos os pressupostos e condições, quer da Lei das Finanças Locais quer da Lei do Orçamento do Estado para o ano em apreço, o Município de Vila Nova da Barquinha apresenta uma capacidade de endividamento líquido de 3.681.047,00€.

A política financeira do Município de Vila Nova da Barquinha continuou no sentido de uma redução programada e gradual do endividamento líquido, independentemente dos empréstimos contarem ou não para o cálculo do limite do endividamento.

8.4.1. Capacidade de evolução do endividamento líquido

Q.59 - Limites de endividamento líquido

Ano	Legislação	Limite de Endividamento	Incluindo montantes legalmente excecionados	Capital em divida excecionado	Excluindó montantes Excess legalmente excecionados	o/Margem
31-12-2010	Artigo 53.º OE/2010	5.058,635	5.962.358	1.952.548	4.009.810	1.048.825,00
	Artigo 53.º OE/2011 Artigo 66.º OE/2012	4.009.810	9.123.701	1.826.264	7.297.437	-3.287.627,00
	(recalculado)	3.681.047	4.818.780	1.700.143	3.118.637	562.410,00
31-12-2013	Artigo 98°.OE/2013	3.681.047,22	4.099.552,80	1.561.009,15	2.538.543,65	1.142.503,57

Como podemos verificar, o Município de Vila Nova da Barquinha ao longo do quadriénio em análise apresentou á excepção do ano de 2011, causado pelo atraso estrutural no recebimento das verbas provenientes dos fundos comunitários, margem ao endividamento liquido.

O exercício económico de 2013, veio reforçar o esforço que o Município manteve ao longo dos anos para manter a legalidade dos limites impostos, atendendo à contenção de divida, como se pode verificar através de uma margem de 1.142.503,57€.

8.4.2. Capacidade de evolução do endividamento de médio e longo prazos

Q.60 - Limites de endividamento de médio e longo prazo

Ano	Legislação	Limite de Endividamento	Incluindo montantes legalmente excecionados	Capital em dívida excecionado	Excluindo montantes legalmente excecionados	Excesso / Margem
31-12-2010	Artigo 53.º OE/2010	4.046.908,00	4.246.657,00	1.952.548,00	2.294.109,00	1.752.799,00
31-12-2011	Artigo 53,° OE/2011 Artigo 66,° OE/2012	2.434.737,00	4.855.971,00	1.826.264,00	3.029.708,00	-594,971,00
31-12-2012	(recalculado)	3.681.047,00	4,461,998,95	1.700.143,00	2.761.855,95	919.191,05
31-12-2013	Artigo 98°.OE/2013	3.691.057,40	4.774.205,60	1.561.009,15	3.213.196,45	477.860,95

68

No seguimento do que sucedeu no endividamento líquido, o endividamento de médio e longo prazos, ao longo do quadriénio em análise apresentou á excepção do ano de 2011, margem ao endividamento de médio e longo prazo.

Embora diminuindo a margem obtida no exercício económico de 2012, o exercício económico de 2013, apresentou uma margem de 477.860,95€, devido à utilização do empréstimo PAEL durante o exercício.

9. Proposta de aplicação de resultados

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido positivo de 496.913,58€ tenha a seguinte aplicação:

- 24.845,68€ para Reservas Legais
- 472.067,90€ para Resultados Transitados

10. Anexo às Demonstrações Financeiras

Introdução

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestações de contas exigidas no ponto 2 do POCAL, no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54- A/99 e na resolução nº 4/2001 do Tribunal de Contas, rectificada pela resolução nº 6/2013 – 2ª Seção, as instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis.

Os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios definidos no ponto 3.2. do POCAL. De acordo com o princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2012 e o Balanço Final de 2013.

Em observância com o disposto no POCAL, a ótica patrimonial prevalece sobre a ótica económica, exceto para a contabilização das aquisições de bens através da locação financeira, onde se aplica o princípio da substância sobre a forma.

8.1 – Caracterização da entidade

A informação de identificação e caracterização do Município de Vila Nova da Barquinha consta de mapa síntese que acompanha a prestação de contas a enviar ao Tribunal de Contas.

8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos. Neste sentido o documento das notas ao balanço e à demonstração de resultados, é parte integrante dos documentos da prestação de contas a enviar ao Tribunal de Contas.

8.3 - Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

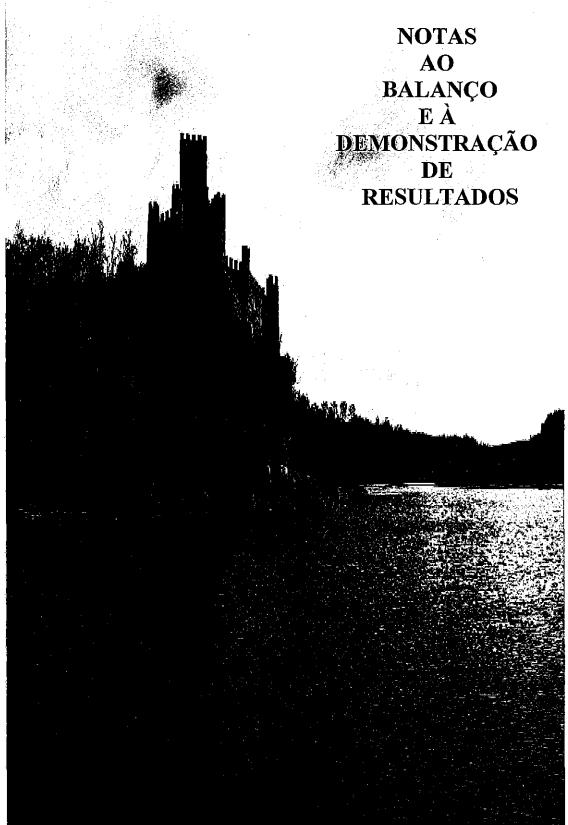
A informação sobre este ponto consta dos mapas que acompanham os documentos de prestação de contas, construídos de acordo com o definido no POCAL, designadamente: modificações do orçamento da receita, modificações do orçamento da despesa e modificações ao plano plurianual de investimentos.





Município de Vila Nova da Barquinha Notas ao Balanço e às Demonstrações de Resultados 2013







NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício económico de 2013, procedeu-se à transferência das obras concluídas, registadas na conta de imobilizado em curso, para as respetivas contas do imobilizado, quer, as do próprio exercício como as do imobilizado em curso referente a anos anteriores, através de uma assertiva avaliação do Património.

Tais factos influem nos valores do ativo e nos resultados do exercício, pelo que na análise do balanço e da demonstração de resultados.

- **8.2.1.** Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excecionais, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derrogados e dos respetivos efeitos no balanço e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da autarquia local.
 - Não foi derrogada qualquer disposição do POCAL que afete a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Autarquia.
- **8.2.2.** Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.
 - Não aplicável.
- 8.2.3. Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

Imobilizado

Os Ativos Imobilizados, incluindo os Investimentos adicionais ou complementares, são valorizados ao custo de aquisição.

As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, tendo-se aplicado as taxas máximas previstas no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.



Existências

Não aplicável.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Quanto às dívidas de Terceiros, cuja cobrança é duvidosa e com fundado risco de incobrabilidade, são constituídas provisões segundo o estabelecido no 2.7.1 do POCAL.

Disponibilidades

- As disponibilidades de depósitos em instituições financeiras e caixa são expressas, respetivamente, pelos montantes dos saldos de todas as contas de depósito e dos meios de pagamento, respetivamente.
- **8.2.4.** Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas nas contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressa em moeda estrangeira.
 - Não aplicável.
- 8.2.5. Situações em que o resultado do exercício foi afetado:
 - Não aplicável.
- **8.2.6.** Comentário às contas 431 "Despesas de instalação" e 432 "Despesas de investigação e de desenvolvimento".
 - ❖ No exercício económico de 2013, ambas as contas 431 Despesas de Instalação e 432 Despesas de investigação e de desenvolvimento, não foram sujeitas a contabilização.
- **8.2.7.** Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e as respetivas amortizações e provisões.
 - ❖ Ver Mapas anexos "Ativo Bruto" e "Amortizações e Provisões".



- 8.2.8. Descrição do ativo imobilizado.
 - ❖ Da aplicação informática "Património" constam as listagens individualizadas dos bens "Edifícios e outras construções" e "Viaturas". Tendo em conta o respetivo volume não se mostra viável a sua discriminação neste campo, constando, no entanto e ainda que de forma sumária no Mapa anexo Ativo A.
- **8.2.9.** Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.
 - Ver Mapa anexo "Empréstimos de Médio e Longo Prazo"
- **8.2.10.** Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.
 - Não aplicável.
- 8.2.11. Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.
 - Não aplicável.
- **8.2.12.** Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas.
 - Ver Mapa do Ativo A.
- **8.2.13.** Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

Repulpanemik	Traffdade Lounting	Partin Classicato	Data Infolo	Data Termo	Durneño Mw193	Valordo Comunio	Captalea Didda 04002013	Yakar	Capital am Divida 31/12/2013
Renault Clio	CL&F	100018244	Set-10	Set-15	60	13.375,84	6.623,23	2.427,62	4.195,61
Camião RSU	BES	2058647	Abr-12	abr-17	60	99.800,00	82.033,77	19.127,47	62.906,30
	Total						104.098,76	73.272,65	67.101,91



8.2.14. Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Atenta a quantidade, diversidade e natureza jurídica dos elementos patrimoniais que constituem os bens do domínio público e os bens imóveis do domínio privado, no exercício económico de 2013 foi possível avaliar continuar a esses bens, como se pode verificar no balanço que no exercício económico de 2012, apenas tinha contabilizado 9.358.462,47 €, de bens do domínio publico, passando a ter no exercício de 2013 12.411.436,97€, fato este que vinha sendo debatido ao longo dos exercícios económicos anteriores.

No entanto, podemos afirmar que a relação dos bens a avaliar está efetuada, como se demonstra na listagem anexa a estas notas.

- **8.2.15.** Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.
 - Os únicos bens de domínio público não sujeitos a amortização são o terreno do Parque Urbano de Vila Nova da Barquinha, o jardim público da Atalaia, cf., CIBE.
- **8.2.16.** Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.
- O Município de Vila Nova da Barquinha detém 94,32% no capital social da empresa "CDN Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M:/ S.A.", pelo que através do cálculo do MEP foi registado um resultado líquido de 14.355,55€, 16% do capital social do "Parque Almourol Promoção e Desenvolvimento Turístico, Lda.", pelo que através do cálculo do MEP foi registado um resultado líquido de 90.675,71€, e 0,01% do capital social da Tagusgás, S.A.
- **8.2.17.** Relativamente aos elementos incluídos nas contas "Títulos Negociáveis" e "Outras aplicações de tesouraria", indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores do balanço.
 - Não aplicável.



- **8.2.18.** Discriminação da conta "Outras aplicações financeiras" com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.
 - Não aplicável.
- **8.2.19.** Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.
 - Não existem diferenças materialmente relevantes entre os custos apurados segundo os critérios adotados pela Autarquia e os correspondentes valores de mercado, dos ativos circulantes constantes no balanço.
- **8.2.20.** Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.
 - Não aplicável.
- **8.2.21.** Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.
 - ❖ Foram constituídas provisões nas contas de clientes e outros devedores, cuja dívida se encontrava em mora há mais de 6 meses.
- **8.2.22.** Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.
 - ❖ O valor global das dívidas de cobrança duvidosa ascende a 38.999,60€.
- 8.2.23. Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.
 - Não aplicável.
- **8.2.24.** Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.
 - Não aplicável.

- Mi Mar
- **8.2.25.** Discriminação das dívidas incluídas na conta "Estado e outros entes públicos" em situação de mora.
 - Não existem dívidas em mora.
- **8.2.26.** Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança.
 - No Mapa anexo "Contas de Ordem" (8.2.26), podemos constatar discriminadamente, as garantias e cauções prestadas e acionadas, a receita virtual cobrada lado do débito os recibos para cobranças, os fundos caucionados, enquanto que no lado do crédito sucede exatamente o mesmo, a soma das conta 09.1 − recibos para cobranças, no valor de 38.999,60 €, da conta 09.2 − fundos caucionados, no valor de 34.736,56€ e da conta 09.9 de contrapartida no valor de 4.263,04 €, perfazendo o valor de 77.999,20€.

Este mapa desagregado tem as contas de contrapartida que o mapa 7.5 não tem, mas que só assim se consegue que esteja saldado.

O mapa 7.5 contempla toda a informação que o mapa 8.2.26 nos dá, nomeadamente:

O valor de 20.447,30 € de garantias e cauções prestadas que se encontra a crédito na conta 09.2 no mapa 8.2.26;

O valor de 71.524,39€ de receita virtual liquidada que se encontra a débito na conta 09.1 no mapa 8.2.26;

O valor de 12.100,82€ de garantias e cauções acionadas que se encontra a débito na conta 09.2 no mapa 8.2.26;

O valor de 85.656,19€ de receita virtual cobrada que se encontra a crédito na conta 09.1 no mapa 8.2.26.

Este mapa apenas não nos dá as contas de contrapartida, pois só são necessárias no mapa 8.2.26 para saldar as contas.

No entanto dá-nos também os valores do saldo da gerência anterior que no mapa 8.2.26 aparece nos saldos iniciais, e o saldo para a gerência seguinte que está no saldo final do mapa 8.2.26.

8.2.27. Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

Município de Vila Nova da Barquinha

Ano: 2013

(Côd)go					
દ્યક		Saldo			Saldo
Contas	Designação	Irrigial	Aumento	Redução	Phinesyl
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobrança duvidosa	42.727,54	0,00	11.901,72	30.825,82
292	Provisões para riscos e encargos	467,15	79.580,34	0,00	80.047,49
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

8.2.28. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – "Fundo patrimonial", constantes do balanço.

Património

No exercício de 2013, o valor do Património é de 12.487.267,59€, não refletindo quaisquer correção, mas refletindo um aumento no valor de 8.933.430,00€ resultante do registo de Bens Imoveis do domínio privado do Município, valorizados através de processo de avaliação efetuada pelos técnicos designados pelo Município e aprovados em assembleia Municipal.

PATRIMÓNIO

1. Saldo Inicial	3,553,837,59€
2. Aumentos	8.933,430,00€
3. Diminuições	0,00€
4. Total dos movimentos na Conta 51 no ano de 2013 (4 = 2 -3)	0,00€
5. Saldo Final (5 = 1 + 4)	12.487.267,59€

Resultados Transitados

A diminuição da conta 59, resultados transitados, resulta essencialmente de movimentos de especialização do exercício e do encerramento de imobilizações em curso de anos anteriores. Há ainda que referir, que estão refletidos nesta conta, os aumentos resultantes dos movimentos de transferência do resultado líquido do exercício do ano de 2012 para 2013, de acordo com o ponto n.º 2.7.3.2, das Considerações Técnicas do POCAL e os movimentos de regularizações de subsídios de investimento.

Os movimentos ocorridos nesta conta são explicados no seguinte quadro:

RESULTADOS TRANSITADOS

1 -Saldo inicial	7.080.528,36€
2 – Aumentos	1.415.601,17€
3 — Diminuições	1.912.791,89€
4 = 2 -3 Total dos movimentos na conta 59 no ano 2013	-497.190,72€
5 = 1 + 4 Saldo Final	6.583.337,64€

CAPITAIS PRÓPRIOS

Doch Jan Dr. L. doron	Strates (1-c) of all	lytovlii	50,010,08=,1	
Rubrigas do balanço	Saldo (migral	sotuemn/s.	Radingões	Sailin Final
Património	3.553.837,59 €	8.933.430,00 €	0,00€	12.487.267,59€
Ajustamentos de partes de capital em empresas	376,64€	0,00€	-90.675,71€	-90.299,07 €
Reservas de reavaliação	0,00€	0,00€	0,00€	0,00 €
Reservas legais	82,076,63€	38.098,88€	0,00€	120.175,51 €
Reservas estatutárias	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Reservas contratuais	Reservas contratuais 0,00 €		0,00€	0,00 €
Reservas livres	0,00 €	0,00€	0,00€	0,00 €
Subsídios	0,00 €	736.525,64€	0,00€	736.525,64€
Doações	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Reservas decorrentes da transferência de ativos	0,00€	0,00 €	0,00€	0,00€
Resultados transitados	7.080.528,36 €	1.415.601,17€	-1.912.791,89€	6.583.337,64€
Resultado Líquido do Exercício	761.977,54€	589.464,72 €	-854.528,68€	496.913,58€
Total	11.478.796,76€	11.713.120,41€	-2.857.996,28€	20.333.920,89€

A explicação das alterações nos ajustamentos de partes de capital em empresas prende-se com a aplicação do Método de Equivalência Patrimonial e deve-se a alterações do património ocorridas na empresa Parque Almourol desde 2011 e 2013. Deste modo, foi registado na conta do Ativo, 411423 investimentos financeiros do Parque Almourol, o valor apurado através do MEP de 90.675,71€, em contrapartida do registo na conta dos Fundos Próprios, 511 ajustamentos de partes de capital em empresas.

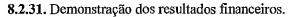
Os subsídios resultam da aplicação da nota explicativa do POCAL da conta 575: "575 «Subsídios». Serve para registar os subsídios e comparticipações que não se destinem nem a investimentos amortizáveis nem à exploração, concedidos às autarquias, quer pela administração autárquica, quer por outras entidades públicas ou privadas."

Estes subsídios não amortizáveis estavam registados na conta 59 (resultados transitados) e foram transferidos para a conta 575.

- 8.2.29. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.
 - ❖ Não aplicável.

8.2.30. Demonstração da variação da produção.

Não aplicável.



<u> </u>	**	The ord	rimos			Tang	eiglos
Cădigo des				Chiligo dae			
.das <u>(Goalas</u>	Cristos e Parrilas	3083	2002	Comms	<u>वर्णनात्मे ९ वर्णनेत्रपद ६ </u>	23043	2012
681	Juros Suportados Perdas em Entidades	75.550,90€	116.469,17€	781	Juros Obtidos Ganhos em Entidades	293,27 €	600,99€
682	Participadas Amortizações de	14.355,55 €	0,00€	782	Participadas	0,00 €	0,00€
683	Investimento em Imóveis Provisões para Aplicações	4.000,00€	0,00€	783	Rendimentos de Imóveis Rendimentos de	0,00 €	0,00€
684	Financeiras Diferenças de Câmbio	0,00 €	0,00€	784	Participações de Capital Diferenças de Câmbio	1.062,04€	1.762,32 €
685	Desfavoráveis Perdas na Alienação de	0,00 €	0,00 €	785	Favoráveis Desc. De Pto. Pagamento	0,00 €	0,00€
687	Aplicação de Tesouraria Outros Custos e Perdas	0,00 €	0,00 €	786	Obtidos Ganhos em Alienações	0,00 €	0,00 €
688	Financeiras	0,00 €	0,00€	787	Aplic. Tesouraria Outros Proveitos e Ganhos	0,00 €	0,00€
		0,00 €	0,00 €	788	Financeiros	0,00 €	0,00 €
		0,00€	0,00€				
	Resultados Financeiros	-92.551,14€	114.105,86€	<u> </u>			
		1.355,31 €	2.363,31 €	<u> </u>		1.355,31€	2.363,31€

8.2.32. Demonstração dos resultados extraordinários.

[- · · · - · · · · · · · · · · · · · ·		Theoretons				Ex310	Exercícios		
-Cndigo				Côdigo					
aina Clentos	Cystose Perda.	2013	2012	das Cantas	Provetios e Charles	2013	ZD12		
691	Transferências de capitais concedidas	212.989,45€	183.144,70€	791	Restituição e impostos	0,00€	0,00€		
692	Dívidas incobráveis	0,00€	0,00 €	792	Recuperação de dívidas	0,00 €	0,00€		
693	Perdas em existências	0,00€	0,00 €	793	Ganhos em existências	0,00€	0,00€		
694	Perdas em imobilizações	0,00€	0,00 €	794	Ganhos em imobilizações Benefícios e penalidades	0,00€	0,00 €		
695	Multas e penalidades Aumentos de amortizações	9.219,63€	4.844,90 €	795	contratuais Reduções de amortizações	23.396,52€	10.964,35€		
696	e de provisões Correções relativas a	0,00 €	0,00 €	796	e de provisões Correções relativas a	0,00 €	0,00 €		
697	exercícios anteriores Outros custos e perdas	66.546,81€	46.772,94€	797	exercícios anteriores Outros proveitos e ganhos	348.207,26€	156.578,36€		
698	extraordinárias	303,07€	429,45€	798	extraordinários	329.886,62€	254.084,08€		
699	Restituições do Exercício	0,00€	0,00€						
Ĺ	Resultados Extraordinários	412.431,44€	186.434,80€						
		701.490,40€	421.626,79€			701.490,40€	421.626,79€		

8.2.33. Custos por funções

Não aplicável.

No exercício de 2011, a atuação do Município ao nível contabilidade de custos, de acordo com o ponto 2.8.3. do POCAL, ainda se encontra em fase de implementação.

8.2.34. Outros comentários às contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados

❖ O valor em divida à A.D.S.E. (117.924,29€) encontra-se estipulado em conformidade com o plano de pagamentos realizado entre o Município e a A.D.S.E. e que já se encontra em fase de liquidação.

Bens avaliados e registados no Ano de 2013

Freguesia	Artigo	Valor Patrimonial	Designação
142001	464	37.440,00€	Outros - Estacionamento afecto à Junta de Freguesia
142001	991	77.520,00€	Edificio Junta de Freguesia Atalaia
142001	993	3.630,00€	Posto de Transformação de Energia Electrica
142001	2038	15.340,00 €	Terreno p/ construção 1600m2, junto Oficina Auto Nova Vida
142001	2154	6.020,00€	Terreno p/ construção - Sitio Cavaleiros 210m2, Rua Sto António, Zona Expansão
142001	2155	13.100,00 €	Terreno p/ construção - Sitio Cavaleiros 210m2, Rua Sto António, Zona Expansão
142001	2251	69.150,00€	Edificio do posto médico
142001	2345	494.690,00€	Parque Temático - Galaxy Park
142001	2346	1.207.360,00€	Parque Temático - Galaxy Park
142001	2492	38.730,00€	Lote constituído e não vendido - Tojeiras
142001	2493	35.700,00€	Lote constituído e não vendido - Tojeiras
142001	2494	51.290,00€	Lote constituído e não vendido - Tojeiras
142001	2496	34.570,00€	Lote constituído e não vendido - Tojeiras
142001	2498	11.890,00€	Lote constituído e não vendido - Tojeiras
142001	2500	51.160,00€	Lote constituído e não vendido - Tojeiras
142001	2501	34.570,00€	Lote constituído e não vendido - Tojeiras
142001	2502	34.570,00€	Lote constituído e não vendido - Tojeiras
142001	2503	34.570,00€	Lote constituído e não vendido - Tojeiras
142001	2504	11.990,00€	Lote constituído e não vendido - Tojeiras
142001	2505	13.290,00 €	Lote constituído e não vendido - Tojeiras
142001	2508	61.170,00€	Lote constituído e não vendido - Tojeiras
142001	2509	59.130,00€	Lote constituído e não vendido - Tojeiras
142001	2510	255.970,00€	Lote constituído e não vendido - Tojeiras
142001	2512	54.500,00€	Lote constituído e não vendido - Tojeiras
142001	2513	54.500,00€	Lote constituído e não vendido - Tojeiras
142001	2557	19.590,00€	Lixeiras (1/3 do valor)
142001	2578	970.590,00€	Parque Desportivo da Atalaia e terrenos confinantes
142001	2579	5.350,00 €	terreno, estrada de acesso e depósito água

Bens avaliados e registados no Ano de 2013

Freguesia	Artigo	Valor Patrimonial	Designação
142001	2665	2.707.390,00€	Terreno p/ construção - Tojeiras - 2.ª fase zona industrial - 91.257,25 m2
142001	2688	215.100,00€	Escola EB1 - Vale e Azevedo
142002	474	98.210,00€	Centro de Acolhimento Temporário
142002	726	14.580,00€	Antiga Pré Primária Limeiras
142002	1106	33.710,00€	Antiga EB1 Limeiras
142002	1107	21.200,00€	Antiga EB1 Laranjeira
142002	1111	85.930,00€	Antiga EB1 da Praia do Ribatejo
142002	1113	2.330,00€	Posto de Transformação de energia eléctrica
142002	1556	27.290,00 €	Prédio em regime de Prop. Horiz. Loja (FracçãoA)
142002	1556	27.290,00€	Predio em regime de Prop. Horiz. Loja (FracçãoB)
142002	2132	40.140,00€	Predio em regime de Prop. Horizontal (Fracção F)
142002	2187	84.760,00€	Antiga EB1 Madeiras
142003	162	2.330,00€	Posto de transformação de energia eléctrica
142003	167	47.580,00€	Edificio Junta de Freguesia
142003	272	23.920,00€	Edificio destinado a bar esplanada
142003	314	21.420,00€	Escola EB1
142004	129	63.420,00€	Prédio em prop. Total s/ andares nem div. Susc. De Utiliz. Independente - CIAAR
142004	197	48.640,00€	Prédio em prop. Utiliz. Independente - Frente loja cidadão
142004	241	6.710,00€	Edificio dos Serviços Municipais
142004	468	9.990,00€	Prédio em prop. Utiliz. Independente 1F - frente loja cidadão
142004	468	12.650,00€	Prédio em prop. Utiliz. Independente 1T - frente loja cidadão
142004	468	5.250,00€	Prédio em prop. Utiliz. Independente D - frente loja cidadão
142004	468	16.160,00€	Prédio em prop. Utiliz. Independente RCF - frente loja cidadão
142004	468	7.440,00 €	Prédio em prop. Utiliz. Independente RCT - frente loja cidadão
142004	542	·	Cabine de transformação de energia eléctrica
142004	547	3.030,00€	Terreno do estaleiro
142004	548	1.960,00€	Cabine de transformação de energia eléctrica c/ logradouro
142004	550	23.720,00€	Predio de r/c - lado antigo quartel

Bens avaliados e registados no Ano de 2013

Freguesia	Artigo	Valor Patrimonial	Designação
142004	553	54.580,00€	Antiga Pré Primária - junto à Igreja
142004	718	39.600,00€	Prédio em regime de Prop. Horiz. r/c para comércio - R. D. Maria II
142004	720	46.950,00€	Prédio em regime de Prop. Horiz. r/c para comércio - R. D. Maria II
142004	953	32.400,00€	Terreno junto capela Roque Amador 14400m2
142004	1060	29.740,00€	Terreno p/ construção (junto ao Restaurante Remo)
142004	1330	471.060,00€	Edificio dos Serviços Municipais
142004	1332	9.030,00€	Edificio dos Serviços Municipais
142004	1338	39.970,00€	Prédio em regime de Prop. Horiz. N
142004	1338	41.290,00€	Prédio em regime de Prop. Horiz. O
142004	1338	33.570,00€	Prédio em regime de Prop. Horiz. P
142004	1338	39.130,00€	Prédio em regime de Prop. Horiz. Q
142004	1338	37.290,00€	Prédio em regime de Prop. Horiz. R
142004	1338	47.680,00€	Prédio em regime de Prop. Horiz. S
142004	1338	30.860,00€	Prédio em regime de Prop. Horiz. T
142004	1338	42.320,00€	Prédio em regime de Prop. Horiz. U
142004	1356	222.240,00€	Jardim de Infância
142004	1367	98.130,00€	Paços de Concelho
142004	1368	223.710,00€	Centro Cultural
142005	188	11.290,00€	Terreno junto reservatórios
142005	357	42.950,00€	Reservatório elevado p/ água
142005	358	49.670,00€	Escola EB1 Moita
142005	359	7.500,00€	Cemitério
142005	360	453.850,00€	Oficinas Municipais
142005	733	38.680,00€	Fracção A - Zona Expansão
142005	734	31.950,00€	Fracção B - Zona Expansão
142005	734	38.710,00€	Fracção D - Zona Expansão
142005	734	38.710,00€	Fracção E - Zona Expansão
142005	749	13.490,00€	Casa r/c pré-fabricada destinada a habitação - Zona Expansão

Bens avaliados e registados no Ano de 2013

Freguesia	Artigo	Valor Patrimonial	Designação		
142005	750	13.450,00 €	Casa r/c pré-fabricada destinada a habitação - Zona Expansão		
142005	751	19.630,00€	sa r/c pré-fabricada destinada a habitação - Zona Expansão		
142005	768	24.320,00€	Casa r/c pré-fabricada destinada a habitação - Zona Expansão		
142005	769	24.590,00€	Casa r/c pré-fabricada destinada a habitação - Zona Expansão		
142005	771	24.410,00€	Casa r/c pré-fabricada destinada a habitação - Zona Expansão		
142005	774	24.460,00 €	Casa r/c pré-fabricada destinada a habitação - Zona Expansão		
142005	905	13.470,00 €	Lote Terreno p/ construção (junto cemitério)		
142005	994	9.480,00€	Terreno p/ construção - zona de expansão		
142005	1082	16.070,00€	Terreno p/ construção - zona de expansão		
142005	1487	19.320,00€	Lote de Terreno p/ construção - junto às piscinas		
142005	1488	14.790,00 €	Lote de Terreno p/ construção - junto às piscinas		
142005	1489	17.160,00 €	Lote de Terreno p/ construção - junto às piscinas		
142005	1490	17.700,00€	ote de Terreno p/ construção - junto às piscinas		
142005	1491	19.310,00€	Lote de Terreno p/ construção - junto às piscinas		
142005	1492	14.770,00€	ote de Terreno p/ construção - junto às piscinas		
142005	1493	17.150,00 €	ote de Terreno p/ construção - junto às piscinas		
142005	1494	14.790,00€	ote de Terreno p/ construção - junto às piscinas		
142005	1495	17.160,00 €	ote de Terreno p/ construção - junto às piscinas		
142005	1582	15.330,00 €	Lote de Terreno p/ construção - zona de expansão		
142005	1589	39.880,00€	ETAR's		
142005	1608	534.240,00 €	Terreno do Centro Escolar		
142005	1641	118.270,00€	Terreno p/ construção - zona de expansão		
142005	1642	124.240,00€	Terreno junto Centro Escolar		
142005	1645	19.500,00€	Lote Terreno p/ construção junto Centro Escolar		
142005	1647		ote Terreno p/ construção junto Centro Escolar		
142005	1648	19.500,00€	Lote Terreno p/ construção junto Centro Escolar		
142005	1649		Lote Terreno p/ construção junto Centro Escolar		
142005	1651	77.950,00 €	Lote Terreno p/ construção junto Centro Escolar		

Bens avaliados e registados no Ano de 2013

Freguesia	Artigo	Valor Patrimonial	Designação
142005	1652	70.570,00€	Lote Terreno p/ construção junto Centro Escolar
142005	1653	70.570,00€	Lote Terreno p/ construção junto Centro Escolar
142005	1654	70.570,00€	Lote Terreno p/ construção junto Centro Escolar
142005	1668	35.480,00€	Terreno p/ construção - zona de expansão

11.235.200,00€



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

- 1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação do Órgão Deliberativo do Município de Vila Nova da Barquinha o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas do **Município de Vila Nova da Barquinha**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.
- 2. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do Município, emitimos a respectiva Certificação Legal de Contas que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.
- 3. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos a atividade do Município, tendo recebido dos Serviços Administrativos todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- 4. Em face do exposto, não tendo tomado conhecimento de violação da lei somos de parecer que:
 - a) A Assembleia Municipal aprecie e vote favoravelmente o Relatório de Gestão, bem como o Balanço e Contas apresentados referentes ao exercício de 2013.
 - b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Órgão Executivo da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha.

Finalmente os Revisores Oficiais de Contas desejam agradecer ao órgão Executivo e aos Serviços do Município toda a colaboração prestada no exercício das suas funções

Vila Nova da Barquinha, 23 de Abril de 2014

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda

representada por

José de Jesus Conçalves Mendes



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1 - Examinámos as demonstrações financeiras do Município de Vila Nova da Barquinha, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, que evidencia um total de balanço de 38 875 milhares de euros e um total de fundos próprios positivos de 20 334 milhares de euros, incluindo um resultado líquido positivo de 497 milhares de euros, a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidencia um total de 8 348 milhares de euros de despesa paga e um total de 8 852 milhares de euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

- 2 É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

- 4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

2/2



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7 - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Vila Nova da Barquinha** em 31 de Dezembro de 2013 o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

RELATO SOBRE OUTROS REQUESITOS LEGAIS

 $8-\acute{\rm E}$ também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASE

9 - Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7, chamamos a atenção para o facto de o Município ter registado em 2013 um aumento do seu património em 8.933 milhares de euros, resultantes da avaliação e reconhecimento de imóveis que ainda não se encontravam inventariados e registados na contabilidade.

Vila Nova da Barquinha, 23 de Abril de 2014

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda

representada por

José de Jesus Gonçaives Mendes (ROC nº 833)

Porto m-13 de A.T. de 23 de Abril de 2013

Deliberada, par maicia, com atetençõe da Verector Sonder his Valente, sonneter ao a arga a Deliberativa municipal, para afestiro do disposo ma alinea a), do nº 2, da art. 25º da lei nº 75/2013, de 12 de Setenha.



Centrode Negócios

Vila Nova da Barquinha

2013

Rakinonio do Boas Pránicas de ———animientado Societá

CA F.

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2013

Índice

I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS	2
II. ESTRUTURA DE CAPITAL	2
III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS	3
IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	3
A. Mesa da Assembleia Geral	3
B. Administração e Supervisão	4
C. Fiscalização	6
D. Revisor Oficial de Contas (ROC)	6
V. ORGANIZAÇÃO INTERNA	7
A. Contrato de Sociedade, Estatutos, Contrato Programa, Regulamento de Venda, Regulamento de Co-Utilização e Comunicações	
B. Controlo interno e gestão de riscos	
C. Regulamentos e Códigos	
D. Sítio de web	9
VI. REMUNERAÇÕES	9
VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS	9
VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NO DOMÍNIO ECONÓMICO	10
IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	10



I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

O "CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A." é uma empresa municipal, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída nos termos da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro.

A sociedade constituída em 6 de Julho de 2007, tem por objeto o desenvolvimento e a gestão do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, e visa promover a competitividade das atividades económicas explorando vantagens logísticas e intensificando as vantagens da inovação e do conhecimento privilegiando condomínios empresariais de eficiência coletiva para a promoção e gestão de polos de aglomeração de atividades e serviços do Médio Tejo.

Os membros do Conselho de Administração do CDN, estão sujeitos ao Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de Janeiro.

II. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social do "CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A, encontra- se distribuído pelos	Município de V.N.Barquinha Serralharia A.Domingos, LDA Espaço Mecânico, SA Bio-Analítica, Lda Fernando Pereira Nunes, Lda	94,32% 2,12% 2,06% 0,6% 0,6%
acionistas da seguinte forma:	Batadec, Lda	0,3%

Conforme art^o 5º, no número 5, dos estatutos:

- Nos aumentos de capital, terão direito de preferência, os acionistas que o forem à data do aumento, na proporção das ações que já possuírem, salvo se a Assembleia Geral, deliberar diferentemente por maioria de setenta e cinco por cento do capital nela, representado.

2 ..

III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

Não existe participações sociais, quer de qualquer órgão social quer da empresa, que direta ou indiretamente provoquem conflitos de interesse, atuais ou potenciais, entre membros de órgãos sociais e a sociedade, designadamente de despesas por si realizadas.

Os membros dos órgãos de administração têm presente que não podem interferir e decidir em interesses próprios excluindo-se destes processos quando existam.

IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A. Mesa da Assembleia Geral

	•		Observações		
Mandato	Cargo	Nome	Mandato terminou a	26.12.2013	
2009-2013	Presidente	Mário Nuno Tempera Morgado Serras Passarinho	Sem Remuneração		
2009-2013	Secretária	Sara Alexandra Santos Aparício Mendes Courinha	Sem Remuneração		
2009-2013	Secretário	Vítor Gomes da Cruz	Sem Remuneração		

B. 4 l - 4 -	Cargo		Observações		
Mandato		Nome	Mandato iniciou a	27,12,2013	
2013-2017	Presidente	Paulo Lopes	Sem Remuneração		
2013-2017	Secretário	Óscar Baptista	Sem Remuneração		
2013-2017	Secretária	Rosa Garrett	Sem Remuneração		

3

3

B. Administração e Supervisão

1- O modelo de governo adotado pelo CDN é o modelo clássico composto pelo Conselho

		Designação	Nº de	
Cargo	Nome	legal da nomeação	mandatos exercidos na sociedade	Observações
Presidente	Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro	AG	2	Presidente: 2007-2013
Vogal	Rui Constantino Martins	AG	2	Vogal: 2007- 2013
Vogal	Ana Isabel Crispim Domingos	AG	2	Vogal: 2007- 2013
	Presidente Vogal Vogal	Presidente Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro Vogal Rui Constantino Martins Vogal Ana Isabel Crispim Domingos	Presidente Vítor Miguel AG Martins Arnaut Pombeiro Vogal Rui AG Constantino Martins Vogal Ana Isabel AG Crispim	Cargo Nome legal da nomeação exercidos na sociedade Presidente Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro Vogal Rui Constantino Martins Vogal Ana Isabel Crispim Domingos Designação mandatos exercidos na sociedade AG 2 2 4 2 2 4 2 2 4 2 2 4 4

2- O Conselho de Administração é atualmente composto por 3 membros (desde Dezembro de 2013), incluindo o Presidente do Conselho de Administração, designados por um período de 4 anos.

Términus do mandato: 26.12.2013

Início do mandato: 27.12.2013

Mandato			Designação	Nº de	
da Couse Versa	Cargo	Nome	legal da atual nomeação	mandatos exercidos na sociedade	Observações
2013-2017	Presidente	Fernando Santos Freire	AG	0	
2013-2017	Vogal	Rui Constantino Martins	AG	2	Vogal: 2007- 2013
2013-2017	Vogal	Manuel Lourenço da Silva	AG	0	A P

- 3- Não existe Conselho Geral e de Supervisão.
- 4- A síntese curricular de cada um dos membros dos órgãos sociais encontra-se em anexo a este relatório.
- 5- Os atuais membros do Conselho de Administração decorrentes da legislação em vigor, bem como dos Estatutos, foram eleitos em Assembleia Geral de 27 de Dezembro de 2013, depois de deliberação e proposta do Acionista Maioritário, Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, designadamente Fernando Santos Freire, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, como Presidente do Conselho de Administração; Rui Constantino Martins, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha e Manuel Lourenço da Silva, representante legal do Espaço Mecânico SA.
- 6- Ao Conselho de Administração cabe designadamente o desempenho das seguintes funções: praticar todos os atos e operações respeitantes ao objeto social; representar a sociedade; exercer as demais atribuições que lhe sejam cometidas pela lei ou pela assembleia geral. Diligenciar no sentido de cumprir com todas as obrigações legais, nomeadamente apresentação de documentos previsionais, documentos de prestação de contas, entre outras.

O Conselho de Administração reúne ordinariamente pelo menos uma vez por mês, só podendo deliberar desde que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros. A delegação de competências de gestão no Presidente do Conselho de Administração, não exclui a competência do Conselho de Administração para tomar resoluções sobre os mesmos assuntos. O Presidente do Conselho de Administração está obrigado a prestar ao Conselho de Administração todas as informações relativas aos negócios da sociedade, em ordem a permitir o acompanhamento da gestão da empresa e o esclarecimento de questões concretas das matérias delegadas.

O A S

2 - 3 el (10 fo - 3 - 3 - 3 - 3 - 3 - 3 - 3 - 3 - 3 -	Work (Exculde Goulets Contobes	มาสถิติเลา	identicis de
Presidente	Fernando Freire	Sim	Câmara Municipal V.N.Barquinha	Sim
 Vogal	Rui Constantino	Sim	Câmara Municipal V.N.Barquinha	Sim
Vogal	Manuel Lourenço da Silva	Sim	Espaço Mecânico SA	Sim

A Assembleia Geral assume-se como o Órgão Social competente para avaliar o desempenho do Conselho de Administração.

Não existem comissões no seio do órgão de administração e o Fiscal Único afigura-se como o órgão da sociedade competente para avaliar o desempenho dos administradores.

C. Fiscalização

A fiscalização é exercida pelo Fiscal Único, Revisor Oficial da Sociedade, com os poderes de vigilância, fiscalização e verificação legalmente previstos.

A síntese curricular encontra-se em anexo a este relatório

D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

ROC efetivo: Dr. José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833) em representação da Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados (SROC nº 116)

Suplente: Dr. João Manuel Rosa Lopes

Mandato	Cargo	Nome	Remuneração Anual		
		Nome	$C_{i,j}^{\alpha}(z, \mathcal{Q}_{i,j}, z^{\alpha}, z^{\alpha}) = \frac{t_{i+1}}{t_{i+1}}$	Political programme	
2013-2017	Fiscal Único	Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados	1.000	1.000	

A Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, inicia a prestação de serviços enquanto fiscal único, neste mandato.

V. ORGANIZAÇÃO INTERNA

A. Contrato de Sociedade, Estatutos, Contrato Programa, Regulamento de Venda, Regulamento de Co-Utilização e Comunicações

Contrato de Sociedade e Estatutos

Estes documentos definem a criação, constituição e Funcionamento do CDN, EM SA.

Os **Estatutos da Sociedade**, vieram a ser objeto de alteração na Assembleia Geral do CDN e também na Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha de Fevereiro de 2013.

• Contrato-programa

Define os princípios de relacionamento, competências, do CDN EM SA e do Município de Vila Nova da Barquinha

Regulamento de Venda

Define as regras para venda de lotes no Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha

Regulamento de Co-Utilização

Define as regras de funcionamento e Co-utilização das infra-estruturas do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha.

O Contrato de Sociedade, Estatutos, Contrato Programa, Regulamento de Venda e Regulamento de Co-Utilização, encontram-se em anexo a este relatório.

Comunicação de irregularidades

A dimensão reduzida do CDN, EM SA e a segregação de funções, quando possível, são mecanismos que previnem a fraude organizacional. Esta situação deverá ser revista aquando do crescimento da empresa.

a C

B. Controlo interno e gestão de riscos

Sendo a CDN EM SA uma entidade de reduzida dimensão, não é impeditivo de apresentar um sistema organizado. Desde a aplicação de uma política de segregação de funções, quando possível aplicar, a adoção de processos administrativos/funcionamento integrados permitem aferir um adequado controlo interno. A utilização de gestão documental e a adoção de um software de gestão integrado demonstram a preocupação sobre o controlo da atividade desenvolvida pela empresa. A informação contabilística e financeira atualizada, permite cumprir com facilidade todas as exigências legais, designadamente do SIIALL, INE e outras entidades, assim como ao Conselho de Administração dispor de um importante meio auxiliar de gestão, por forma a tomar as decisões ajustadas à manutenção do equilíbrio económico-financeiro decorrente da Lei, sem pôr em causa a missão da empresa.

C. Regulamentos e Códigos

O CDN EM SA obedece ao Estatuto do Gestor Público bem como aos estatutos da sociedade.

Em matéria de contratação de bens e prestação de serviços, o CDN aplica as seguintes medidas:

- A despesa, independentemente do valor, é sempre sustentada por informação fundamentada e com sujeição à apreciação do Conselho de Administração. A necessidade de contratar é, nesse contexto, cuidadosamente analisada, quer do ponto de vista económico, quer na análise efetuada sobre a ausência de soluções internas, bem como ainda da explicitação dos objetivos a alcançar.
- Estão implementados critérios internos para a utilização da figura do Ajuste Direto, com consultas ao mercado, de forma a evitar distorção aquando da formulação dos convites;
- As consultas prévias ao mercado são sempre elaboradas pelo Coordenador da empresa e as decisões finais são determinadas pelo Conselho de Administração;

) * / S

D. Sítio de web

O site institucional do CDN é www.centrodenegocios.com.pt.

Nele estão disponibilizados:

- a) Sede.
- b) Regulamentos de Venda e Co-Utilização;
- c) Ficha de candidatura e informação diversa sobre o Parque Empresarial.
- d) Documentos de prestação de contas anuais.

VI. REMUNERAÇÕES

Não existem remunerações do Conselho de Administração, nem da Assembleia Geral.

VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

1. O CDN, EM SA no que respeita aos ajustes diretos, a norma seguida na empresa passa pela atenção às condições de mercado, observando, com variações pontuais consoante os casos, comparações entre mais do que um fornecedor e prestadores de serviço. Tais procedimentos têm sido mínimos dada a reduzida estrutura implementada para o seu funcionamento.

Nos procedimentos de contratação de bens e serviços, e demais contratos tenta-se, sempre que possível, realizar comparação ao nível da qualidade, preço, tempo e experiência.

9 8 9

VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NO DOMÍNIO ECONÓMICO

Em complemento às exigências legais e definição de critérios para a manutenção das empresas municipais, tem sido política desde sempre a manutenção do equilíbrio económico-financeiro do CDN. O exemplo prático é o facto de determinados investimentos, como sejam a sinalética do parque empresarial ainda não ter sido efetuada, por forma a garantir o citado equilíbrio.

Os investimentos decorrerão sempre dessas condições.

A sustentabilidade da empresa decorre das vendas dos lotes de terreno do parque empresarial com os critérios definidos no contrato-programa, mas também e no futuro essa será a sua única fonte de receita, os encargos de condomínio pagos pelas empresas instaladas no parque empresarial, sendo a sua estrutura de custos, ajustada às receitas obtidas.

IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

O CDN, sem deixar de sublinhar a situação económica que o país atravessa com enormes repercussões no investimento e consequentemente no projeto de desenvolvimento empresarial do Concelho de Vila Nova da Barquinha, considera ter exercido com satisfação o cumprimento dos Princípios de Bom Governo.

Vila Nova da Barquinha, 28 de Março de 2014

Conselho de Administração

9



GESTÃO DE CONTAS 2013

ON A Sor



Relatório de Gestão e Contas

2013



CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A.

Praça da República

2260-411 Vila Nova da Barquinha

Telefone: 249 720 350

Fax: **249 720 368** Nº contr: **508 190 460**

E-mail:

cdn@cm-vnbarquinha.pt

Site

www.centrodenegocios.com.pt

Relatório de Gestão e Contas - 2013

Teratorio de degras e come



Índice

1.	Órgãos Sociais3
2.	Relatório de Gestão4
	2.1 Introdução4
	2.2 Aspetos Relevantes da Atividade da Sociedade4
	2.3 Atividade Desenvolvida5
3.	Situação Económico-Financeira6
	3.1 Rendimentos6
	3.2 Gastos6
4.	Resultado Líquido7
5.	Proposta de Aplicação de Resultados7
6.	Perspetiva de Evolução8
7.	Notas Finais e Agradecimentos10
8.	Contas do Exercício12
	8.1 Reconciliação Bancária12
	8.2 Balanço12
	8.3 Demonstração de Resultados
	8.4 Anexo às Demonstrações Financeiras12
	8.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa12
	8.6 Demonstração das Alterações de Capital Próprio12
9.	Relação das Participações no Capital de Sociedades e dos financiamentos concedidos a médio e longo prazo12
10	Relatório sobre a execução anual do Plano Plurianual de Investimentos
	12 q
11	.Certificação Legal de Contas12 💛



1. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente – Dr. Paulo Lopes (Bio-Analítica)

Secretário – Óscar Baptista (Batadec)

Secretária – Rosa Garrett (Município de Vila Nova da Barquinha)

Conselho de Administração

Presidente – Fernando Santos Freire (Município de V.N.Barquinha)

Vogal

- Rui Constantino Martins

(Município de V.N.Barquinha)

Vogal

 Manuel Lourenço da Silva (Espaço Mecânico)

Fiscal Único

Rosa Lopes & Gonçalves Mendes, SROC, LDA



2. Relatório de Gestão

2.1 Introdução

O "CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. - S.A."é uma empresa municipal, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída nos termos da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro.

A sociedade constituída em 6 de Julho de 2007, tem por objecto o desenvolvimento e a gestão do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, e visa promover a competitividade das actividades económicas explorando vantagens logísticas e intensificando as vantagens da inovação e do conhecimento privilegiando condomínios empresariais de eficiência colectiva para a promoção e gestão de pólos de aglomeração de actividades e serviços do Médio Tejo.

O Presente relatório de Gestão, expressa de uma forma concisa, a actividade desenvolvida durante o exercício de 2013 e a situação económico-financeira da Empresa.

2.2 Aspetos Relevantes da Atividade da Sociedade

Os Aspectos mais relevantes do Exercício de 2013, foram os seguintes:

- Recepção e acompanhamento das candidaturas.
- Promoção e exploração, nomeadamente na divulgação junto dos potenciais interessados (Investidores) e Associações Empresariais.
- Desenvolvimento numa perspetiva empresarial.
- Apoio ao Processo de Licenciamento, junto da Câmara Municipal.
- Acompanhamento da Instalação das Empresas no Centro de Negócios.



- Incentivo do investimento privado e a criação de postos de trabalho.
- Gestão de Condomínio.
- Controlo dos acessos (Segurança/Vigilância).
- Gestão dos espaços verdes.
- Recolha de resíduos sólidos (Coordenação com Município de V.N.Barquinha)
- Apoio à actividade das Empresas instaladas no Centro de Negócios.

2.3 Atividade Desenvolvida

- Divulgação do Centro de Negócios, junto de potenciais investidores.
- Recepção e acompanhamento de Candidaturas.
- Acompanhamento de processos de licenciamento.
- Acompanhamento dos Investimentos a decorrer, nomeadamente a Gonfersol, com a conclusão no final de 2013.
- Coordenação dos serviços de vigilância, por forma a garantir a segurança necessária a um espaço, localizado fora da malha urbana.
- Coordenação dos serviços de manutenção e gestão dos espaços verdes.
- Coordenação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos.
- Contactos estabelecidos com a AICEP, IAPMEI e Associações Empresariais, nomeadamente a Nersant, para captação de investimentos.



- Diligências junto dos Bancos, sensibilizando-os para o apoio ao investimento no Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha.
- Contactos com os administradores de Insolvência responsáveis por imóveis no Parque Empresarial, no sentido de "desbloquear" as diversas situações, dado o interesse manifestado por investidores na sua aquisição.

3. Situação Económico-Financeira

3.1 Rendimentos

O CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A., apresentou um volume de Rendimentos, no montante de 64.471,00 €

Tal resulta entre outros, dos Encargos de Gestão, previstos nos regulamentos.

Também de transferência efectuada pela Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, para garantir o equilíbrio económico-financeiro e resultante de contrato-programa existente.

3.2 Gastos

Os Gastos do Exercício foram de **79.691,05€**, resultando na sua maioria de despesas em Segurança, manutenção de espaços verdes, operacionalização dos serviços, e também o registo de imparidade, designadamente da Transportadora Turquelense, resultando de processo de insolvência, entre outros.

Rel<u>atório</u> de Gestão e Contas - 2043 `



4. Resultado Líquido

O Resultado líquido do exercício de 2013, foi negativo em 15.220,05 €.

Tal Resultado, explica-se pelo reconhecimento das imparidades da empresa Transportadora Turquelense, num montante de 40.070,98 €.

Apesar deste forte impacto nas contas, os resultados negativos, foram significativamente mais baixos, resultado de uma gestão rigorosa e como sempre foi afirmado, numa tendência de equilíbrio económico-financeiro.

O Imóvel atrás referido, actualmente é propriedade do Banco Espírito Santo, que desde que assumiu a sua propriedade tem efectuado com pontualidade os pagamentos de encargos de gestão.

O ano de 2013 foi efectivamente uma confirmação de tudo aquilo que havia sido referido no anterior Relatório de Gestão, na sua perspectiva de Evolução.

Um ano em que o desemprego aumentou, o crescimento económico não existiu, as dificuldades das empresas e das famílias aumentaram....

E o investimento praticamente inexistente!

Como sempre temos dito, o desenvolvimento do Parque Empresarial depende de todas as variáveis anteriormente referenciadas.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Dada a existência de resultados líquidos negativos de **15.220,05€**, propõe-se a sua transferência para resultados transitados.



6. Perspectiva de Evolução

Temos assumido como relevante, a libertação dos imóveis, objecto de insolvência, no parque empresarial, para o verdadeiro investimento económico, com a criação de postos de trabalho. Para tal, têm ocorrido diversas reuniões com investidores, Administradores de insolvência e Banca, no sentido de resolver tais situações.

Tem sido feito um trabalho junto da banca, no sentido de sensibilizar a mesma para o financiamento de novos projectos económicos para o nosso concelho. Temos estado a definir formas de tornar célere e eficiente esse apoio, criando redes de contacto directas, com os centros de decisão.

O objectivo é quando tais investimentos surgirem, de forma mais célere, os mesmos poderem ser concretizados.

Junto de potenciais investidores e Associações empresariais temos dado conta da nossa "estratégia"

Há neste momento, diversos projetos de investimento.

Contudo, a expectativa acerca do novo quadro comunitário e respectivos apoios, nomeadamente para as empresas, está a condicionar as decisões de concretização dos investimentos.

A Criação de um gabinete, com o apoio do CDN (aproveitando a sua experiência na área empresarial), permitirá desenvolver um trabalho a médio prazo, com o objectivo de criar uma imagem do Concelho de Vila Nova da Barquinha, território que é propício ao investimento.



Devemos ser eficazes e eficientes, quer através de um acompanhamento personalizado a qualquer que seja o investimento, quer na rapidez, com que tomamos as decisões. Essa é a preparação necessária, para os novos tempos.

A fixação de novas empresas, depende em muito do desenvolvimento económico do país e da apetência para o investimento e crescimento económico, bem como um investimento "sério" nas políticas de captação de investimento, por parte do Estado, incentivos fiscais e outras.

Importa ter presente a necessidade de manter equilibrada a componente económico-financeira do CDN, EM SA.

A Médio Prazo:

Criação de Condições para a instalação da sede da Sociedade Gestora.

Implementação do projecto de 2 lotes em regime de propriedade horizontal.

Elaboração de estudo prévio para a expansão do Parque Empresarial.

Considerando o quadro 14-20, importa, desde já, planear a implementação do projeto Agro-Industrial, na Freguesia da Praia do Ribatejo.

Naturalmente que tratando-se de actividade empresarial, resultante da prestação de serviços, existem os riscos inerentes à própria actividade, condicionados também pela conjuntura económica, todavia aquele que se apresenta como um dos maiores riscos está devidamente acautelado nos regulamentos do Centro de Negócios, com a possibilidade de em última instância, em caso de incumprimento sistemático no que diz respeito às suas obrigações (liquidação dos encargos de Gestão) e estamos a falar das empresas aí instaladas, poder ser exercido pela Câmara Municipal o direito de



reversão, existindo o compromisso de liquidação dos montantes em débito pela mesma, ao CDN.

Os fluxos financeiros estão disponíveis.

No que diz respeito, às questões ambientais, a preocupação é permanente e constitui um critério de selecção de empresas, pelo que o risco é diminuto.

Dado que não existem trabalhadores ao serviço do CDN, não constitui presentemente uma preocupação nessa área.

7. Notas Finais e Agradecimentos

- Não se verificou aquisição ou alienação de acções, permanecendo inalterada a estrutura accionista.
- Não se verificaram negócios entre a Sociedade e os seus administradores, nos termos do artº 397º (CSC)
- Não existem sucursais da sociedade.
- Quem visitar actualmente o Centro de Negócios, encontra um espaço de excelência para a actividade empresarial. A organização, segurança, manutenção de espaços verdes são características dominantes.
- Encontra também uma actividade económica e uma movimentação próprias de espaços com características empresariais.
- Estes s\u00e3o os objectivos que nos propus\u00e9mos atingir e que \u00e9 poss\u00edvel constatar no "Terreno".
- É essencial no projecto de crescimento do Concelho e naturalmente do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, um clima económico mais favorável, pelo que se deseja um efectivo crescimento.
- Expressamos o nosso agradecimento a todas as empresas,
 fornecedores e entidades, com quem nos relacionámos, durante o ano de 2013.



Vila Nova da Barquinha, 28 de Março de 2014

Conselho de Administração

Presidente - Fernando Santos Freire. (Município de V.N.Barquinha)

- Rui Constantino Martins.

(Município de V.N.Barquinha)

Rea

- Manuel Lourenço da Silva

(Espaço Mecânico)



8. Contas do Exercício

8.1 Reconciliação Bancária

Entidade Bancária - CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Saldo do Extracto Bancário - 17.451,52 €.

Saldo Contabilístico - 17.451,52 €

 Relação das Participações no Capital de Sociedades e dos financiamentos concedidos a médio e longo prazo

Não Existem

- 10. Relatório sobre a execução anual do Plano Plurianual de Investimentos
 - Realizada a manutenção de espaços verdes e arruamentos.
 - Coordenação de serviços de segurança e vigilância.
 - Sinalética Ainda não implementada. Decisão a tomar em função do número de empresas instaladas.
 - Equip. Administrativo Cedido provisoriamente pelo Município de V.N.Barquinha.

Constata-se assim a adequação do citado plano em função do ritmo de instalação das empresas, com o necessário rigor de gestão.

11. Certificação Legal de Contas

Entidade: CDN

Balancete Individual em: 31-Dez-13 Unidade Monetária € Datas Rúbricas Notas 31-12-2013 31-12-2012 ACTIVO Activo não corrente Activos fixos tangíveis 7 83.404,80 84.576,00 Propriedades de investimento 0.00 0,00 Goodwill 0,00 0,00 Activos intangíveis 0,00 0,00 Activos biológicos 0,00 0,00 Participações financeiras - método da equivalência patrimonial 0,00 0,00 Participações financeiras - outros métodos 0,00 0,00 Accionistas/sócios 0,00 0,00 Outros activos financeiros 0,00 0,00 Activos por impostos diferidos 0,00 0,00 83.404,80 84.576,00 Activo corrente Inventários 0,00 0,00 Activos biológicos 0,00 0,00 Clientes 27 13.216.68 47.040,07 Adiantamentos a fornecedores 0,00 0,00 Estado e outros entes públicos 27 15.226,75 16.070,26 Accionistas/sócios 0,00 0,00 Outras contas a receber 30 9.216,32 0,00 Diferimentos 0,00 0,00 Activos financeiros detidos para negociação 0,00 0,00 Outros activos financeiros 0,00 0,00 Activos não correntes detidos para venda 0,00 0,00 Caixa e depósitos bancários 3 27 17.461,05 9.891,54 55,120,80 73.001,87 138.525,60 157.577,87 CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO Capital Próprio Capital realizado 27 150.000,00 150.000,00 Acções (quotas) próprias 0,00 0,00 Outros instrumentos de capital próprio 0,00 0,00 Prémios de emissão 0,00 0,00 Reservas legais 27 1.625,46 1.812,31 Outras reservas 0,00 0,00 Resultados transitados 27 -35.606,15 -33.924,55 Ajustamentos em activos financeiros 0,00 0,00 Excedentes de revalorização 0,00 0,00 Outras variações no capital próprio 0,00 0,00 117.887,76 116.019,31 Resultado líquido do período -15.220,05 1.868,45 0,00 0,00 Interesses minoritários 102.667,71 117.887,76 Total do capital próprio **Passivo** Passivo não corrente 0,00 0,00 Provisões 0,00 0,00 Financiamentos obtidos 0,00 0,00 Responsabilidades por benefícios pós-emprego 0,00 0,00 Passivos por impostos diferidos 0,00 Outras contas a pagar 0,00 0,00 0,00 Passivo corrente Fornecedores 27 21.373,26 30.255,48 590,88 27 590,88 Adiantamentos de clientes 6.593,75 27 143,75 Estado e outros entes públicos Accionistas/sócios 0,00 0,00 0,00 0,00 Financiamentos obtidos 2.250,00 Outras contas a pagar 27 30 13.750,00 Diferimentos 0,00 0,00 0,00 0,00 Passivos financeiros detidos para negociação 0,00 0,00 Outros passivos financeiros 0,00 0,00 Passivos não correntes detidos para venda 39.690,11 35.857,89 35.857,89 39.690,11 Total do Passivo Total do capital próprio e do passivo **1**38.525,60 157.577,87

Vila Nova da Barquinha, 28 de Março de 2014

O Conselho de Administracção

1. Cyt

O Técnico de Contas

R.

Modelo Oficial

Entidade: CDN

Demonstração individual dos resultados por natureza

	KI_1	Period	Unidade Monetária : Períodos	
Rendimentos e Gastos	Notas -	31-12-2013	31-12-2012	
/endas e serviços prestados				
Subsídios à exploração	20	34.471,00	34.047,0	
	20	30.000,00	30.000,0	
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,0	
/ariação nos inventários da produção		0,00	0,0	
rabalhos para a própria entidade		0,00	0,0	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,0	
ornecimentos e serviços externos	30	-38.058,43	-36.896,2	
Sastos com o pessoal		0,00	0,0	
mparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,0	
mparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1	0,00		
Provisões (aumentos/reduções)			-23.817,4	
mparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,0	
numentos/reduções de justo valor	1	0,00	0,0	
Outros rendimentos e ganhos		0,00	0,0	
		0,00	0,2	
Outros gastos e perdas	27 / 30	-40.461,42	-270,2	
		0,00	0,0	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-14.048,85	3.063,3	
and a decrease of an all all all all all all all all all				
Sastos/reversões de depreciações e de amortização	7	-1.171,20	-1.171,2	
mparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,0	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	.	-15.220,05	1.892,1	
uros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,0	
uros e gastos similares suportados		0,00	0,0	
Resultados antes de impostos	}_	-15,220,05	1.892,1	
Trouting a little at littl		10,220,00	1.002, 1	
mposto sobre o rendimentos do período		0,00	-23,6	
Resultado líquido do período		-15.220,05	1.868,4	
				
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluido no resultado		0,00	0,0	
quido do período			5,0	
lesultado líquido do período atribuível a:				
Petentores do capital da empresa-mãe		0,00	0,0	
nteresses minoritários		0,00	0,0	
······································	\ <u>\</u>	0,00	0,0	
	 -			
	f f	ſ		

a) Este último quadro só é preenchido caso se tratem de contas consolidadas

Vila Nova da Barquinha, 28 de Março de 2014

O Conselho de Administracção

O Técnico de Contas

Nuno Comein

A. Sal





ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Z. Z

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDICE

dentificação da Entidade 3			
	1.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	3
	2.	Principais políticas contabilísticas	3/4/5/6
	3.	Fluxos de Caixa	6
	4.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	7
	5.	Partes relacionadas	7/8
	6.	Ativos intangíveis	8
	7.	Ativos fixos tangíveis	8/9
	8.	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	11
	9.	Locações	11
	10	. Custos de empréstimos obtidos	11
	11	. Propriedades de Investimento	11
	12	. Imparidade de ativos	11/12
	13	. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas	12
	14	. Concentrações de atividades empresariais	12
	15	. Investimentos em Subsidiárias e Consolidação	12
	16	. Exploração e avaliação de recursos minerais	12
	17	. Agricultura	,12





18. Inventários	13
19. Contratos de construção	13
20. Rédito	13
21. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	13
22. Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
23. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	14
24. Acontecimentos após a data do balanço	14
25. Impostos sobre o rendimento	14/15/16
26. Matérias ambientais	17
27. Instrumentos financeiros	17/18/19
28. Benefícios dos empregados	20
29. Divulgações exigidas por diplomas legais	20
30. Outras informações	20/21

A 2 De la companya della companya della companya de la companya della companya de



5

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O "CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A." é uma empresa municipal, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída nos termos da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, em 6 de Julho de 2007.

A empresa tem a sua sede na Praça da República, 2260-411 Vila Nova da Barquinha.

O "CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A.", tem por objeto o desenvolvimento e a gestão do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, e visa promover a competitividade das atividades económicas explorando vantagens logísticas e intensificando as vantagens da inovação e do conhecimento privilegiando condomínios empresariais de eficiência coletiva para a promoção e gestão de pólos de aglomeração de atividades e serviços do Médio Tejo.

1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 1.1. As demonstrações financeiras do CDN, EM S.A. são preparadas em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização contabilística (SNC) aprovado pelo DL. 158/2009. Ou seja, estas estão de acordo com as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas.
- 1.2 Não existiram indicações e justificações das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.
- 1.3 Não se referem indicações e comentários das contas do balanço e da demonstração dos resultados uma vez que os conteúdos são comparáveis com os do exercício anterior.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras são preparadas no pressuposto de continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos de "CDN, EM SA", para que estas estejam de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

1 3 A





De acordo com a NCRF 4 as políticas contabilísticas "são os princípios, bases, convenções, regras e práticas especificas aplicadas pela entidade na preparação e apresentação de demonstrações financeiras".

As divulgações exigidas nesta norma têm o mérito de elucidar o utente sobre as bases de mensuração adotadas facilitando as análises comparativas com as demonstrações financeiras de períodos anteriores.

- 2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:
- Ativo Fixo Tangível:

Todos os ativos fixos tangíveis estão mensurados ao custo histórico. As suas depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes) tendo em conta a sua vida útil. A sua vida útil é determinada tendo em vista a utilização provável do bem pela empresa e o seu desgaste natural esperado da sujeição de uma previsível obsolescência técnica.

A vida útil estimada pelos bens encontra-se entre as taxas máximas e mínimas previstas no Decreto regulamentar n.º 25/2009.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimados (anos):

Edifícios e outras construções	20 – 50	
Equipamento básico	3 – 20	
Equipamento de transporte	4 – 8	
Equipamento administrativo	3 – 16	
Outros ativos fixos	2 -16	

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos da alienação e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados



<u> 1</u>

- Contas a receber de clientes e outros devedores:

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidencia objectiva de que a empresa não receberá a totalidade dos montantes em divida conforme as condições originais das contas a receber.

O valor da perda por imparidade é reconhecido na demonstração de resultados.

- Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o Rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa e considera a tributação diferida.

O imposto diferido é calculado, com base no método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos na medida em que seja provável que serão gerados lucros futuros para a utilização da diferença temporária. Os ativos por impostos diferidos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Para a determinação dos impostos diferidos são utilizadas as taxas fiscais decretadas ou substancialmente decretadas na data de balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização dos ativos por impostos diferidos ou da liquidação dos passivos por impostos diferidos.

- Caixa e equivalentes de Caixa.

A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" incluem numerário, depósitos à ordem e depósitos a prazo, com prazos de vencimento curto e que são mobilizáveis rapidamente sem risco significativo de alteração de valor.

- Reconhecimento do rédito / Contrato-Programa Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha

O rédito corresponde ao justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após a eliminação das vendas internas, sendo reconhecido da seguinte forma:

 O rédito das vendas é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador



<u>_</u>

• O rédito das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento dos serviços prestados.

O rédito das vendas e prestações de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da venda ou prestação de serviço ou quanto à cobrança dos mesmos.

Mediante contrato programa estabelecido com a Câmara Municipal da Vila Nova da Barquinha, são registados rendimentos no CDN a fim de equilibrar as contas do CDN.

- Passivo corrente:

O passivo está registado ao custo amortizado.

- 2.2. Não foram aplicadas outras políticas contabilísticas relevantes.
- 2.3. Foram adotados os princípios contabilísticos implícitos nas NCRF, estando refletido nas demonstrações financeiras.
- 2.4. Não existem pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).
- 2.5. Para as estimativas efetuadas a probabilidade de concretização é elevada, dado que resulta de contratos de prestações de serviços definidos, sem risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte:

3. FLUXOS DE CAIXA

3.1. Os fluxos de caixa estão disponíveis.

A 31 de Dezembro de 2013, o valor da caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2013	2012
Numerário	9,53 €	37,51€
Dep. à ordem-CGD	17.451,52 €	9.854,03 €
Total	17.461,05€	9.891,54€







4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício de 2013 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

- 4.1. Não existem disposições de uma NCRF com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros.
- 4.2. Não existem alterações voluntárias em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros.
- 4.3. Não existem alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos:
- 4.4. Não existem erros materiais de períodos anteriores.

5. Partes relacionadas

- 5.1. Relacionamentos com empresas-mãe
- (a) nome da empresa-mãe imediata: Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha
- 5.2. Não existem remunerações do pessoal chave da gestão, dado que por um lado os membros do Conselho de Administração não são remunerados e por outro o quadro de pessoal não está preenchido, dado a existência de contratos de prestação de serviços nas diversas áreas:
- (a) Total de remunerações: Não aplicável.
- (b) Total de benefícios de curto prazo dos empregados: Não aplicável.
- (c) Total de benefícios pós-emprego: Não aplicável.
- (d) Total de outros benefícios de longo prazo: Não aplicável.
- (e) Total de benefícios por cessação de emprego: Não aplicável.
- (f) Total de pagamentos com base em ações: Não aplicável.







- 5.3. Transações entre partes relacionadas.(Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha)
- (a) natureza do relacionamento com as partes relacionadas: Existência de Contrato-Programa com a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, definindo o critério do valor das transferências financeiras, para equilíbrio de contas do CDN, sempre que necessário.
- (b) transações e saldos pendentes:
- (i) quantia das transações: 30.000.00 €
- (ii) quantia dos saldos pendentes: 0 (encontra-se tudo pago e por isso não existem saldos pendentes a 31-12-2013)
- (iii) ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantía dos saldos pendentes: Não aplicável.
- (iv) gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas: Não aplicável.

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Não existem intangíveis no balanço do CDN.

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- 7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.
- (a) critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Como referido na nota 2, as quantias escrituradas foram mensuradas ao custo histórico deduzidas das imparidades. Os métodos de depreciação foram de quotas constantes em linha reta.

Terreno

Está registado pelo custo histórico.

Mensuração de outros ativos fixos tangíveis



Os restantes ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo histórico, ou seja, ao seu custo de aquisição.

(b) métodos de depreciação usados:

Terreno: Este ativo fixo tangível não é sujeito a depreciações de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, pois não é possível determinar a sua vida útil, considerando-a ilimitada.

Outros ativos: As suas depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes) tendo em conta a sua vida útil.

A sua vida útil é determinada tendo em vista a utilização provável do bem pela empresa e o seu desgaste natural esperado da sujeição de uma previsível obsolescência técnica.

A vida útil estimada pelos bens encontra-se entre as taxas máximas e mínimas previstas no Decreto regulamentar n.º 25/2009.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimados (anos):

(c) vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Instalações não especificadas (Portões) - 10

Instalações não especificadas (Mastros) - 10

Programa de Computadores - 3

Programa de Computadores - 1

- (d) quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período.
- (e) reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 o movimento ocorrido nos ativos tangíveis foram os seguintes:





	Terrenos e Prog.Computador	Recursos Naturais Prog.Computador	Inst.Não Espec. – Portões	Inst.Não EspecMastros
Activo Bruto				
Saldo a 1 de Janeiro 2.195,00 d		78.720,00€	8.664,00 €	3.048,00 €
Investimento Variação do justo va Desinvestimento	or			
Saldo a 31 de Dezem 2.195,00		78.720,00 €	8.664,00 €	3.048,00 €
Depreciações e perd	las por imparidade			
Saldo a 1 de Janeiro 2.195,00			4.332,00 €	1.524,00 €
Depreciações do peri Desinvestimento	odo		866,40 €	304,80 €
Saldo a 31 de Dezem 2.195,00 e			5.198,40 €	1.828,80€
Valor Liquido 0 €	0 €	78.720,00 €	3.465,60 €	1.219,20 €

Os critérios de mensuração e os métodos de depreciação encontram-se no ponto 2 referente às políticas contabilísticas.

Não existem restrições de titularidade a ativos fixos tangíveis.

Não existem investimentos referentes ao Ativo Fixo Tangível em curso a 31 de Dezembro de 2013.

- 7.2. Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos. Não Aplicável.
- 7.3. Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de cada um dos seguintes itens do ativo fixo tangível no decurso da sua construção: Não aplicável.
- 7.4. Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis. Não Aplicável.
- 7.5. Quantia incluída nos resultados, relativa a compensação de terceiros por itens do ativo fixo tangível com imparidade, perdidos ou cedidos. Não Aplicável.
- 7.6. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período. Não Aplicável.
- 7.7. Depreciação acumulada no final do período. Ver mapa anterior.



7.8. Para os itens do ativo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas:

Não Aplicável.

8. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS:

NÃO APLICÁVEL.

9. LOCAÇÕES:

NÃO APLICÁVEL.

10. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS:

Não Aplicável

11. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO:

Não Aplicável

12. IMPARIDADE DE ACTIVOS:

- 12.1. Para cada classe de ativos:
- (a) quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão incluídas);

Não Aplicável.

(b) quantia de reversões de perdas por imparidade reconhecida nos resultados durante o período

(com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão revertidas);

Não Aplicável.

W

(c) quantia de perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidas diretamente no capital próprio durante o período;

Não Aplicável.

(d) quantia de reversões de perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidas diretamente no capital próprio durante o período.

Não Aplicável.

12.2. Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um ativo individual (incluindo trespasse (goodwill)), ou para uma unidade geradora de caixa:

Não Aplicável.

13. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS:

Não Aplicável.

14. CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS:

Não Aplicável

15. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO:

Não Aplicável

16. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS:

Não Aplicável.

17. AGRICULTURA:

Não Aplicável.



		,	
10	INVE	NTA DI	^c .
TO.	HAACI	V I MNI	US.

Não Aplicável.

19. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO:

Não Aplicável.

20. RÉDITO:

20.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços:

As Enumeradas na nota 2.

- 20.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:
- (a) venda de bens;
- (b) prestação de serviços;
- (c) juros;
- (d) royalties; (e) dividendos.

Os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito independentemente da sua data de pagamento ou recebimento.

Vendas	0,00€
Prestação de Serviços	34.471,00€
Subsídios à Exploração	30.000,00€
Outros Rendimentos e Ganhos	0,00.€
	64.471,00€

21. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES:

Não conhecidas situações que possam cair neste âmbito.



22. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO:

Não Aplicável

23. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO:

Não Aplicável, uma vez que não se trabalha com moeda estrangeira sendo todos os clientes e fornecedores nacionais.

24. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO:

Não são conhecidos na data de elaboração deste relatório quaisquer acontecimentos após 31-12 que sejam significativos para as contas de 2013.

24.1. Autorização para emissão:

(a) data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão no dia 28 de Março de 2014 pelo seu Conselho de Administração.

(b) indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Só a Assembleia Geral tem poderes para alterar as demonstrações financeiras após essa data.

25. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO:

Dada a existência de prejuízos fiscais, e sendo o resultado líquido negativo não dará lugar à liquidação de IRC.

- 25.1. Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:
- (a) gasto (rendimento) por impostos correntes: 118,26 € no ano de 2013.
- (b) ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

nteriores;

hu,

Não foram reconhecidos ajustamentos de impostos correntes dos anos anteriores.

(c) quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;

Não foram reconhecidos impostos diferidos.

(d) quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com alterações nas taxas de tributação ou com o lançamento de novos impostos;

Não foram reconhecidos impostos diferidos.

- (e) quantia de benefícios provenientes de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferença temporária de um período anterior usada para reduzir gasto de impostos correntes: 0 (Zero)
- (f) quantia dos benefícios de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior usada para reduzir gastos de impostos diferidos;

Não aplicável. Não existem registos de impostos diferidos.

(g) gasto por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição anterior, de um ativo por impostos diferidos;

Não aplicável. Não existem registos de impostos diferidos.

(h) quantia do gasto (rendimento) de imposto relativa às alterações nas políticas contabilísticas e nos erros que estão incluídas nos resultados porque não podem ser contabilizadas retrospetivamente.

Não aplicável.

25.2. Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio.

Não aplicável.



25.3. Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro:

RLE		- 15.220,05 €
Irc nominal_	25%	0
Prejuízos fiscais		0
Irc efectivo	0%	0

25.4. Explicação de alterações na taxa(s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

Não aplicável.

25.5. Quantia (e a data de extinção, se houver) de diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas, e créditos por impostos não usados relativamente aos quais nenhum activo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço.

Prejuízos fiscais a reportar:

Saldo a recuperar	
desde 2009	33.360,00€
201	15.220,05€
Tota	48.580,05€

Este ativo por impostos diferidos não foi reconhecido, por existir ainda incerteza na sua recuperabilidade.

25.6. Quantia agregada de diferenças temporárias associadas com investimentos em subsidiárias, sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos, relativamente aos quais não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

Não aplicável.





26. MATÉRIAS AMBIENTAIS:

Não Aplicável.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Políticas contabilísticas

As referidas na nota 2.

A 31 de Dezembro de 2013, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

Activo

Clientes 13.216,68 €

Estado 15.226,75 €

Caixa e depósitos bancários 17.461,05 €

Outras contas a receber 9.216,32 €

55.120.80€

Capital Próprio

Capital Realizado 150.000,00 €

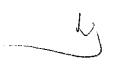
Reservas Legais 1.812,31 €

Passivo

Corrente

A TO SIT





Fornecedores

21.373,26€

Adiantamento de Clientes

590,88€

Estado e Outros Entes Públicos

143,75€

Outras contas a pagar

<u>13.75</u>0,00 €

35.857,89€

Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

Capital Social de 150.000,00 €, totalmente realizado.

Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal:

O Capital Social integralmente subscrito está dividido em 30.000 ações nominativas, com o valor nominal de 5 € cada, dividido da seguinte forma e sem alterações face ao ano transato:

- Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha 28.296 Ações
- Serralharia A.Domingos, Lda 636 Ações.
- Espaço Mecânico, SA 618 Ações.
- Bio-Analítica, Lda 180 Ações.
- Fernando Pereira Nunes, Lda 180 Ações.
- Batadec, Lda 90 Ações.

CONTA DE RESERVAS

O Saldo Credor de 1.812,31 € refere-se às reservas legais definidas na lei, em conformidade com o resultado obtido no exercício de 2007 no montante de 1.247,53 €, exercício de 2010 no





montante de 10.962,19 €, exercício de 2011 no montante de 4.044,89€ e exercício de 2012 no montante de 1.868,45 €

RESULTADOS TRANSITADOS

O saldo devedor de 33.924,55 € resulta das deliberações do Conselho de administração, nos diversos anos económicos e que a seguir se discrimina:

Ano de 2007: 1.122,78 €

Ano de 2008: - 16.381,13 €

Ano de 2009: -33.854,17 €

Ano de 2010: 9.865,97 €

Ano de 2011: 3.640,40 €

Ano de 2012: 1.681,60 €

Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão.

Não aplicável.

Riscos relativos a instrumentos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos dívida incobrável: termos significativos e condições que afetam a quantia, o momento e segurança de fluxos de caixa futuros, incluindo risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio e risco de crédito.

O saldo de clientes cifra-se nos 13.216,68 €, tendo-se neste exercício reconhecido a seguinte dívida incobrável:

- Transportadora Turquelense: 40.070,98 €.

Tal resultou do processo de insolvência..

- Quanto às restantes empresas, de uma forma geral, estão a proceder aos pagamentos dos seus compromissos.

- Para os saldos mais antigos, estão a ser feitas diligências no sentido de cobrar os valores em dívida.





- O regulamento de co-utilização determina em caso de incumprimento sistemático o direito de reversão a exercer pela Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, existindo o compromisso desta, caso seja exercido, a liquidar os montantes em débito ao CDN, pelo que não existe risco na sua cobrança.
- Existe o compromisso por parte da generalidade das empresas, em cumprir com o estipulado nos regulamentos.
- De resto, o montante recebido em 2013, aumentou face ao ano de 2012, continuando neste ano a verificarem-se pagamentos.

28. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS:

Não Aplicável.

29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS:

A remuneração do pessoal chave como referido na nota 5 é zero.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é de 1.000 euros anuais acrescidos de Iva à taxa legal em vigor. O Valor respetivo será pago.

Assim, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, debitará um total de honorários de 1.230,00 €, incluindo IVA, relativo à revisão e certificação legal de contas. Não foram debitados outros valores pela citada sociedade e referentes a outro tipo de serviços.

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

No que diz respeito a outras contas a receber, refere-se ao IVA da Transportadora Turquelense, a receber, resultante da dívida incobrável reconhecida e em conformidade com a Lei:

IVA Transportadora Turquelense

9.216,32€

No que diz respeito a outras contas a pagar, referem-se a contratos de prestação de serviços estabelecidos, nomeadamente:



Manutenção de Espaços Verdes

1.250,00€

Coordenação do CDN e Contabilidade

12.500,00€

Total Parcial Fornecimentos e Serviços externos 2013, outras contas a pagar

13.750 €

A rúbrica de Fornecimentos e serviços externos, é constituída por:

Serviços Especializados (Assistência Informática

e Revisão Legal de Contas) 2.753,27 €

Vigilância e Segurança 4.776,00 €

Honorários 15.000,00 €

Manutenção de Espaços Verdes 15.404,00 €

Outros 22,75 €

Energia e fluídos 102,41 €

Total Rúbrica Fornecimentos eServiços Externos.

38.058.43 €

A conta 68, outros gastos e perdas, é constituída por:

IMI 192,18 €

Outros impostos Diretos 80,00 €

Dívidas incobráveis de clientes 40.070,98 €

Insuficiência de Estimativas para Impostos 118,26 €

Total. 40.461.42 €

Destacamos que foi considerada dívida incobrável, o saldo da Transportadora Turquelense

A Administração

O Toc

Jean Sun V





CDN - Gestão e Promoção Parque Empresarial VNB, EM SA

Demonstração de Fluxos de Caixa

Pagamentos relacionados com rúbricas

Fluxos actividades operacionais (1)

extraordinárias

NIF 508 190 460 (Valores em euros)

0

7.569,51

- -		(Valores em euros)						
	Exercícios							
	2012	2013						
<u>Actividades Operacionais</u>								
Recebimentos de Clientes	23.503,97	26.935,39						
Recebimentos de Outras Entidades - CMB	30.000,00	30.000,00						
Recebimentos de Outras Entidades-Conservatória	0	0						
Pagamentos a fornecedores	-53.656,06	-39.199,08						
Pagamentos ao Pessoal	0	0						
Fluxo gerado pelas operações	- 152,09	17.736,31						
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento	-1000,00	-1.094,62						
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional	-2.976,52	-9.072,18						
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	-4.128,61	7.569,51						
Recebimentos relacionados com rúbricas extraordinárias	0	0						

0

-4.128,61

A. Solar





Actividades de Investimento

Recebimentos provenientes de:				
Investimentos Financeiros	0		0	
Imobilizações Corpóreas	0		0	
Imobilizações Incorpóreas	0		0	
Subsídios de Investimento	0		0	1
Juros e Proveitos Similares	0		0	
Dividendos	0		0	
***************************************	0		0	ļ
	0		0	
Sub-total	0		0	
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos Financeiros	0		0	ľ
Imobilizações Corpóreas	0		0	\
Imobilizações Incorpóreas	0		0	
*******	0		0	
	0		0	1
Sub-total Sub-total				
Fluxos das actividades de investimento (2)		0		0

Of A





CDN – Gestão e Promoção Parque Empresarial VNB, EM SA	
Demonstração de Fluxos de Caixa	NIF 508 190 460
	(Valores em euros)

Actividades de financiamento

0	0	
0	0	
0	0	
0	σ	
0	0	
0	0	
0	0	
0	0	
0	0	
0	0	
0	0	
0	0	
0	0	
0	0	
0	. 0	
0	0	
0	0	
	0	0
	0 0 0 0 0 0 0 0	0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0

Variação de caixa e seus equivalentes (4) =	-4.128,61	7.569,51
(1)+(2)+(3)		
Efeitos das diferenças de Câmbio	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do	14.020,15	9.891,54
período		
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.891,54	17.461,05

O Man



CDN - Gestão e Promoção Parque Empresariai VNB EM SA NIF 508190450

MORADA Vila Nova da Barquinha

Demonstração das Alterações de Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2013

Exercício: Moeda: 2013 EUR Contribuinte: Unidade: Euros 508 190 460

Demonstração das Alterações de Capital Proprio em 37 de Dezembio de	20.0	777 T NO. 1	7° 1		apital Proprio	atribuido a	os detentore:	s do capital da	empresa-ma	ie	7.74.02.00		100		Total do
DESCRIÇÃO	lotaș	Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumento s de capital	Premios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamento s em activos financeiros	Excedentes	Outras vanações de capital	Resultado Liquido do Período	Total	Interesses minoritarios	Capital Proprio
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2012 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adopção de novo referencial contabilistico Alterações de políticas contabilisticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e interes en conversão de activos fixos tangíveis e interes en conversão de activos fixos tangíveis e interes de revalor. de activos fixos tang, e intang, e respectivas varia Ajustamentos por impostos diferidos	anglvo ações	150.000,00				1.220,97		-39.246,55				4.044,89	116.019,31		116.019,31
Outras alterações reconhecidas no capítal próprio Aplicação do resultado de 2011						404,49		3.640,40				-4.044,89	0,00		0,00
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO							!					1.868,45	1.868,45		1,868,45
RESULTADO INTEGRAL OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO Realizações de capital Realizações de prémios de emissão Distribuições Entradas para cobertura de perdas Outras operações															
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		150.000,00	0,00	0,00	0,00	1.625,46	0,00	-35.606,15		0,00	0,00	1.868,45	117.887,76	0,00	117.887,76
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2013	ĺ	150.000,00	0,00	0,00	0,00	1.625,46	0,00	-35.606,15	0,00	0,00	0,00	1.868,45	117.887,76	0,00	117.887,76
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adopção de novo referencial contabilistico Alterações de políticas contabilisticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e inte Excedentes de revalor, de activos fixos tang, e intang, e respectivas varia Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas no capítal próprio Aplicação do resultado de 2012	angive sções	eis				186,85		1.681,60				-1.868,45	0,00		0,00
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO			•									-15.220,05	-15.220,05		-15.220,05
RESULTADO INTEGRAL															
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO Realizações de capital Realizações de prémios de emissão Distribuições Entradas para cobertura de perdas Outras operações															
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	ŀ	150,000,00	0,00	0.00	0.00	1.812.31	0,00	-33.924,55	0,00	00,0	0,00	-15.220,05	102.667,71	0,00	102.667,71





the A

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1 - Examinámos as demonstrações financeiras anexas da empresa CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, que evidencia um total de balanço de 138 525,60 € e um total de capital próprio positivo de 102 667,71 €, incluindo um resultado líquido negativo de 15 220,05 €, as Demonstração dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

- 2 É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avallação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilisticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias,
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº. 116 - 141PC 503 109 797

Rua D. João de Castro 71 C - 4º Dt.º - Apertado 148

2334 909 ENTRONCAMENTO

Tel +351 249 720 080 Fax +351 248 720 089

Email: <u>geral@rlgm.pt</u> - www.rlgm-sroc.com

Rus |



Rosa Lopes, Rongalves Mendos & Associados SKDC, Lda.

- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7 - Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUESITOS LEGAIS

8 – É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Vila Nova da Barquinha, 28 de Março de 2014

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado, S.R.O.C., Lda

representada por

José de Jesus Gonçalves Mendes

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº. 118 - 111PC 503 109 797

Rua D. João de Castro 71 6 - 4º Ot.º - Apartado 148

2334 909 ENTRONCAMENTO

Tel +351 249 720 080 Fax +351 249 720 089

Email: geral@rlgm.pt - www.rlgm-sroc.com

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

- 1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação dos Exmo. Sr. Accionista o nosso relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas de CDN Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.
- 2. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas da empresa, emitimos o relatório da nossa actividade anual, bem como a respectiva Certificação Legal de Contas que para todos os efeitos, aqui se dão como integralmente reproduzidas.
- 3. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos a actividade da empresa, tendo recebido da Administração e Serviços Administrativos da empresa todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções não tendo tomado conhecimento de violação da lei e dos estatutos,

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Tendo procedido aos exames descritos no seu relatório anual, o Fiscal Único de CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, S.A. deliberou emitir o seguinte parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, bem como o Balanço e Contas apresentados referentes ao exercício de 2013.
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
- c) Que se proceda à apreciação da administração e fiscalização da sociedade nos termos do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

Finalmente o Fiscal Único deseja agradecer à Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Vila Nova d Barquinha, 28 de Março de 2014

O FISCAL ÚNICO

José de Jesus Gonçaíves Mendes

em representação de

Desa Lavas Canachus Mondes 9 Associado C.E.

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado, S.R.O.C.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contos nº. 116 - 1UPC 503 109 797

Rua D. Jeão de Cestro 71 C – 4º Ot.º - Apertado 148

2334 909 ENTRONCAMENTO

Tel +351 249 720 D80 Fex +351 249 720 089

Email: <u>geral@rlgm.pt</u> - www.rlgm-sroc.com



ORÇAMENTO 2014

A. A.

Relatório

Devido à conjuntura internacional o ano de 2013 foi um ano difícil para a economia e investimento.

A Transportadora Turquelense, empresa sediada no Centro de Negócios, como muitas outras a nível nacional entrou em insolvência.

De facto, tarda em aparecer o desejado crescimento económico, com mais investimento e criação de riqueza.

As expectativas apontam no sentido de 2014, iniciar esse processo de crescimento económico.

O investimento no Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha, depende em muito do que acontecer em Portugal e na Europa.

Pese embora todo este cenário desfavorável, em termos internacionais registamos a entrada em laboração da "primeira" unidade industrial, do Concelho de Vila Nova da Barquinha, na área de produtos químicos, a **Gonfersol.** Regista-se também o facto de ter criado postos de trabalho para residentes no Concelho de Vila Nova da Barquinha e no território.

Decorrente das eleições autárquicas de 2013, existe um novo Executivo Municipal, bem como um novo Conselho de Administracção.

A aposta no desenvolvimento económico, na sequência do novo quadro comunitário é entendida como prioritária, essencialmente por:

- Atração e fixação de população.
- Criação de melhores condições de vida para as populações residentes.
- Potencialização dos equipamentos existentes, tais como escolas, equipamentos desportivos, monumentos, espaços culturais, entre outros.
- Corresponder às orientações do QREN 2020, em que aposta de uma forma clara, no investimento e nas empresas.



Nesse sentido, está a ser preparado um plano de desenvolvimento económico, designado por Barquinha 2020, que visa essencialmente criar as condições de informação e apoio ao investimento.

O CDN está em colaboração estreita com a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, designadamente do GADEL (Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento e Empreendedorismo Local), na preparação desse plano.

O Objectivo é essencialmente considerar o investidor, como o foco central no desenvolvimento do nosso Concelho.

A Gestão de rigor, adaptando os custos e investimentos em função das receitas obtidas será a nota dominante por parte do CDN...

Com base nos pressupostos anteriormente apresentados, foram elaborados os mapas em anexo, decorrente do cumprimento da Lei.

Prevê-se a venda de vários lotes de terreno, como resultado da nova aposta no investimento, mantendo-se também as receitas de gestão e manutenção de condomínio.

Não se afigura como necessária a realização de transferências financeiras do Município de Vila Nova da Barquinha, no cumprimento da legislação em vigor, para garantir o equilíbrio económico-financeiro do CDN, EM SA, a confirmar-se os pressupostos do Orçamento.

No essencial mantém-se o modelo de gestão de anos anteriores, assente:

- Na manutenção do esforço e rigor na componente financeira, nomeadamente nos recebimentos e pagamentos.
- Na manutenção da estrutura de custos mínimos, ajustando o investimento em função das receitas obtidas e do equilíbrio económico-financeiro da empresa Municipal.



Os pequenos investimentos, como é exemplo as pequenas infraestruturas, apenas serão realizados, apesar da sua importância quando o número de empresas aí instaladas o justifiquem, e existam condições financeiras por parte do CDN, para esse investimento.

Relevamos o facto de previsivelmente se garantir o equilíbrio económicofinanceiro do CDN e a obtenção de resultados positivos.

Mein

Vila Nova da Barquinha, 28 de Março de 2014

O Conselho de Administracção

Centrode Negócios

Vila Nova da Barquinha

Centrode **Negócios**

		va da Barquinha			
	Orçamento Anua	l de Tesouraria - 2014			
RECEITAS CORRENTES	3	DESPESAS CORRENTES			
Vendas de bens e serviços correntes		Custos com pessoal			
Gestão e manutenção de condomínio	45.561 €	Pessoal em Regime de Avença	19,680 €		
Comissão de Venda de Terrenos	39.415 €	Total de custos com pessoal	19,680 €		
Total receitas correntes	84.976 €	FSE :			
RECEITAS DE CAPITAL		Manutenção Espaços Verdes,arruamentos e outras Infra-Estruturas	23.370 €		
Venda de bens de investimentos		Segurança	6,150 €		
Lote 4	. 0€	Promoção e Publicidade	3.690 €		
Total de receitas de capital	0€	Outros fornecimentos ou serviços 4.305			
OUTRAS RECEITAS - TRANSFERÊNCIAS EQ.FINANCEIRO		Total de FSE	37.515€		
Município de Vila Nova da Barquinha	0€	Total de despesas correntes	57.195€		
RECEBIMENTOS DE CLIENTES		DESPESAS DE CAPITAL			
Clientes	13.551 €	Equipamento Administrativo	1 €		
RECEBIMENTOS DO ESTA	DO	Equip. Informático	1 €		
Reembolso IRC 0 €		Sinalética e Promoção	1.230 €		
		Edifício Serviços Comuns	1 €		
		Outras despesas de capital	1 €		
TOTAL DE DECEITAC	98.527 €	Total despesas de capital	1.234 €		
TOTAL DE RECEITAS	90,327 €	PAGAMENTOS A FORNECEDO			
SALDO DE TESOURARIA 2014 =R-D	19.863 €	Fornecedores	28.596 €		
SALDO INICIAL 2014	17.462 €	PAGAMENTOS AO ESTADO	o 		
		- IVA	-9.361 €		
SALDO FINAL DE TESOURARIA 2014	37.325 € 	IRC (Inclui PPC e PEC)	1.000€		
		Total Pagamentos ao Estado	-8.361 €		
		TOTAL DESPESAS	78.664 €		





Orçamento Anual de Investimento - 2014

RECEITAS DE CAPITAL Venda de bens de investimentos		DESPESAS DE CAPITAL		
		Equipamento	1€	
Lote 4	0€	Equip. Informático	1 €	
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0€	Sinalética e Promoção	1.000 €	
 .		Edifício Serviços Comuns	1 €	
		Outras despesas de capital	1 €	
		TOTAL DESPESAS	1.004 €	





Orçamento Anual de Exploração - 2013

	CUSTOS	s		
Vendas de bens e serviços correntes				
Gestão e manutenção de condomínio 37.041 €		1.000 €		
39.415 €	Consultor	15.000 €		
0 €	Total de custos com pessoal	16.000 €		
76.456 €	FSE:			
	Manutenção Espaços Verdes,arruamentos e outras infra-estruturas	19.000 €		
	Segurança	5.000 €		
	Promoção e Publicidade	3.000€		
		3.500 €		
28 655 00 €	Outros fornecimentos ou serviços			
20.000,00 €	Total FSE	30.500 €		
0,00 €	- Amortizações	1.301 €		
28.655,00 €	TOTAL CUSTOS	47.801 €		
	39.415 € 0 € 76.456 € 28.655,00 € 0,00 €	Custos com pessoal 37.041 € ROC 39.415 € Consultor 0 € Total de custos com pessoal 76.456 € FSE: Manutenção Espaços Verdes, arruamentos e outras infra-estruturas Segurança Promoção e Publicidade Outros fornecimentos ou serviços 28.655,00 € Total FSE Amortizações		





Balanço Previsi	ional ·	- 2014
-----------------	---------	--------

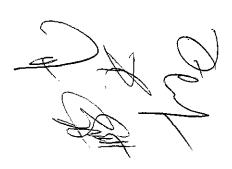
ACTIVO		FUNDOS PRÓPRIOS			
Activos Fixos Tangíveis		Património			
Terrenos	78.720 €	Capital Social	150.000 €		
Eq. Administrativo/software	0€	Resultados transitados	-53.703 €		
Promoção e Sinalética	875€	Resultado Liquido em exercício	28.655 €		
Activos Fixos Tangíveis - Outros	5.856 €	TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	124.952 €		
Total Activo	85.451 €				
CIRCULANTE					
Existências	0€	PASSIVO			
Dívidas de terceiros -cp e mlp	0€	Provisões riscos e encargos			
Estado e Outros Entes Publicos (IVA)	2.176 €	Provisões riscos e encargos	0€		
Clientes	0€	Dividas a terceiros - mlp e cp			
Título, DO e Caixa		Fornecedores c/c	0€		
DO	37.315 €	Fornecedores Activos c/c	0 €		
Caixa	10 €	Diferimentos	0€		
Total de Circulante	39.501 €				
TOTAL ACTIVO	124.952 €	TOTAL DO PASSIVO	0€		
		TOTAL DE PASSIVO+ CAPITAL PRÓPRIO	124.952 €		



Centrode**Negócios** Vila Nova da Barquinha

Plano Pluríanual e Plano de Actividades, Investimentos e Financeiros - 2014

Descrição	Datas		Despesas de Investimento (PREVISÃO)				
			2014		Anos Seguintes		Previsto
	Inicio	Fim	Total	2015	2016	2017	<u> </u>
Manutenção de espaços verdes,arruamentos ou Infra-Estruturas	01-01-2014	31-12-2014	19.000€	25.200€	26.350 €	28.900€	99.450 €
Aquisição de serviços de segurança	01-01-2014	31-12-2014	5.000€	7.150 €	7.620 €	7.970 €	27.740 €
Colocação da última camada de betuminoso	01-01-2014	31-12-2014				125.000 €	125.000 €
Sinalética	01-01-2014	31-12-2014	1.000€	1.000€	25,000 €	5.000 €	32.000€
Sede - Edificío Serviços Comuns	01-01-2014	31-12-2014	1€			<u> </u>	1€
Equip. Administrativo/Informático e outro	01-01-2014	31-12-2014	4€	3.000 €	5.000 €	3.000 €	11.004 €
TOTAI	s <u> </u>		25.005 €	36.350 €	63.970 €	169.870 €	295.195 €





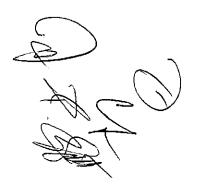
Centrode**Negócios** Vila Nova da Barquinha

Estimativa Financeira de operações Estado/Autarquias Locais - 2014

Recebimentos - Administracção Local	Datas		Estimativa Financeira 2014
Descrição	Inicio	Fim	Total
Município de Vila Nova da Barquinha TOTAIS		31-12-2014	0 € 0 €

Recebimentos - Estado	1	Da	tas	Estimativa Financeira		
			Ī	2014		
Descrição		Inicio	Fim	Total		
Estado - Recebimentos - IVA		01-01-2014	31-12-2014	9.361 €		
Estado - Recebimentos - IRC		01-01-2014	31-12-2014	0€		
	TOTAIS			9.361 €		

Pagamentos - Estado	Dat	as	Estimativa Financeira		
			2014		
Descrição	Inicio	Fim	Total		
Estado - Pagamentos - IRC (Inclui PPC e PEC)	01-01-2014	31-12-2014	1.000 €		
Estado - Pagamentos - IVA	01-01-2014	31-12-2014	0€		
TOTAIS		_	1.000 €		





Rosa Lupes, Gungalves Mendes & Associados SRAC, Lda.



PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

1. Para os efeitos da alinea j) do art.º 25º da Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2014, da CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, S.A. consistindo, nos Plano de atividades e orçamento para 2014.

Responsabilidades

- 2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
- 3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativos contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

- 4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes do Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:
 - a) Principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das politicas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional,
 - b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n^2 . 116 - NIPC 503 109 797

Rua D. João do Castro 71 C - 4º Dt.º - Apartado 148

2334 909 ENTRONCAMENTO

Tel +351 249 720 080 Fax +351 249 720 089

Email: <u>geral@rlgm.pt</u> ~ www.rlgm-sroc.com



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.



 Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer

- 6. Em nossa opinião, com base no trabalho efetuado sobre evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional do plano de atividades e orçamento para 2014, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos, normalmente adotados pela entidade.
- 7. Devemos, contudo, advertir que frequentemente as acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reals poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Vila Nova da Barquinha, 27 de Março de 2014

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda

representada por

José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833)

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas σ^0 . 116 $\,$ - NIPC 503 109 797 $\,$

Rua O. João de Castro 71 C $\sim 4^{9}$ Dt. 9 - Apartado 148

2334 909 ENTRONCAMENTO

Tel +35| 249 720 080 Fax +35| 249 720 089

Email: <u>geral@rlgm.pt</u> = www.rlgm-srcc.com

Q GHA